



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS IMPLICAÇÕES NA
FORMAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA TOCANTINA.**

BELEM
2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- F363t Fernandes Barra, José Domingos.
As transformações no mundo do trabalho e as implicações na formação dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina / José Domingos Fernandes Barra, . — 2019.
195 f. : il. color.
- Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
- Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
1. Trabalho e Educação. 2. Formação/qualificação. 3. Pesca. I. Título.

JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS IMPLICAÇÕES NA
FORMAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA TOCANTINA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva.

BELÉM
2019

JOSÉ DOMINGOS FERNANDES BARRA

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E AS IMPLICAÇÕES NA
FORMAÇÃO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA TOCANTINA.**

Esta Tese foi julgada adequada à obtenção do título de
Doutor em Educação e aprovada em sua forma final pelo
Curso de Doutorado em Educação da Universidade
Federal do Pará/Programa de Pós-Graduação em
Educação – PPGED

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Cesar Luiz Seibt
PPGP – Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
PPGEDAM/NUMA – Universidade Federal do Pará – UFPA

Profª. Dra. Maria das Graças da Silva
Universidade do Estado do Pará – UEPA

Prof. Dr. Salomão Mufarrege Hage
PPGED – Universidade Federal do Pará – UFPA

Apresentada em: ____/____/____

Conceito: _____

A Olvandino Barra e Zeneide Fernandes, pescadores que me ensinaram a “remar” contra as dificuldades e me mostraram o quanto é importante dedicação e comprometimento para vencer na vida.

A Gislane, minha esposa, presente em todos os momentos das conquistas pessoais e acadêmicas. A Luciano, Gabriela Giuliano e José, meus filhos, inspiração do esforço. Este trabalho dedico totalmente a vocês.

Aos pescadores da Amazônia Tocantina, em especial do município de Cametá, que me ensinaram, no convívio diário de vários anos, a falar com propriedade, a saber de suas vidas, de suas histórias, de suas práticas.

A todos, tantos amigos, irmãos, companheiros, trabalhadores e trabalhadoras, trabalho construído com a mão e com a participação de muitos, nessa rede coletiva de conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, comandante a nos direcionar nesta viagem do saber e do conhecimento, pela vida.

Agradeço imensamente à minha esposa Gislane Damasceno, que compreende bem a importância da formação e, por isso, fez de tudo para me ajudar nessa conquista. Ela, que é também, de muitas formas, autora deste trabalho, foi e sempre será meu amor, meu incentivo e meu suporte.

Aos meus filhos Luciano, Gabriela, Giuliano e José, por terem, em vários momentos, de abrir mão da presença paterna sem compreender o porquê das viagens semanais. Luciano, que assumiu o papel de pai, teve de se desdobrar entre a dinâmica da vida de criança, os afazeres do lar e os estudos.

Aos meus pais Olvandino e Zeneide e aos meus irmãos Ana Maria, João, Rita, Lúcia, Zé Fernandes, Zé Vando, e Antônio, família de pescadores que aprendeu a vencer na vida a partir de um ensinamento ímpar chamado *honestidade*. Cada um de seu jeito, de sua maneira sempre estiveram ao meu lado; uns mais presentes, dando-me dinheiro pra viagem, pra hospedagem, outros, orgulhosos de ter alguém que ousou acreditar e foi capaz de vencer por meio da educação.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, companheiro e amigo que me inspira a viver, de fato, práticas emancipadoras de educação. Vejo nele alguém realmente comprometido em transformar a sociedade por meio da educação.

Agradeço à minha sogra Maria de Nazaré e ao meu sogro Jarbas Furtado, pessoas especiais sempre.

Ao meu cunhado Raimundo Nunes e à minha irmã Maria Rita, que me acolheram em sua casa durante o período de estudo, abrindo mão de seu espaço para também contribuir para minha conquista, minha eterna gratidão.

A todos os meus sobrinhos, representados aqui pelo Genilson “Cibalena”, exemplos de lealdade e compromisso, por terem me ajudado imensamente nos momentos das dificuldades, sobretudo, financeiras.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA e a todos os seus docentes, na pessoa da Profa. Marilena Loureiro, que criaram as condições para que eu me tornasse, de fato, um pesquisador.

Ao Prof. Dr. Doriedson Rodrigues, exemplo de dedicação e reflexo de comprometimento e engajamento do fazer docente, cuja história de vida muito se assemelha à minha e, nessa relação, me ensina a percorrer o caminho da prática docente de forma corajosa e afetuosa.

Ao grande Amigo Prof. Jorge Domingues, um profissional brilhante e competente. Obrigado pelo belíssimo trabalho de correção desta tese. Obrigado Jorge por ser parceiro nessa caminhada.

Aos meus amigos/alunos Elielton e Romario do curso de Pedagogia, pessoas que cuidam diariamente do Grupo de Pesquisa sobre Pesca e Pescadores na Amazônia Tocantina (GEPATT). Tenham a certeza da minha amizade e da parceria neste caminhar educativo.

À Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, onde trabalhei durante vários anos e onde milito até hoje, por ter me ensinado que as conquistas vêm pela persistência e pelo trabalho, pois, com apenas alguns sócios e um prédio simples, essa entidade conseguiu se tornar referência de organização e de luta social.

Às muitas pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho de pesquisa, que considero, pessoalmente, resultado de um grande esforço coletivo!

A todos, obrigado pelo estímulo, pelas opiniões, pelos textos enviados, pelos comentários compartilhados, pelas críticas, pelas conversas e, também, pelos momentos de descanso e renovação da alma para continuar trilhando esse caminho difícil, mas prazeroso.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz.

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.

O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e juntamente na mesma proporção com que produz bens.

Marx (2002, p. 111).

RESUMO

Esta tese trata das transformações no mundo do trabalho e as implicações na formação dos pescadores artesanais com ênfase na Amazônia tocantina, compreendida a partir do município de Cametá, estado do Pará. É um trabalho que procura revelar as mudanças que alteraram a vida do Pescador Artesanal, a reconfiguração de sua dinâmica de vida e as estratégias adotadas para se formar frente às exigências do mundo contemporâneo, a partir das diversas formas de interação que se dão no trabalho na relação com o rio. É uma pesquisa de cunho qualitativo do tipo estudo de caso. Realizamos para efetivação da pesquisa, levantamento bibliográfico, trabalho de campo nas comunidades ribeirinhas da Amazônia tocantina, especificamente nas comunidades de Rio Ovidio e Joroça de baixo, no município de Cametá, onde fizemos entrevistas por meio de questionários semiestruturados e observação participante, tratando-se as falas dos informantes por meio da análise do conteúdo. A partir da compreensão das categorias trabalho, formação e qualificação, buscamos o aporte teórico da pesquisa consubstanciado por Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Antunes (2003, 2006, 2009, 2013), Diegues (2015), Marx e Engels (2006, 2007), dentre outros. As análises possibilitaram tecer indagações sobre o que se espera do trabalho em um território periférico, em uma Amazônia periférica. Foi importante perceber que, nesse mundo do trabalho, há um ‘enquadramento’ dos pescadores artesanais em uma perspectiva unilateral, a partir da lógica do capitalismo global, onde são invisibilizados os territórios rurais no campo da pesca artesanal. Por outro lado, é possível evidenciar as resistências, as formas que esses pescadores vêm buscando para o enfrentamento ao mundo do trabalho, a partir da formação humana nas comunidades cristãs e da Prelazia de Cametá e, posteriormente, na lógica dos movimentos sociais, tendo como referência a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, que influenciaram no processo constitutivo, ou na produção dos saberes ou nas formas de participação e possibilitaram, em um processo dialético, a redefinição de seus saberes readequando práticas sociais econômicas e organizativas. Houve mudanças no mundo do trabalho em que isso implica no processo de constituição do pescador artesanal, pois há um processo de contradição advindo do mundo do trabalho vinculado às alterações dos territórios da pesca, e, ao mesmo tempo, possibilitou-lhes acesso aos bens de consumo necessários aos modos de vida com qualidade; aliado a isso, é fluente o convívio com problemas que são de cunho ambiental, intensificados pela prática de trabalho, pelas ações culturais, fruto do capital que tem gerado conflitos, migrações e proletarização do trabalhador da pesca.

Palavras-chave: Pesca. Trabalho e Educação. Formação/qualificação.

ABSTRACT

This thesis examines the transformations of the world of work and its implications for the training of artisanal fishermen in the municipality of Cametá, on the banks of the Tocantins River in the state of Pará. It is a work that shows the changes that have changed the life of the fisherman. The reconfiguration of their life dynamics and the strategies adopted for these fishermen to form, faced with the demands of the contemporary world, from the various forms of interaction that are established in the work in relation to the river. This is a qualitative research that uses the case study. To carry out this research, a bibliographic survey was carried out on the ground in the bordering communities of the Amazon tocantina, in particular in the communities of Rio Ovidio and Joroca de baixo, in the municipality of Cametá, where interviews were conducted. semi-structured questionnaires and participant observation. We process informant statements via content analysis. Among the categories of work, training and qualification, we seek the theoretical orientation of research in Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Antunes (2003, 2006, 2009, 2013), Diegues (2015), Marx and Engels (2006, 2007), among others. The analyzes led to investigations of what is expected of working in a peripheral territory, in a peripheral Amazonia. It was also important to realize that in this world of work, artisanal fishermen are “framed” in a unilateral perspective, based on the logic of global capitalism, where rural territories are invisible in the field of artisanal fisheries. On the other hand, it is possible to highlight the resistance, the forms that these fishermen have sought to confront in the world of work, since the human formation in the Christian communities and the Prelature of Cametá and, consecutively, in the logic social movements, referring to the Cametá Z-16 fishing colony, which has influenced the constitutive process or the production of knowledge or forms of participation and has, through a dialectical process, redefined their knowledge by adapting social practices and economic. There have been changes in the world of work that have resulted in the process of establishing the artisanal fisherman, because the world of work is in contradiction with the changes made to the fishing territories, while giving access to the necessary consumer goods, lifestyle with quality; combined with this, conviviality with environmental problems, intensified by the practice of work, by the cultural actions coming from the capital, generated conflicts, migrations and a proletarianization of the fisherman.

Keywords: Fishing. Work and Education. Training / qualification.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie les transformations du monde du travail et ses implications dans la formation des pêcheurs artisanaux de la municipalité de Cametá, au bord de la rivière Tocantins, dans l'État du Pará. Il s'agit d'un travail qui montre les changements qui ont transformé la vie du pêcheur. La reconfiguration de leur dynamique de vie et les stratégies adoptées pour que ces pêcheurs se forment, face aux demandes du monde contemporain, à partir des diverses formes d'interaction qui sont établies dans le travail en relation avec le fleuve. C'est une recherche qualitative qui utilise l'étude de cas. Pour mener à bien cette recherche, une enquête bibliographique a été réalisée sur le terrain dans les communautés riveraines de l'Amazonie tocantina, en particulier dans les communautés de Rio Ovidio et Joroca de baixo, dans la municipalité de Cametá, où des entretiens ont été réalisés à l'aide de questionnaires semi-structurés et d'observation participant. Nous traitons les déclarations des informateurs via une analyse de contenu. Parmi les catégories de travail, de formation et de qualification, nous recherchons l'orientation théorique de la recherche dans Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Antunes (2003, 2006, 2009, 2013), Diegues (2015), Marx et Engels (2006, 2007), entre autres. Les analyses ont conduit à des enquêtes sur ce que l'on attend du travail dans un territoire périphérique, dans une Amazonie périphérique. Il était également important de réaliser que dans ce monde du travail, les pêcheurs artisanaux sont «encadrés» dans une perspective unilatérale, basée sur la logique du capitalisme mondial, où les territoires ruraux sont invisibles dans le domaine de la pêche artisanale. D'autre part, il est possible de mettre en évidence la résistance, les formes que ces pêcheurs ont cherché à affronter dans le monde du travail, depuis la formation humaine dans les communautés chrétiennes et la prélatrice de Cametá et, consécutivement, dans la logique des mouvements sociaux, référence à la Colonie de pêcheurs Cametá Z-16, qui a influencé le processus constitutif ou la production de connaissances ou de formes de participation et a permis, par un processus dialectique, de redéfinir leurs connaissances en adaptant les pratiques sociales et économiques. Il y a eu des changements dans le monde du travail qui ont abouti au processus d'établissement du pêcheur artisanal, car le monde du travail est en contradiction avec les changements apportés aux territoires de la pêche, tout en donnant accès aux biens de consommation nécessaires aux modes de vie avec qualité; alliée à cela, la convivialité avec les problèmes environnementaux, intensifiée par la pratique du travail, par les actions culturelles en provenance de la capitale, a généré des conflits, des migrations et une prolétarianisation du pêcheur.

Mots-clés: Pêche. Travail et Education. Formation / qualification.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: PADRES QUE DESEMPENHARAM PAPEL IMPORTANTE NA EFETIVAÇÃO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	96
FIGURA 02: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE FAZIA MENÇÃO A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DESEMPENHADA POR PAULO FREIRE - EDIÇÃO Nº 124/OUTUBRO DE 1986	98
FIGURA 03: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ NA QUAL CHAMAVA PARA MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ - EDIÇÃO Nº 131/DEZEMBRO DE 1987.....	100
FIGURA 04: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ NA QUAL DENUNCIAVA A OPRESSÃO DOS PESCADORES NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ - EDIÇÃO Nº 132/FEVEREIRO DE 1988.....	101
FIGURA 05: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE TRAZIA INFORMAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DOS PESCADORES – CPP NA REGIÃO TOCANTINA - EDIÇÃO Nº 137/JANEIRO DE 1989.....	105
FIGURA 06: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE CONCLAMAVA OS PESCADORES PARA ASSOCIAR-SE À COLÔNIA Z-16 - EDIÇÃO Nº 133/ABRIL DE 1988.....	106
FIGURA 07: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE NESTA EDIÇÃO DENUNCIAVA OS ABUSOS DE PODER DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO PARÁ – FEPA E A FORMAÇÃO DA JUNTA GOVERNATIVA DA COLÔNIA Z-16 - EDIÇÃO Nº 147/OUTUBRO DE 1990	107
FIGURA 08: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE FAZ MENÇÃO AO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES DE CAMETÁ E REGIÃO- EDIÇÃO Nº 144/ABRIL DE 1990	110
FIGURA 09: JORNALZINHO INFORMATIVO DA PRELAZIA DE CAMETÁ QUE REVELAVA AS DECISÕES DOS PESCADORES EM ASSEMBLEIA - EDIÇÃO Nº 143/FEVEREIRO DE 1990.....	111
FIGURA 10 – COMEMORAÇÃO DOS 20 ANOS DAS COMUNIDADES CRISTÃS PELAS RUAS DA CIDADE DE CAMETÁ	116
FIGURA 11: PROJETO DA FACHADA DE ENTRADA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ.....	117
FIGURA 12: JUVENAL VIANA (EM PÉ) NO I CONGRESSO DOS PESCADORES ARTESANAIS - MARÇO DE 1993.	121
FIGURA 13: ENCONTRO PROMOVIDA PELA COLÔNIA Z-16 PARA BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO ORGANIZATIVO – JANEIRO DE 2000.	123

FIGURA 14: CURSO DE QUALIFICAÇÃO NA LOCALIDADE DE CUXIPIARI COSTA, MAIO DE 1993.....	124
FIGURA 15: COORDENADORES DA COLÔNIA (DA ESQUERDA – VICENTE DA LOCALIDADE DE PARURU, VERA DA COMUNIDADE DE MAPIRAÍ, JOSÉ DA LOCALIDADE DE TORRES, JOAO DE ITANDUBA, “GITO” DE COMUNIDADE DE CARACARÁ E MANOEL “SORVETE” DE JARACUERA, MAIO DE 2018.....	126
FIGURA 16: ENCONTRO PARA FORMAÇÃO DOS COORDENADORES DE BASE, ANO 2005.	127
FIGURA 17: JOVENS PESCADORES PARTICIPANTES DA 6ª TURMA DO PROJETO PESCANDO O SABER.....	130
FIGURA 18: FORMATURA DOS JOVENS PESCADORES NO PROJETO PESCANDO O SABER – JUNHO 2017.....	131
FIGURA 19: LOGOMARCA DO PROJETO REDE DE CONHECIMENTO – AGOSTO 2018.	133
FIGURA 20: ALUNA DO CURSO DE CIÊNCIAS – UFPA, CAMPUS CAMETÁ, FRUTO DO PROJETO REDE DE CONHECIMENTOS – ANO 2017.....	135
FIGURA 21: ABERTURA DA PESCA DENTRO DOS ACORDOS.....	138
FIGURA 22: ABERTURA DOS ACORDOS DE PESCA, RIO JARACUERA - ANO 2017	141
FIGURA 23: LOGOMARCA UTILIZADA NA MOBILIZAÇÃO DOS PESCADORES - MAIO DE 2018.	142
FIGURA 24: I SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA – DEZEMBRO/ 2017.	149
FIGURA 25: MOMENTO DE RETIRADA DO PESCADO EM DECORRÊNCIA DO BORQUEIO REALIZADO.....	156
FIGURA 26: PREPARAÇÃO PARA A PESCA DO BORQUEIO QUE REÚNE A PRESENÇA DE BARCO, CASCO DE DIFERENTES TAMANHOS.....	157
FIGURA 27: CASCO OU CANOA UTILIZADO PARA PESCA COM MATAPI E VIAGEM PRÓXIMA À CASA.	158
FIGURA 28: BARCO, GELEIRA FEITA PARA ACONDICIONAR GELO E PESCADO NAS VIAGENS LONGAS.....	159
FIGURA 29: CASCO, UTILIZADO PARA A ATIVIDADE DA PESCA EM LUGARES PRÓXIMOS À RESIDÊNCIA DO PESCADOR ARTESANAL.....	160
FIGURA 30: ILUSTRAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS EMBARCAÇÕES UTILIZADAS PELOS PESCADORES NA AMAZÔNIA TOCANTINA.....	161

FIGURA 31: MOTOR (RABETA/RABUDO) DEMONSTRA O USO EM QUANTIDADE PELOS PESCADORES ARTESANAIS NA AMAZÔNIA TOCANTINA.....	162
FIGURA 32: CASA DO PESCADOR QUE EVIDENCIA MEDIDAS PROTETIVAS COM O USO DE GRADE.....	164
FIGURA 33: CASA NO INTERIOR QUE DEMONSTRA A INSERÇÃO DA TECNOLOGIA COM A CHEGADA DA ENERGIA ELÉTRICA ADVINDA DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ.....	167
FIGURA 34: POÇO DE CRIAÇÃO DE PEIXE EM CATIVEIRO COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA PARA OS PESCADORES ARTESANAIS	168
FIGURA 35: PESCADOR FAZENDO “ISCA” PARA A PESCA DO CAMARÃO	169
FIGURA 36: CASAS, E BARCOS, SINÔNIMOS DE DESENVOLVIMENTO FRENTE AO TRABALHO DO PESCADOR.....	172
FIGURA 37: CASA ONDE FICA GUARDADO OS MATERIAIS DE PESCA.....	175

LISTA DE SIGLAS

ACOPREMAJ	Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CP	Colônia de Pescadores
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CP Z-16	Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá
CUT	Central Única dos Trabalhadores
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
GTZ	Agência de Cooperação Técnica Alemã
IARA	Instituto Amazônico de Manejo dos Recursos Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MODERT	Movimento em Defesa da Região Tocantina
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG's	Organizações Não Governamentais
PDA	Projeto Demonstrativo da Amazônia
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PPG-7	Programa para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEPAq	Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura
SUDEPE	Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – O PERCURSO E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA	26
1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO	26
1.2 O LÓCUS: DE QUE AMAZÔNIA TOCANTINA ESTAMOS FALANDO?.....	28
1.3 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA.....	36
1.4 A ABORDAGEM.....	40
1.5 A COLETA DE DADOS	42
1.6 A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	48
1.7 ORGANIZAÇÃO DA TESE	48
CAPÍTULO II – O SENTIDO DO TRABALHO: CAMINHOS, CONCEPÇÕES E ABORDAGENS.....	50
2.1 O MUNDO DO TRABALHO: O SENTIDO ONTOLÓGICO	50
2.2 TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: UM OLHAR A PARTIR DA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL	55
2.3 O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SOCIAL.....	61
CAPÍTULO III – TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS.....	68
3.1 O QUE COMPREENDO SOBRE PESCA E PESCADORES ARTESANAIS	68
3.2 SABERES E TRABALHO: UMA RELAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL.....	77
3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS	80
CAPÍTULO IV – QUALIFICAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES E IMPACTOS NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL.....	84
4.1 A QUALIFICAÇÃO ENQUANTO MECANISMO DE FORMAÇÃO HUMANA ...	84
4.2 A QUALIFICAÇÃO EM ALAIN TOURAINE	90
4.3 A QUALIFICAÇÃO EM HARRY BRAVERMANN.....	92
CAPÍTULO V – PARA O TRABALHO, PARA A PESCA, PARA A VIDA: A QUALIFICAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS FORMATIVOS	94
5.1 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DA IGREJA CATÓLICA	95
5.2 ENTRE O TEOLÓGICO E O FILOSÓFICO: O CAMINHO PARA QUALIFICAÇÃO A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	99

5.3 A AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NA MICRORREGIÃO TOCANTINA.....	104
5.4 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DAS COMUNIDADES CRISTÃS.....	114
5.5 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ.....	117
5.5.1 Primeiro momento: A busca coletiva pelo sistema de pertencimento.....	118
5.6 O SEGUNDO MOMENTO: A QUALIFICAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DO MUNDO DO TRABALHO E CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	128
5.6.1 A qualificação dos jovens pescadores para o uso das tecnologias: o projeto Pescando o saber.....	129
5.7 A FORMAÇÃO PARA A ENTRADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. O PROJETO REDE DE CONHECIMENTOS.....	133
5.8 A QUALIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO USO COMPARTILHADO DOS RECURSOS PESQUEIROS: OS ACORDOS DE PESCA	136
5.9 É PRECISO QUALIFICAR DE NOVO OS PESCADORES PARA NOVOS ENFRENTAMENTOS.....	142
CAPÍTULO VI – O QUE HÁ DE “MUDANÇA” NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO.....	151
6.1 MUDANÇAS NA ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL: AS ESTRATÉGIAS NO TRABALHO.....	152
6.2 AS MUDANÇAS NA ATIVIDADE ECONÔMICA E NA ALTERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	161
6.3 MUDANÇAS NA DINÂMICA DE VIDA RIBEIRINHA ADVINDO DA INTERNALIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO	171
6.4 AS MUDANÇAS PRODUZIDAS PELO PESCADOR COMO ESTRATÉGIA TECNOLÓGICAS NA ATIVIDADE ARTESANAL DA PESCA.....	174
6.5 O MUNDO DO TRABALHO E A ALTERAÇÃO NA LÓGICA DA LUTA COLETIVA DOS PESCADORES ARTESANAIS	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS.....	186

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objeto compreender as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na formação dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina. Tais transformações se desenvolvem e se refletem no interior dos territórios de pesca, no que tange à produção nas práticas e nas relações por ela engendradas, e isso determinou o foco da análise sobre o trabalho e o processo de formação/qualificação dos pescadores, para buscar responder às transformações decorrentes do mundo do trabalho no contexto do campo da pesca artesanal e na formação omnilateral em uma perspectiva unitária.

Essa atividade vem exigindo uma formação do pescador e uma busca de ação interventora no espaço onde ela acontece para diferentes ações, como, por exemplo, conscientização ambiental no uso dos recursos naturais, compreensão das necessidades do uso de outras tecnologias na atividade da pesca e estratégias econômicas e organizacionais, eixos de análises que caracterizam este trabalho.

Este trabalho de pesquisa é, antes de tudo, resultado de uma vida dedicada aos pescadores artesanais da microrregião tocantina, estado do Pará. Assim, ora convivendo ora trabalhando e estudando, fui, nesse período, “pescando” as ideias que aqui apresento e que nasceram como consequência da práxis, isto é, de múltiplas ações e reflexões desenvolvidas na vida profissional, social e acadêmica.

Confesso que, ao vivenciar novamente o trabalho de pesquisa nas comunidades, na prelazia, na Colônia Z-16, na lida diária dos pescadores, veio-me à mente tudo o que me constitui hoje, pois sou um pouco de tudo isso. Formei-me na Comunidade, cantei o hino das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's): “*CEB's povo unido, semente de uma nova sociedade, CEB's é força, é vida, é luta, é caminhada*”. Participei das lutas que resultaram em conquistas dos trabalhadores, onde me veio à mente o refrão do **Coreto** que dizia: “*Se a união faz a força, o povo vai construir, a base unida no Cristo, balança o coreto e os de cima vão cair*”. Sentimentos que me qualificaram para a luta coletiva e pela opção de classe, que luto cotidianamente, sobretudo no campo da pesca artesanal, pois é tudo o que sonhamos e almejamos para um mundo melhor, cuja síntese é dada pelo canto intitulado “**Eu acredito**”: “*Eu acredito, que o mundo será melhor, quando o menor que padece acreditar no menor*”, e que se tornaram mecanismos e elementos necessários à vida ribeirinha.

Além disso, esta tese se relaciona a outras iniciativas de trabalho na academia, dentre as quais destaco a dissertação de Martins (2011), intitulada “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-PA”, em que o autor estabelece um debate sobre o saber produzido pelo trabalho dos pescadores e a participação política desses sujeitos no contexto social de seus movimentos.

Outra produção impulsionadora foi a tese de Rodrigues (2012), intitulada “Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará”, onde é abordada a relação entre saberes sociais e luta de classes, a partir da atuação dos pescadores como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si.

Soma-se a essas produções minha dissertação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFPA), em 2013, com o título “A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?”, na qual teço uma análise sobre os acordos de pesca, enquanto formas estratégicas para a gestão dos recursos pesqueiros presentes nos rios e para o dia a dia desses trabalhadores.

Outra produção a ser mencionada é “Pra onde sopram os ventos? Práticas educativas dos pescadores de Cametá” (2015), em que reuni professores-pesquisadores do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da Universidade Federal do Pará, para tratar da temática sobre trabalho, movimentos sociais. Nesse livro, apresento um conjunto de contribuições necessárias para o entendimento do processo constitutivo do pescador artesanal, dos saberes, das formas de participação, das práticas de inclusão digital, de gestão democrática, de atuação política, da literatura, que constituem os elementos essenciais das práticas educativas dos pescadores de Cametá. Trata-se de uma perspectiva teórica fundamentada na ideia de que as instituições que possuem como instrumento de enfrentamento a prática educativa, como a Colônia dos Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá, são conscientes da dimensão de poder inerente a essas práticas, ou seja, são conscientes de que elas podem fortalecer o grupo hegemônico ou atuar na perspectiva contra-hegemônica, tal como tem atuado.

Sou ribeirinho, da localidade de Ovídio, interior do município de Cametá, localizado no baixo curso do rio Tocantins, nordeste do estado do Pará. Vivi nessa localidade até meus treze anos. Como queria prosseguir nos estudos e a escola onde

estudava só tinha até a quarta série do Ensino Fundamental, tive que estudar dois anos seguidos essa mesma série, não porque repetia de ano, mas sim porque, ao passar para a quinta série, meus pais não possuíam meios para me manter na “cidade”, e, para não “ficar parado”, fazia de novo a série. Nossa família não mudou para a cidade e eu, que queria continuar meus estudos, tive que ir morar na casa da família de seu Henrique e de dona Deuzuíla, que me adotaram durante seis anos como filho e foi assim que pude seguir na caminhada estudantil. No interior, cresci e fui alimentado pela pesca, criado no rio, e todas as brincadeiras na infância estavam relacionadas ao meio pesqueiro, que me constituiu.

Convivi de perto com a rotina de trabalho de pescadores artesanais, acompanhando suas trajetórias de vida marcadas pelo trabalho difícil, dependente dos rios, da floresta, acompanhei suas lutas, conquistas, ensinamentos e esperanças. Pude perceber, em cada pescador que conheci, o seu jeito peculiar de apreender o mundo e de transformar a natureza e a vida. Do ato de tecer a rede, de fazer matapi, até a própria pescaria, a leitura do céu ou do conhecimento sobre os ventos, as marés, as chuvas e a influência da lua, até os fortes laços de amizade e de companheirismo. Tudo isso constitui um conjunto de saberes que evidencia a especificidade do trabalho desse pescador, revelando que é no processo de conhecimento e de trabalho que o homem se torna mediador da natureza.

Confluentes a isso, trabalhei na colônia de pescadores (especificamente na Z-16, de Cametá), onde, além de exercer o cargo de coordenador regional da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará (SEPAq), aprendi que o rio e a natureza representam, para os pescadores artesanais, a extensão de suas casas e de suas vidas.

Essa proximidade maior e esse contato frequente com o mundo dos pescadores artesanais da região e especificamente, de Cametá, essa relação mais estreita e direta, esse diálogo contínuo e intenso, às vezes tenso, com a Colônia Z-16, com os ribeirinhos, e com aqueles que, na academia – organizações e movimentos sociais –, estão discutindo as questões que envolvem essas práticas, foi de fundamental importância na minha formação enquanto sujeito, como também para a escolha do tema e definição do problema.

O presente estudo, que discute acerca do mundo do trabalho, entendido como toda atividade humana em suas relações com a natureza e entre os homens, busca dar visibilidade às diferentes formas de formação/qualificação, desvendando aspectos formativos referentes à vida organizativa a que estão envolvidos esses pescadores artesanais.

Tal delimitação do objeto vem da necessidade de compreender como acontece esse processo de construção do ser humano histórico e social no que tange à formação humana e profissional. Entender em que medida a concepção teórico-metodológica do trabalho como princípio educativo norteia as experiências de qualificação/formação no interior das comunidades de pescadores artesanais.

A leitura feita por Frigotto (2008) sobre o trabalho como princípio educativo concebe-o como um processo de construção de um “[...] caráter e personalidade solidários” essencial na superação da sociedade capitalista e da ideologia das sociedades classistas que provocam a cisão do gênero humano. Ou seja, o trabalho, como princípio educativo, não está diretamente ligado à escola ou a um método pedagógico, mas ao processo de socialização e educação do ser humano fundado no trabalho produtor de coisas úteis que cria as condições de reprodução biológica do homem, partindo do imperativo da necessidade, e de efetiva liberdade.

Num momento em que, conforme ressalta Frigotto (1998, 2000), a compreensão do educativo, do formativo e da qualificação vem se estreitando, desvinculando-se da dimensão ontológica do trabalho e da produção e reduzindo-se a dimensão da empregabilidade, da polivalência e da competência. Esta pesquisa que se apresenta na área da relação trabalho-educação tem o duplo desafio de desmistificar as propostas capitalistas de formação e apreender os elementos ou indícios de novas relações sociais e formativas na vida dos trabalhadores da pesca.

A questão norteadora desta investigação é entender as mudanças no mundo do trabalho e seus impactos na vida dos pescadores artesanais. Como os pescadores artesanais vêm buscando a qualificação no processo de construção do trabalho? Quais são os valores, conteúdos, sentidos dessa qualificação tanto nos aspectos “técnicos” quanto nos aspectos políticos? Pode-se falar em trabalho como princípio educativo? Que “sujeito” vem sendo formado a partir das práticas de qualificação no campo da produção e da participação política nas comunidades de pescadores artesanais?

Kuenzer (1998) aponta um conjunto de desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação que podem auxiliar na indicação de alguns caminhos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Primeiramente, lembrando Marx e Engels nas teses sobre Feuerbach (II)¹, afirma que o reconhecimento de uma teoria como

¹ As teses são um conjunto de onze notas escritas por Marx, por volta de 1845, e constituem uma síntese da perspectiva filosófica de Marx.

verdadeira acontece em função da sua capacidade de entender e intervir na realidade. É seu caráter prático que dá a ela o estatuto da veracidade. Neste sentido, o conhecimento produzido terá validade interpretativa e de intervenção no real se a metodologia utilizada para a sua produção articular momentos de reflexão teórica com momentos de investigação empírica.

Compreender a dinâmica das práticas de trabalho desenvolvidas nas comunidades de pescadores artesanais na região tocantina, entendidas enquanto práticas que se desenvolvem nas relações de trabalho historicamente construídas nas comunidades de pescadores, no contexto da luta pelo reconhecimento, enquanto sujeito de direitos, e por políticas públicas para o meio da pesca, nos leva a compreender como acontece a formação humana, como se dá o processo construção do ser humano histórico e social. Entender em que medida a concepção teórico-metodológica do trabalho, como princípio educativo, norteia as experiências de vida (que educa) vivenciadas nas comunidades de pescadores artesanais no município de Cametá, estado do Pará.

Em sua atividade pesqueira, esses pescadores, dada a lógica individual capitalista, necessitam buscar formação nos diferentes espaços, sejam eles de caráter governamental, particular ou por meio dos próprios movimentos sociais a que estão vinculados, com o objetivo de manter um conjunto de relações sociais necessários ao fortalecimento das experiências sobretudo no campo econômico e nas relações por eles engendrados.

Pensar essa relação entre trabalho e educação não é tarefa simples, porque é um tema tratado pelos mais diversos protagonistas e matizes ideológicos. O que temos percebido através de estudos como o de Diegues (2006), Cardoso (2008), Martins (2012) e Rodrigues (2013), é que a reestruturação e as condições materiais do trabalho, principalmente a que estão envolvidos os pescadores artesanais afetados pela relação de produção, está sendo modificada, o que vem causando alteração no seu modo de vida, na sua ação política e sua consciência de classe. Há, no geral, um processo complexo relacional e contraditório, que se manifesta pelo conflito nas diferentes posições, ora interagindo, ora chocando-se.

Para dar sentido a uma discussão a respeito do tema, fizemos uma revisão bibliográfica de teses, dissertações, artigos, livros relacionados à temática aqui debatida. O objetivo é compreender as mudanças do mundo do trabalho e o universo da pesca. Um dos autores que nos ajudou nessa tarefa foi Diegues (1983), com um reconhecido trabalho

de pesquisa e inúmeras obras publicadas sobre pesca artesanal, dentre as quais podemos destacar nessa pesquisa: “Pescadores, trabalhadores e camponeses do mar” (1983), “A imagem das águas” (2000) e “Povos das águas” (2002). Seus estudos nos auxiliaram a entender não só o universo, mas também a própria trajetória da pesca no Brasil e o papel dessa atividade historicamente na sociedade.

Soma-se a isso os trabalhos de Maldonado (1993), outra autora com destaque no campo da pesca versando sobre a organização da atividade pesqueira, onde se faz presente a coletividade e a hierarquização do saber adquirido no mar. Outros temas e conceitos abordados pela autora são a mestrança, a masculinização da atividade, o conceito de tempo a partir da natureza, a beleza e as dificuldades de ser pescador artesanal.

Ainda no campo da pesca artesanal, destaco a importância dos trabalhos de Cardoso (2001), quando por ocasião de sua tese intitulada “Pescadores Artesanais: Natureza, Território e Movimentos Sociais”, que nos ajudou a refletir sobre os movimentos dos pescadores e sua luta pelo território da pesca, contrariando a lógica e as prioridades capitalistas.

Outro trabalho relacionado às facetas do pescador artesanal é o de Ramalho (2007), quando trabalha o conceito de arte, estética e liberdade na pesca artesanal, permitindo-nos compreender como o trabalho na pesca, principalmente no Nordeste, se apresenta como um mecanismo de resistência e da atividade como uma arte e ainda nos traz uma importante contribuição, a partir de sua leitura de Luckács, do trabalho como categoria central para entender o mundo da pesca.

Já a leitura das obras de Marx, como “A ideologia Alemã” (2007), e de Luckács, “A ontologia do ser social” (1981), nos ajudaram a compreender como, no decorrer do tempo histórico, foi construída a relação homem com a natureza e o papel da pesca enquanto atividade mediadora do homem, com o meio em que vive, sendo a pesca artesanal, uma atividade extrativista. Esses trabalhos nos permitiram também compreender e pensar a natureza do ser a partir da ontologia do trabalho.

Antunes (2007, 2009, 2010) nos ajuda a reforçar a discussão sobre a centralidade do trabalho, o mundo do trabalho, enquanto mecanismo poder nas suas várias dimensões. Debates sobre a fragmentação e heterogeneização do mundo do trabalho e, por conseguinte, dos trabalhadores.

Portanto, hoje, mais até do que nos tempos da produção fordista e centralizada, a enorme maioria da população mundial ainda é constituída das pessoas que dependem,

para sobreviver e manter suas famílias, da remuneração que recebem pelo seu trabalho e de diversas formas de trabalho não remunerados. Este argumento é forte para nos permitir sustentar, concordando com Heidrich (2006), que a gênese da questão social continua residindo na contradição inerente ao sistema capitalista e na exploração de uma classe pela outra.

Propomo-nos, então, a tratar sobre as mudanças do mundo do trabalho, compreendendo que há uma nova morfologia que redefine o sentido e os significados nessa conjuntura, sendo decisiva e vital para o avanço a sociedade. Entendido dessa forma, iremos fazer uma reflexão para mostrar diferentes perspectivas em que o mundo do trabalho tem gerado e tem influenciado na vida dos sujeitos pescadores, alterando a dinâmica de vida, estabelecendo como referência a lógica do capital, instrumentalizada por meio da absorção de novas tecnologias na área da pesca, bem como na busca de instrumentos pesqueiros, e, como reação a isso, a luta de classe, que só terá sentido para a organização dos trabalhadores se tiver uma perspectiva coletiva, buscando romper com a dinâmica estabelecida que impõe a estes, ações para o mero saber-fazer sem se preocupar em articular esse aprendizado com as práticas sociais e culturais.

Trago como *problema* de pesquisa a seguinte questão: *diante das transformações no mundo do trabalho onde se exigem uma nova postura e uma nova dinâmica na relação com a natureza, e nas atividades para além da pesca por parte do pescador artesanal na Amazônia tocantina, que alterações, no modo de vida, nas formas de trabalho, nas estratégias econômicas e na solidificação das organizações que esse pescador artesanal que vive-do-trabalho vem buscando e ressignificando em um processo de qualificação necessária para sua existência?*

Esse questionamento nos coloca frente à necessidade de entender a totalidade, por isso não perdemos de vista que as alterações no modo de trabalho a que os pescadores artesanais do município de Cametá estão submetidos, apesar de suas especificidades, fazem parte da lógica de reprodução ampliada do capital que vem transformando o setor da pesca artesanal como um todo.

Para compreender a problemática que os pescadores artesanais do município de Cametá, faz-se necessário entender o seguinte contraste: de um lado, pequena parte da população com acesso aos bens de consumo, e de outro, uma parcela cada vez maior da população, vivendo em um estágio de pobreza cada vez mais progressiva, situações que suscitam algumas preocupações relacionadas a saber:

a) O município de Cametá/PA, nos últimos anos (1980-2015), tem vivenciado um acelerado processo de urbanização, fato que tem provocado um acentuado êxodo campo-cidade, responsável pelo crescimento acelerado de sua densidade demográfica (POMPEU, 2003).

b) A economia cametaense, precisamente na zona rural que se concentra basicamente na agricultura familiar e na pesca, tem sido uma mão de obra com baixa qualificação profissional, dada a nova exigência de novas ações no setor pesqueiro.

A forma de trabalho com que os pescadores estão envolvidos, por sua vez, constituem uma história particular de construção de saberes, identidade, vivências, crenças e costumes, sobre os quais foram impressas subjetividades e consciência que resultaram em intervenções no processo social real.

Ao construir estratégias de trabalho e de economia, concordamos com Rodrigues (2013) sobre a compreensão de que os pescadores também constroem e/ou até reconfiguram valores, habilidades, e conhecimentos de construção de um projeto societário contra-hegemônico, voltado inicialmente para a resolução de problemas que lhes afetam o cotidiano no processo constante de interação e de participação.

O tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido, as formas de organização, a participação, a dualidade caracterizada nas diferentes posições e a produção, como respostas alternativas às contradições impostas pelo capital, são elementos essenciais para a discussão neste trabalho.

Portanto, há um processo de formação advindo de diferentes mecanismos e que, na maioria deles, cria elementos de uma consciência de classe para si (RODRIGUES, 2013), que permite aos pescadores, a partir de sua organização, buscar qualificação para o enfrentamento desse mundo tecnológico, globalizado, que vem alterando seus modos de vida, possibilitando-lhes a reestruturação de seu trabalho. Nesse sentido, os processos de qualificação dos pescadores artesanais foram e/ou vêm sendo construídos e/ou ressignificados dentro das perspectivas do empreendedorismo, do cooperativismo, da luta de classe, e essa qualificação vem sendo vista como uma prática de resistência às imposições do capital. Nosso objetivo é, portanto, compreender as transformações do mundo do trabalho e os impactos destes na vida e no processo de formação dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina.

A presente tese está dividida em uma apresentação geral da metodologia, composta no primeiro capítulo que conduziu este estudo, na qual aparece o detalhamento

dos passos que foram dados desde a discussão teórica até os procedimentos de coletas de dados.

O segundo capítulo é constituído de uma discussão sobre os sentidos do trabalho, onde procuramos fazer uma reflexão tomando como referência o eixo que referencia os elementos da pesca artesanal à luz da teoria sobre o conceito de trabalho nas diferentes perspectivas.

O terceiro capítulo apresenta uma discussão conceitual sobre o trabalho e seu reflexo da pesca artesanal, com ênfase nas transformações ocorridas tomando como unidade de análise a pesca e o pescador.

O quarto capítulo traz uma discussão sobre o conceito de formação e qualificação do pescador artesanal na Amazônia tocantina, e como ele tem influenciado no enfrentamento implicações do mundo do trabalho. Trata-se de um debate em torno dos eixos de análise sobre conscientização ambiental no uso dos recursos naturais, compreensão das necessidades do uso de outras tecnologias na atividade da pesca e estratégias econômicas e organizacionais, como componente essencial para o desvelamento das mudanças afetadas na vida do pescador artesanal.

O quinto capítulo apresenta as transformações na vida do pescador artesanal, alterações no seu modo de vida, na cultura, nas estratégias econômicas. Apresento uma reflexão acerca de como, de fato, essas transformações têm afetado seu conhecimento sobre os recursos naturais, configurando-se como estratégias adaptativas a esse mundo que denomino *mundo do trabalho*.

CAPÍTULO 1 – O PERCURSO E A TRAJETÓRIA DA PESQUISA

Busco, neste capítulo, esclarecer as escolhas teóricas, o estado da arte sobre a relação trabalho-educação, os conceitos com os quais se opera neste estudo e os procedimentos metodológicos. Primeiramente apresento as principais categorias teóricas para as quais tive de ter uma compreensão mais aprofundada, tendo em vista a temática da pesquisa em questão, pois, segundo Oliveira (2005, p. 102), as categorias teóricas “são as leituras convergentes ao tema central de estudo”. Nesse sentido, sobressaíram os conceitos sobre: o método dialético na pesquisa; o trabalho e a categoria trabalho no contexto atual; a educação e a formação e a qualificação, bem como a discussão sobre saberes e mudanças tecnológicas, aqui apresento uma definição inicial de algumas dessas categorias, mas elas serão aprofundadas ao longo da tese.

1.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

No movimento de nossa pesquisa, partimos do princípio de que o objeto se mostra de forma concreta e determinada, sendo que ao longo das incursões teóricas vamos interpretando e transformando o olhar inicial de compreender o objeto definido, com isso o desfecho de nossas abstrações acerca do concreto se entrelaça por meio do referencial teórico, o que nos faz chegar ao concreto pensado (KOSIK, 2002) e as múltiplas ou diversas determinações reveladas no contexto da pesquisa.

Este trabalho traz sua fundamentação ancorada pelo Materialismo Histórico e Dialético, assumindo, portanto, por meio das categorias: Totalidade, Mediação e Contradição, o fio condutor em movimento para pensarmos os aspectos universais, particulares e singulares que venham ser apontados neste estudo. Ressaltando que estas categorias não se apresentam de forma isoladas ou apriorística, ao contrário, elas são produzidas pela realidade e na historicidade do ser social. Neste contexto, consideramos que por meio de um referencial teórico crítico podemos interpretar as contradições presentes na hegemonia estabelecida pelos “modelos e lógicas de desenvolvimento econômico neoliberal.

A minha convivência com os pescadores artesanais me faz perceber que toda a investigação científica parte de um desejo, de uma curiosidade, de uma inquietação, e deve ser orientada por um compromisso político do pesquisador para a construção social do conhecimento e, se possível, para uma transformação da realidade. A pesquisa, nessa

dinâmica, tende a desafiar o próprio conhecimento que temos sobre ela, sendo mais que uma simples rotina ou uma ação forçada, pois pesquisar exige empenho, aprofundamento teórico-metodológico, reflexão, problematização, análise da realidade, descobertas, aprendizagens. É nesse sentido que apresento a trajetória percorrida na construção dessa investigação, uma vez que, ao iniciar o trabalho de pesquisa, o pesquisador, por vezes, carrega consigo determinadas verdades e compreensões da realidade que podem se desfazer conforme aprofunda o diálogo com os diversos saberes.

Disso decorrem a importância de abordar o tema e as inquietações motivadoras desta pesquisa, que estão relacionadas tanto ao fato de eu ser filho de pescador, como também ao fato de eu ter a possibilidade de mostrar a construção de luta e estratégias de sobrevivência, a partir da mobilização e organização dos pescadores artesanais em seu trabalho coletivo, com minha produção acadêmica.

Iniciei esta pesquisa antes mesmo de entrar no curso de Mestrado Acadêmico em Educação, pois, trabalhei na Colônia de Pescadores de Cameté e isso me levou, já na graduação, a desenvolver uma reflexão sobre o tema, estabelecendo, segundo Cruz Neto (1999), uma relação de respeito e interação que eliminasse a obrigatoriedade da colaboração por parte dos sujeitos envolvidos:

Trata-se de estabelecer uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindo do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter, está inserido num jogo cooperativo onde cada momento é uma conquista baseado no diálogo que foge a obrigatoriedade. (CRUZ NETO, 1999, p. 45).

As formas de participação e os laços de confiança advêm do convívio por meio do trabalho e da vida diária, e com a partilha constante das experiências, a fim de compreender o significado social que é atribuído à sua realidade. Sobre a participação do pesquisador no contexto de sua pesquisa, Chizzotti (1995, p. 82) destaca que:

Essa participação não pode ser mera concessão de um sábio provisoriamente humilde, para efeitos de pesquisa. Supõe que o conhecimento é uma obra coletiva e que todos os envolvidos na pesquisa podem identificar criticamente seus problemas e suas necessidades, encontrar alternativas e propor alternativas.

Outro elemento que visualiza este objeto está relacionado as categorias Hegemonia e Contra hegemonia, partimos de nossa compreensão acerca do conceito de hegemonia, que nessa tese remonta as experiências teórico-prático de Gramsci (1891-1937) onde para ele a conquista da hegemonia será possível mediante o assumir de uma

postura ético-política e de uma consciência de classe. É importante destacarmos ainda que suas reflexões acerca das formulações sobre conceito de hegemonia ganham destaque na produção “Cadernos do Cárcere” (1975) que esta categoria aparece como central.

Em resumo, o objeto desta pesquisa está na compreensão sobre as transformações decorrente do mundo do trabalho e seus impactos na vida dos pescadores artesanais, vivenciados nas diferentes comunidades da região tocantina, percebidas no trabalho da pesca, na produção do saber e nas perspectivas por eles realizados.

1.2 O LÓCUS: DE QUE AMAZÔNIA TOCANTINA ESTAMOS FALANDO?

A Amazônia, como entidade unificadora, só pode existir como uma amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem várias Amazônias, as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente. (GUTIÉRREZ; ACOSTA; SALAZAR, 2004, p. 21).

A região amazônica abrange uma área correspondente a cerca de 6 milhões de km². Em relação à Amazônia brasileira, essa área corresponde a cerca de 5 milhões de km² e é responsável por abrigar uma riqueza de recursos naturais incalculável. No que diz respeito a recursos aquáticos, a região possui uma das maiores variedades de espécies do mundo, principalmente diversidade de peixes, estimando-se mais de 1.300 espécies descritas e outras cerca de 1.300 não descritas (ROBERTS, 1972).

Os estudos de Gutiérrez nos levam a concluir que não existe uma única forma de definir a Amazônia. O que estamos dizendo é que, ao pensarmos na região Amazônica, logo a memória nos remete ao trecho do espaço físico brasileiro marcado profundamente pelas águas da bacia amazônica e coberto por uma densa e alta floresta, de coloração verde, contínua e heterogeneamente impressionante. Como nos lembra Arthur Cézár Ferreira Reis (2001, p. 15-16), nem toda a Amazônia é só floresta, nem essa floresta é sempre verde, perene, úmida e frequentada pela pluviosidade mais intensa, nem, tampouco, a sua população está toda dispersa.

Assim, o que existiria são VÁRIAS AMAZÔNIAS, as quais conformam uma grande região, onde cada uma apresenta características diferentes. Ou seja, a Amazônia deve ser entendida na sua diversidade, pois os critérios de classificação de um espaço amazônico não necessariamente tenham a mesma aplicabilidade para outros espaços.

A Amazônia Tocantina, lócus deste estudo é marcada pela diversidade e pelos tempos das águas, dos campos e das florestas, tendo seus territórios protagonizados por sujeitos que se reconhecem pescadores, quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhos, migrantes, negros, brancos, homens e mulheres que produzem suas condições de existência pelo trabalho, mediado pelo tempo do rio, visto que este rio “inunda a vida dessas gentes de realidades ímpares. O rio as distancia e aproxima, alimenta e é espaço de lazer [...] é vida e as vezes a morte dessa população.” (ALMEIDA 2010, p. 291).

Ao caracterizar a Amazônia Tocantina como um território, ancora-se nas contribuições de Pereira (2012, p. 203) quando sistematiza que:

A expressão Amazônia Tocantina assume o desafio de construir uma teoria que de conta das condições mais gerais e estruturais que envolvem a formação ao longo do tempo histórico dessa parte da Amazônia, com suas configurações ambientais, sociais, culturais, políticos, econômicos e territoriais, que não se enquadram necessariamente no que definem as regionalizações do Estado, mas se aproximam da auto-designação dos movimentos da sociedade civil.

Considerando estas colocações, destacamos que este território se afirma como singular a partir de três elementos, a saber: os modos de vida (cuja predominância é a ribeirinha); as diversidades da produção (em que a pesca e a agricultura familiar configuram-se como as principais fontes de renda); a organização dos movimentos sociais e a participação da Igreja Católica (em particular pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e incluindo os partidos políticos) que resistem e “se colocam no campo da confrontação da política da empresa estatal controladora do rio Tocantins através da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT)” (PEREIRA, 2012, p. 203).

A região do baixo Tocantins corresponde à parte norte do rio Tocantins, área situada entre a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e a foz do rio Tocantins, próximo ao projeto ABRAS/ALUNORTE (ISAAC; BARTHEM, 1995). Essa área é composta de nove municípios que são cortados por esse rio ou estão sob sua influência: Abaetetuba, Moju, Igarapé-Miri, Barcarena, Mocajuba, Baião, Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará. Tais municípios integram três microrregiões do Estado do Pará: **a microrregião de Cametá**, da qual fazem parte os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajuru, Igarapé-Miri, Oeiras do Pará e Abaetetuba; a microrregião de Belém, da qual faz parte o município de Barcarena; e a microrregião de Tomé-Açu, da qual faz parte o município de Moju (IBGE, 2000).

O contexto vivido por estas populações é bastante adverso, pois, agrega uma diversidade imensurável na produção das práticas culturais que visa agregar valores presentes na arte, nas formas de embarcação, no fortalecimento da pesca artesanal e nas práticas agroecológicas do manejo da terra, além de produzirem um conjunto de ações coletivas, por meio de feiras, seminários e eventos em perspectivas agroecológicas e sustentáveis, assumindo desta forma seu poder de resistir às lógicas de desenvolvimento instalado na Amazônia.

Nossa compreensão de Amazônia ancora-se na heterogeneidade e na diversidade de seu território, uma vez que não nos permite classificarmos somente sob a perspectiva institucional ou político-administrativa. Ao contrário, vivenciamos uma Amazônia que transcende a lógica estabelecida pela demarcação geográfica. Este território é marcado pela diversidade social, cultural, econômica e ambiental incomensurável. São populações que vivem no espaço urbano e rural, habitando um elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infraestrutura precária e não dispor de serviços essenciais e direitos básicos, sobretudo no campo (HAGE, 2005).

Destacando como foco de estudo nesse trabalho o município de Cametá, pertencente à microrregião tocantina, que é composto ainda pelos municípios de Cametá, Baião, Mocajuba, Oeiras e Limoeiro do Ajuru. Essa microrregião abrange os rios Moju, Pará e o caudaloso Tocantins. Desse conjunto, apenas o município de Oeiras do Pará não é banhado pelo Tocantins, mas sim pelo rio Pará. Esta região encontra-se em uma zona de fronteiras, a microrregião localiza-se entre a Amazônia central e Amazônia oriental, no nordeste do Pará.

A formação socioeconômica dos municípios que compõem o baixo Tocantins corresponde historicamente à ocupação da região desde meados do século XVII, ainda no período Colonial, quando, na antiga Vila de Cametá,² eram organizados sistemas de recrutamento de índios para a tropa militar a serviço da Companhia de Cametá, por volta do ano de 1633, quando da concessão das terras de Cametá por parte do Governador do Estado do Pará para seu filho Feliciano Coelho de Carvalho. A região do Baixo Tocantins, nos séculos XVII e XVIII, apoiou suas atividades econômicas na formação de fazendas e

² A Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá foi a primeira cidade fundada na região do baixo Tocantins, no ano de 1617.

engenhos para os quais era utilizada a mão de obra escrava de africanos e indígenas pelos colonizadores portugueses como forma de marcarem presença em uma região cobiçada por franceses e holandeses.

Portanto, com a concepção de Amazônia enquanto região formada por uma diversidade de espaços que perpassam por aspectos diferentes quanto à vegetação, as atividades econômicas fundamentam a necessidade de se definir esta região como espaço peculiar da Amazônia, sem perder de vista que esta especificidade é identificável quando se estabelece a relação com outros espaços que também ajudam a constituir a grande região Amazônica tocantina. A Colonização dessa microrregião deu-se a partir dos rios com a fundação de cidades e vilas no lugar de aldeias indígenas como mecanismo para facilitar a vinda de comerciantes, donos de terra e religiosos.

O município de Cametá é uma zona de ocupação antiga, desprovida de indústria, cuja principal atividade é a agricultura familiar. É composta quase exclusivamente de pequenas propriedades agrícolas familiares (75% tem menos de 10 ha), divididas entre duas zonas agroecológicas: As zonas de terra firme, região onde vive a metade da população rural, e as zonas das ilhas, no meio e nas margens dos rios, que representam a outra metade da população rural. A inundação das terras a cada maré limita a possibilidade de culturas nas margens.

Nas ilhas as casas são de palafitas e a vida diária é marcada pelo ritmo das marés. Na maré alta, as casas são totalmente cercadas de água e pode-se sair apenas com canoa. Retirando-se, a maré descobre terras lamacentas sobre as quais cresce naturalmente a palmeira do açaí e, em menor escala, o cacau, que com a pesca e a madeira quando permanecem, são os únicos recursos desta população que se qualifica de “extrativista”.

A população não tem uma forte tradição agrícola, mas uma prática extrativista, e, geralmente, consideram a natureza como uma fonte inesgotável de recursos. Nas ilhas, o sistema de produção é totalmente extrativista e baseado na coleta, na pesca, e na exploração da madeira e do açaí. Na terra firme, o sistema é misto: coleta, caça, extração da madeira, complementado com cultura de mandioca.

Cametá possui uma população de 120.896 habitantes, O meio rural é habitado da população, o que corresponde a um total de 59.116 habitantes (IBGE, 2010). Desse total da área rural, mais de 50% encontra-se na região das ilhas, o que equivale, de acordo com a Prelazia de Cametá (2018), a um total de 122 localidades com 523 Comunidades

Cristãs. A região das ilhas ocupa aproximadamente 46,5% da área do município e a região de Terra Firme corresponde, aproximadamente, a 36,4% da área municipal.

Cametá destaca-se por apresentar uma grande quantidade de rios. As comunidades ribeirinhas localizam-se na região insular do rio Tocantins, onde dezenas de ilhas formam um verdadeiro labirinto, cujo deslocamento é feito por via fluvial em barcos de pequeno porte. Cametá, hoje, se encontra com os recursos naturais comprometidos, motivados tanto pela exploração inadequada, quanto pela implementação de grandes projetos na região. O principal desses empreendimentos foi a Hidrelétrica de Tucuruí, cuja barragem fechada há mais de 20 anos, paulatinamente, provocou a diminuição dos estoques pesqueiros. O caso mais gritante, o do mapará (*Hypophytamus marginatus*), peixe símbolo da região, principal integrante da dieta alimentar, que migrou para outras regiões por conta da destruição do seu habitat natural.

A economia extrativista apresenta fortes oscilações entre o período de liberação da pesca e safra do açaí, em que a população tem seu maior rendimento, e o período de defeso³ do pescado e entressafra do açaí, onde ocorre uma queda vertiginosa da economia.

Como agravante dessa queda na economia, somam-se os impactos causados com a construção da barragem da UHE de Tucuruí⁴, sentidos pela população na baixa produtividade dos solos de várzea, implicando na queda da produção de frutos como o cacau e o açaí; no desaparecimento de várias espécies de peixes e a diminuição acentuada dos cardumes de mapará; na poluição da água e no assoreamento do rio Tocantins, aumentando consideravelmente as doenças.

Todos esses fatores interferiram diretamente na geração de renda, provocando uma mudança sistemática no modo de reprodução dos ribeirinhos, que passam, então, a utilizar novas estratégias de sobrevivência, vendo no corte predatório do açazeiro para extração do palmito, além de outras atividades produtivas como a criação de pequenos animais e piscicultura.

A temperatura é bastante quente, bem como a umidade relativa. Destaca-se a estação com maior período de chuva entre janeiro a março, chamado localmente de

³ De acordo com a instrução normativa nº 13 de 25 de outubro de 2011, estabelece normas gerais à pesca para bacia hidrográfica do rio Tocantins e período de defeso para as bacias hidrográficas dos rios Tocantins e Gurupi, onde no capítulo III, Art. 5º define que o período de defeso será, anualmente, de 1º de novembro a 28 de fevereiro, para todas as categorias de pesca.

⁴ Construída no ano de 1984, situada no rio Tocantins, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí é a maior em potência 100% brasileira (8.370 MW), cujo funcionamento exigiu a formação de um lago artificial, que inundou uma área de 2.830 km² (ELETRONORTE, 1989).

inverno. O solo predominante é característico de várzea, bastante argiloso, sendo encoberto quase diariamente pelas águas das marés.

A vegetação principal é do tipo palmeiras, que são representadas em grande quantidade pelo açazeiro (*Euterpe oleracea*) e pelo buritizeiro (*Mauritia flexuosa*); do açazeiro, atualmente bastante castigado pelo homem, extraem-se dois produtos, o fruto e o palmito, que desempenham importante papel na economia local.

O açazeiro, que é a espécie em maior quantidade nessas áreas, ao ser cortado tem como consequência, em nível econômico, a redução na produção de frutos e no âmbito ambiental o aparecimento de espécies invasoras sem valor econômico e a degradação dos solos pela lixiviação.

A devastação dos recursos naturais do município tem sido proporcional à pauperização dos pequenos produtores. Os baixos valores pagos pela madeira e pelo palmito aos trabalhadores rurais fazem com que a pressão sobre a floresta seja cada vez mais intensa (é preciso derrubar maior quantidade de madeira ou palmito para se obter uma renda capaz de fazer frente à manutenção das famílias).

Os solos das ilhas são, em geral, os aluviais eutróficos, textura indiscriminada (IDESP, 1995), que sofrem com o processo da erosão após retirada da vegetação de bordadura (aturiás e aningais), provocando o assoreamento dos rios e tornando, em alguns casos, impróprios para a navegação e para a pesca.

Na hidrografia, o rio de maior importância é o Tocantins, bastante utilizado pelos moradores locais como via de transporte. Apresenta seu curso bastante longo e navegável, dividindo geograficamente o município em duas partes (IDESP, 1995). As águas verdes, onde as ilhas aparecem por toda a sua extensão, são utilizadas pelos habitantes locais como reservatório para consumo doméstico. As ilhas são recortadas por inúmeros furos e igarapés, muitos deles servindo de divisas entre os vizinhos.

Oeiras do Pará localiza-se entre as zonas da Ilha de Marajó e o rio Tocantins, na microrregião de Cametá. Os seus fundamentos históricos remontam aos idos coloniais com a chegada do Padre Antônio Vieira, superior da Companhia de Jesus, que para lá se dirigiu, por volta de 1653, a fim de fundar uma missão para catequizar os índios Araticus, habitantes daquela região. Com o advento da Lei Pombalina, os jesuítas foram expulsos do Brasil e os índios foram retirados do aldeamento para servirem ao Estado e a particulares. A aldeia de Araticu veio a obter o predicado de Vila com o nome de Oeiras em 1758, quando o Governador da Província do Pará, Francisco Xavier de Mendonça

Furtado, fez uma viagem à Barra do Rio Negro, passando em Araticu. No mesmo ano, foi erigido, também, o pelourinho local. Entretanto, mais tarde, a Vila então criada foi anexada à Freguesia de São João Batista de Currálinho, donde desmembrou-se, em 1868, para constituir-se em unidade autônoma. Em 1943, Oeiras voltou a chamar-se Araticu, e posteriormente, Oeiras do Pará.

Ramos (2009) retrata a história de outra cidade da microrregião tocantina chamada Baião. O município nasceu como resultado das missões religiosas do século XVII originário da capitania de Cametá, segundo núcleo populacional surgindo nesta região no ano de 1694 na gestão do governador do Grão-Pará Antônio Coelho de Carvalho, que, em um processo de ocupação da Amazônia, decidiu conceder terras a quem quisesse cultivar. O primeiro contemplado com uma sesmaria das ditas terras foi o fidalgo português Antônio Baião (fundador da cidade), com a obrigação de construir no dito local, uma ‘casa decente grande’. Ramos relata ainda que a escolha foi em um local alto e aprazível, em uma colina afastado de Cametá situado no lado direito do vale onde se estabeleceu e construiu uma igreja (Santo Antônio de Pádua) hoje padroeiro local. O nome oficial de Baião foi determinado no ano de 1779, pelo então governador Capitão Fernando da Costa Athaíde Teyve, e a vila foi povoada com trinta índios da região.

O município de Baião é formado por uma fauna aquática diversificada contendo diferentes espécies de peixe e quelônios (tartaruga, tracajá, aruanã) e viveu intensamente o período da exploração da borracha, intensificado no período de 1857, da castanha-do-pará e da pimenta-do-reino.

O município de Limoeiro do Ajuru, localizado na mesorregião do Nordeste paraense, a cerca de 197 km em linha reta da capital do estado do Pará, precisamente na microrregião de Cametá, na zona fisiográfica denominada Tocantins, e também na margem direita do rio Pará. É possuidor de uma área que equivale a 1.490,186 km² de extensão territorial, e uma densidade demográfica de 16.79 hab./km². Sua população é estimada em cerca de 25.000, de acordo com dados do IBGE/2010.

O município possui um relevo predominantemente de terras baixas, geralmente cobertas por um grande manto verde. A floresta amazônica se caracteriza, sobretudo, pela sua localização entre os rios Tocantins e Pará, destacando-se, então, os seguintes níveis: terras de várzeas e igapós, os campos de natureza e os manguezais.

Sua rede hidrográfica é composta de rios, igarapés e furos, sendo seus principais acidentes geográficos os rios: Tocantins e Pará, e ainda Limoeiro, Japiim-Grande,

Japiinzinho, Japiim-Seco, Tatuoca, Turussu, Tucumanduba, Ipixuna, Ajuru, Jussara, Marituba, Anajás e Cupijó; os igarapés: Catito, Inajaí, Grande, Piquiatuba, Maparaquara, Limão e outros; e os furos: Pano-Velho, Três Barracas, Roça, Clariano, Pajé, Ipixuna, Cachinguba, Grande, entre outros.

Dentre as ilhas, as principais são: Araraim, Arara, Belizário, Comprida, Conceição, Defunto, Grande, Navio, Pacu, Paquetá, Pautinga, Paulista, Amorosa e Saracá.

Segundo Sena (2007, p. 18):

É possível que o local onde está instalado a atual sede do município de Limoeiro do Ajuru tenha sido fruto de uma doação a um comerciante cametaense chamado Manoel de Vasconcelos. Segundo pesquisas, isso data do ano de 1772.

Em 1853, por força da Lei Nº 228, o povoado de Janua-Coeli emancipou-se do município de Cametá. Por ser na época, maior que o povoado de Limoeiro em números de habitações, acabou sendo o 1º Distrito de Cametá. Neste caso então, o povoado de Limoeiro ficaria dentro dos limites geográficos da vila de Janua-Coeli. Uma vez detectado, o povo de Limoeiro obteve um grande avanço em relação à vila de Janua-Coeli, tanto no aspecto populacional como no habitacional. Desse modo o povoado de Limoeiro foi elevado a categoria de vila de Limoeiro por aclamação da Lei Nº 924 de 06 de julho de 1896.

Ainda segundo o autor, um comerciante denominado de Manoel de Vasconcelos, em uma de suas viagens, por meio de um barco conhecido como regatão, foi pego de surpresa por uma tempestade na baía do Mandí ou baía de Limoeiro. À procura de abrigo, o comerciante acabou por adentrar-se ao rio Limoeiro. Após muita luta, em vão, contra o mal tempo o comerciante acabou por instalar-se à margem direita do rio Limoeiro, onde construiu um povoado e denominou-o Bela Vista. De início, o povoado era constituído por treze casas e uma pequena igreja em devoção à Nossa Senhora da Conceição. A escolha do nome para o município é advinda de vários grupos políticos da região, assim como afirma Sena (2007, p. 27):

Ocorre que ao longo da peregrinação do processo emancipatório, sucederam-se várias questões de ordens políticas, quando na oportunidade algumas pessoas com influência na região na época, pretendiam se apropriar do momento para colocar seus nomes em evidência, sobretudo para fins políticos futuros, ou seja, essas pessoas queriam mostrar quem era o 'Pai da Criança'. Em qualquer caso, as discussões eram baseadas sobre a localização da sede do município, com ampla reflexão a cerca da estabilidade econômica do lugar escolhido a consenso.

Muitos políticos da região usavam um argumento para que a sede do município se instalasse às margens da foz do rio Ajuru, porque naquele local já funcionava um porto de embarque de madeira e de lenha combustível dos barcos da época. O local já citado

funcionava também como porto de espera dos barcos que viajavam com destino ao baixo Amazonas, pois, eles tinham passagem certa naquele local, o que ocasionava grande movimentação naquele lugar.

A sede do município deveria ficar mesmo às margens do rio Limoeiro, pois, ali, a vila de Limoeiro já apresentava um início de estrutura urbana. Nessas condições, os grupos políticos adversários procuraram entrar em consenso que se pudesse definir o local e atribuir também um nome definido para constar como registro do novo município. Dessa forma, manteve, então, a sede no rio Limoeiro. Em seguida, houve a fusão dos nomes das localidades “Limoeiro” e “Ajuru”; e, segundo pesquisas, LIMOEIRO, refere-se ao nome do rio onde já se encontrava uma vila composta por várias casas, e AJURU, que, de acordo com Sabaá, citado por Sena (2007):

Ajuru é um papagaio de encontros vermelhos também chamado de ajerú, jeru, ajiuru e Ajuru-açu, conhecido igualmente por papagaio moleiro, é o maior da América dos Sul. Mas Ajuru por outro lado é o genérico de pequenas árvores da família das rosáceas; algumas espécies tem o fruto comestível, apesar de adstringente, madeira branca, dura, com cheiro de olgo rançoso.

Ajuru, também neste fato, diz-se ao nome do rio onde argumentou instalar-se de início a sede do município hoje chamada de Limoeiro do Ajuru.

Em Limoeiro do Ajuru, umas das marcas culturais é o Festival do Açaí do baixo Tocantins, onde, durante quatro dias, realizam-se diversas atrações culturais, como concurso de Miss Açaí, danças regionais, apresentações de bandas locais, vendas de comidas típicas, como o caldo de turu, a maniçoba, o tacacá, entre outras. Fazem parte desta cultura também o festival do pescador, que ocorre uma vez a cada ano, a semana dos jogos de verão, que geralmente ocorre no mês de julho, e, por ser tão interessante, duram mais que uma semana, mas também no interior, como Ilha Saracá, onde acontece a Festa do Pescado, que celebra a abertura da pesca na região, algo de grande importância para os ribeirinhos, por ser fonte de renda e alimentação.

1.3 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

Nossa pesquisa tem uma relação direta com a realidade dos sujeitos, que decidimos investigar, pois são “indivíduos, reais e ativos, que se encontram em determinadas condições materiais de vida, condições por sua vez, que já são o resultado da atividade passada de outros indivíduos e que continuam a ser modificadas pela atividade presente (TONET, 2013, p. 81).

Convém ressaltar que, para analisar as mudanças do mundo do trabalho e seus impactos na vida dos pescadores artesanais, foi necessário que recorrer à literatura existente acerca da relação trabalho e educação, presente, sobretudo, nas obras de Nosella (2002), Chizzotti (1998), Machado (1994), Freire (1996), Marx (1988), Lima (2001) e outros.

Assim, no processo evolutivo da humanidade, percebe-se que, desde os primórdios, as descobertas, as conquistas de novos domínios, as inovações e avanços em todas as áreas do conhecimento sempre estiveram relacionadas com o inconformismo, com a inquietação, com o senso de aventura e com a capacidade de refletir e criar, características próprias do ser humano.

É, portanto, a partir da ânsia de desvendar o desconhecido e de produzir novos conhecimentos que a humanidade é impulsionada para projetar o novo em direção a mudanças que denominamos desenvolvimento. As interações desses fatores conduzem à produção de crescimento, de progresso e de riquezas, em um processo contínuo de realimentação, que culmina com reflexos internos sobre a sociedade e sobre a qualidade de vida das populações.

Por se encontrarem inseridos no quadro mundial, onde o conhecimento científico e a pesquisa são de grande relevância, os estudos de hoje precisam ser formados em consonância com a realidade. Dessa forma, para proceder à análise dos dados coletados neste estudo, utilizamos o enfoque do materialismo histórico, a partir da sua especificidade, quando discute particularidade em um conjunto de elementos inter-relacionados socio-historicamente, tal como observa Frigotto (1994, p. 73): “[...] Para ser materialista e histórica tem que dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular”.

A esse respeito, devemos observar que a totalidade refere-se a um conjunto de elementos articulados, tal como manifestado por Franco (2001, p. 132): “[...] a totalidade é um conjunto de atos articulados ou um contexto de um objeto com suas múltiplas relações ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolvem e se cria como produção social do homem”. Fica explícito que estudar um objeto em sua totalidade é concebê-lo nas relações que o cercam, que o constituem, sejam elas econômicas, culturais ou políticas.

Logo, o objeto deste trabalho deve ser apreendido como um todo relacionado, sem dicotomizar os fatos observados, ou seja, deve-se tentar desenvolver uma reflexão a

partir das relações dos pescadores frente ao mundo do trabalho em que eles, os pescadores, estão envolvidos, pois, caso contrário, corre-se o risco de comprometer a própria construção do conhecimento, como constatou Frigotto (1994, p. 81) ao escrever: “[...] a teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação”.

O materialismo histórico, considerado nesta perspectiva, possibilita analisar o desenvolvimento da história, da vida da sociedade, da ação e da reflexão dos homens no contexto social.

[...] as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda a humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais [...] (TRIVIÑOS, 1984, p. 51).

Para analisar a história da humanidade e compreender a ação humana que caracteriza a vida dos trabalhadores da pesca, o materialismo histórico é destacado por Triviños (1984) como subsídio importante, no sentido de que, com esta visão, pode-se analisar a ação dos agrupamentos humanos, seja nos sindicatos, seja em outras instituições sociais. Daí a necessidade de buscar nessa ciência filosófica elementos que possibilitem analisar a relação trabalho e educação dentro das comunidades de pescadores.

Nesse contexto da análise dos saberes dos pescadores, é necessário ainda discutir as literaturas que abordam os movimentos sociais, as relações dos homens entre si e dos homens com a natureza, a formação do(a) trabalhador(a), a qual é delineada por um processo de educação via acordo de pesca, o processo educacional e as alterações nas relações desses sujeitos com os rios, conceitos estes que ganham significados relevantes quando discutidos sob o enfoque do materialismo histórico. Neste sentido, Triviños (1984, p. 52) diz que:

O materialismo histórico define outras séries de conceitos fundamentais para compreender suas cabais dimensões, como: sociedade, formações socio-econômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção do homem, a personalidade, progresso social etc.

As contribuições teóricas do materialismo histórico subsidiam as análises de forma que as deduções e interpretações feitas perpassam pela contextualização

sociopolítica e histórica, ou seja, no caso do estudo sobre os impactos na vida do pescador frente ao mundo do trabalho, permitiriam analisar os saberes e práticas contraditórias.

Tal enfoque, fundamentado na teoria marxista, permite analisar as contradições entre exploração da força de trabalho e desestruturação do processo educacional desta categoria, além de estimular possíveis alternativas para a mudança deste cenário. Outro aspecto de grande relevância é a produção de conhecimento a partir do trabalho conjunto, como forma de enriquecer e garantir a veracidade das informações. Nesse sentido, estudar o trabalho e a educação dos pescadores artesanais do município de Cameté exige a construção de uma pesquisa que privilegie as experiências acumuladas por meio da prática cotidiana por esses atores sociais.

De forma ampla, a pesquisa tem o objetivo de construir conhecimento sobre um determinado assunto em um processo com um conjunto de elementos, que possibilitará realizar uma análise sistematizada de um determinado objeto, ou seja, “[...] pesquisa é ato pelo qual procuramos obter conhecimento sobre alguma coisa” (GATTI, 2002, p. 9). Por meio da pesquisa não se constrói informação qualquer, por isso, o ato de pesquisar requer um procedimento específico de acordo com o assunto escolhido, de modo que a especificidade demonstre que não se quer construir um conhecimento qualquer, mas sim uma compreensão crítica além do que se observa.

[...] o ato de pesquisar deve apresentar certas características específicas. Não buscamos, com ele, qualquer conhecimento, mas um conhecimento que ultrapasse nosso entendimento imediato na explicação ou na compreensão da realidade que observamos. Um conhecimento que pode até mesmo contrair esse entendimento primeiro e negar as explicações óbvias a que chegamos com nossas observações superficiais e não-sistemáticas. Um conhecimento que obtemos indo além dos fatos, desvendando processos, explicando consistentemente fenômenos segundo algum referencial (GATTI, 2002, p. 9).

A pesquisa, segundo Chizzotti (1998), tem o papel de investigar o mundo em que o homem vive, assim como investigar o próprio homem. Para adquirir conhecimentos, na perspectiva de apontar possíveis soluções para os problemas que afligem o homem, a pesquisa é a alternativa de intervenção e desvelamento do problema. É ela que possibilita assegurar que as informações estão o mais próximo possível da realidade, fornecendo certa segurança (GATTI, 2002), mesmo no campo das ciências humanas, em que os resultados dos estudos podem abrir-se para outros questionamentos e incertezas. Isso porque a pesquisa não é algo fechado e não existe uma única maneira de pesquisar, pois o que se tem são indicações, propostas de investigar um assunto.

Não há um modelo de pesquisa científica, como não há “o” método científico para o desenvolvimento da pesquisa. Essa é uma falsa idéia, pois o conhecimento científico se fez e se faz por meio de uma grande variedade de procedimentos e a criatividade do pesquisador em inventar maneiras de bem realizar os seus estudos tem que ser muito grande. A pesquisa não é, de modo algum, na prática, uma reprodução fria das regras que vemos em alguns manuais. O próprio comportamento do pesquisador em seu trabalho é-lhe peculiar e característico (GATTI, 2002, p. 11).

1.4 A ABORDAGEM

Concebemos a abordagem da pesquisa qualitativa como pressuposto investigativo mais eficaz para conduzir a compreensão do fenômeno aqui pesquisado. Não há, neste caso, um procedimento único a seguir, o que se tem são propostas, sugestões de fazer pesquisa, porque investigar um assunto e construir o conhecimento que esteja à altura da realidade dependem muito da postura do investigador.

Este trabalho focaliza, pois, dados qualitativos, por defender uma visão ampla e, ao mesmo tempo, integrada do objeto a ser investigado. É também qualitativa, porque envolve elementos que interferem nos fenômenos estudados, tal como preconiza Lüdke e André (1986, p. 17):

Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativo de pesquisa (que divide a realidade em unidades possíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

A pesquisa qualitativa, além da visão holística, se pauta na flexibilidade de investigar o objeto de estudo levando em consideração que, no momento oportuno, pode haver a necessidade de modificar alguns elementos da pesquisa, como mudanças de categorias, e outros elementos que, porventura, apareçam. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznnajder (2002, p. 147), “as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma ampla gama de casos”. Isso pode ser observado no saber e na atuação política dos pescadores, relacionados em um contexto que envolve, dentre outras dimensões, o social, o cultural e o político.

Essa diversidade em torno do objeto da pesquisa não possibilita antecipar qualquer conclusão a respeito do que está sendo investigado, pois o foco da pesquisa vai criando os rumos do processo de investigação.

[...] nas pesquisas qualitativas [...] o foco da pesquisa vai sendo ajustado ao longo do processo. Assim, o grau de especificação do problema na fase de planejamento irá variar em função de característica deste, bem como da

posição do pesquisador ao longo do continuum-qualitativo (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNNAJDER, 2002, p. 147).

Essa característica, principalmente no que se refere ao posicionamento do pesquisador, contribuiu para a escolha desse tipo de abordagem, de modo que o objeto estudado requer do pesquisador uma leitura ampla, envolvendo todo um contexto articulado. Este é um dos fatores que orientam nossas preocupações, de modo que tanto o objeto quanto o local da pesquisa estão inseridos em uma relação interdependente de fatores internos e externos.

Com relação ao local a ser investigado, ele deve ser analisado, segundo Bogdan e Biklen (1994), no seu contexto histórico e tratado na pesquisa qualitativa como um espaço que está inserido em diversos aspectos sociais. Disto decorre a importância do pesquisador nessa pesquisa, como frisa Triviños (1987, p. 128), “[...] o chamado ‘ambiente natural’ de Bogdan existe, mas é ‘observado numa perspectiva que o vincula a realidades sociais maiores. O pesquisador é importante à medida que não esquece esta visão ampla e complexa do real social’”.

O pesquisador que se utiliza da abordagem qualitativa considera os fenômenos pesquisados como elementos que possuem sentidos, como os gestos, os atos, as palavras, que são ações cheias de significado. Os significados dos elementos que envolvem o objeto de estudo são de suma importância na abordagem qualitativa, porque valorizam o modo como as pessoas vivem, sentem e pensam. Nessa perspectiva, os instrumentos de geração de dados, como a entrevista, devem ser mediados pelo dialogismo, de tal forma que se aproximem de uma “conversação”. Assim se expressam Bogdan e Biklen (1994, p. 51) a esse respeito: “[...] o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos, dado estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra”.

Na abordagem qualitativa, em suma, os dados são analisados de forma contextualizada, ou seja, as palavras e os documentos são discutidos a partir da riqueza do significado, respeitando a forma e o conteúdo, para que possam se aproximar da realidade. Valoriza-se também a descrição detalhada do objeto pesquisado, por entender que a descrição releva um conteúdo capaz de contribuir na construção do conhecimento em torno desse objeto. Isso demonstra que não se tem conhecimento pronto e acabado antes da geração dos dados, mas, ao contrário, as inferências, explicações e conclusões a que se chega devem ser analisados em um processo de construção contextualizado:

Para um investigador qualitativo que planeje elaborar uma teoria sobre o seu objeto de estudo, a direção desta só se começa a estabelecer após a escolha dos dados e o passar de tempo com os sujeitos. Não se trata de montar um quebra-cabeça cuja forma final conhecemos de antemão. Está-se a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes. O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechada e específica no extremo. O investigador qualitativo planeja utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para perceber reconhecer as questões importantes antes de efetuar (sic) a investigação. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 50).

1.5 A COLETA DE DADOS

No contexto da abordagem qualitativa, eu me propus a utilizar o estudo de caso, cuja principal vantagem é, de acordo com André (1995, p. 52), “[...] a possibilidade de oferecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de unidade social complexa, compostas de múltiplas variáveis”.

A especificidade do estudo de caso é um dos critérios utilizados para eu ter escolhido esse tipo de pesquisa, apesar de o meu objeto de estudo encontrar-se em um contexto particular, isso não o isola do contexto mais amplo, onde acontecem as ações dos sujeitos pesquisados, tal como fora apresentado por Bogdan e Biklen (1994, p. 89): “[...] o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”.

As perguntas, por exemplo, que foram utilizadas nas entrevistas, a partir desse tipo de pesquisa, não tiveram de ser tão específicas, assim, orientei-as para que fossem desenvolvidas em eixos temáticos acerca do objeto em estudo. Isso demonstra que o processo de organização da pesquisa para estudar o fenômeno é amplo e vai se afinando à medida em que nos aproximamos do objeto estudado. O estudo de caso, segundo Bogdan e Biklen (1994), nessa formatação de funil, faz com que o pesquisador se articule para estudar o objeto delimitado, e, nessa organização, amplie da melhor forma possível o horizonte contextual da pesquisa, além de buscar definir os passos que irão compor cada processo, com um foco definido, a fim de que os dados gerados sejam recolhidos, revistos e analisados até alcançar os objetivos determinados.

É nesse sentido que o estudo de caso se configura como um processo amplo que vai se estreitando, como menciona Bogdan e Biklen (1994, p. 90), “[...] de uma fase de exploração alargada passa para uma área mais restrita de análise dos dados coligidos”. É essa restrição da análise dos dados que possibilita, então, compreender a complexidade

do fenômeno investigado, ou seja, “[...] a complexidade do exame aumenta à medida que se aprofunda o assunto” (TRIVIÑOS, 1984, p. 134).

O estudo de caso possibilita, assim, construir o conhecimento de forma concreta, mais contextualizada e também voltada para a interpretação do leitor, que é fundamental para compreender o real significado deste objeto de estudo.

[...] o conhecimento gerado pelo estudo de caso é: mais concreto, configura-se como um conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo concreto e sensório do que abstrato. Mais contextualizado, nossas experiências estão enraizadas num contexto, assim também o conhecimento nos estudos de caso [...]. Mais voltado para a interpretação do leitor, os leitores trazem para os estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados aos velhos (ANDRÉ, 2005, p. 16-17).

O objeto desta pesquisa requer uma interpretação consistente por meio do estudo de caso; e este, por sua vez, de acordo com Triviños (1984), exige vários requisitos necessários para o processo e para o resultado do estudo, como objetivação, originalidade, coerência e consistência das ideias.

Quanto aos instrumentos e técnicas de geração de dados, fundamentais no processo investigativo, eles devem seguir os princípios que regem a pesquisa escolhida, pois não se escolhe um método de pesquisa aleatoriamente. Os métodos devem, segundo Gatti (2002), estar articulados com o conteúdo, com as características do objeto escolhido. Assim, as técnicas fazem parte do processo investigativo e sua escolha influencia o resultado da pesquisa, por isso, não se escolhe um método de pesquisa sem antes conhecer suas limitações.

A técnica escolhida permite a flexibilidade no processo de investigação, como destaca Triviños (1987, p. 138), ao considerar que o “[...] pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reúnem características [...] que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece informações”.

Definir as técnicas de coleta de dados não é apenas, de acordo com Gatti (2002), uma questão de rotina, de passos e etapas do processo investigativo, mas sim uma vivência em torno do problema, que requer consistência e objetividade para um resultado coerente, ou seja, “[...] os métodos nascem do embate de idéias, perspectivas, teoria, com a prática. Eles não são somente um conjunto de passos que ditam um caminho, são também um conjunto de crenças, valores e atitudes” (GATTI, 1987, p. 54).

Segundo essa orientação, adotei neste trabalho a entrevista semiestruturada, pois compreendo que esse instrumento é suficiente para alcançar os objetivos propostos. A escolha dessa técnica se pauta no objeto deste estudo, porque pretendia gerar dados a partir de conversações em que as informações pudessem ser absorvidas naturalmente. Além disso, esse instrumento se relaciona com a teoria e os conhecimentos a que o pesquisador se vincula, além disso, ele proporciona uma interação entre quem pesquisa e quem é pesquisado, sem imposição em uma relação dialógica. Essa interação pode contribuir para criar um clima de confiança e propiciar a geração de informações importantes.

[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há a imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. Na medida em que houver um clima de estímulo e de aceitação mútua, as informações fluirão de maneira notável e autêntica (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 33).

Esse instrumento de geração de dados possibilita também abordar temas complexos, que envolvem diversas relações sociais, ou seja, que requerem uma análise profunda do objeto investigativo, conforme Mazzotti-Alves e Gewandsznnajder (2000, p. 168): “[...] por sua natureza interativa, a entrevista permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando em profundidade”.

Além disso, a entrevista possibilita uma aproximação entre o pesquisador e o pesquisado, que facilita o esclarecimento da finalidade da entrevista para o sujeito que está sendo pesquisado, e, segundo Moroz e Gainfaldoni (2002, p. 66), ela ainda “[...] tem a vantagem de envolver uma relação pessoal entre pesquisador/sujeito, o que facilita um maior esclarecimento de pontos nebulosos”. Acrescente-se ainda o fato de que se a “[...] entrevista for mais profunda, as respostas são registradas a partir de questões previamente elaboradas sob as quais o entrevistado discorre (questões semi-abertas) [...] que o entrevistador desenvolve” (CHIZZOTTI, 1998, p. 58).

A entrevista semiestruturada nos possibilita gerar as informações sem muita rigidez, porque faz com que os sujeitos entrevistados se sintam confortáveis para responder aos questionamentos relacionados ao objeto de pesquisa. O mais importante nesse tipo de entrevista é o significado atribuído pelos sujeitos entrevistados aos eventos que fazem parte da vida de todos, justamente porque o caráter de semiestruturação

assegura confiança na construção do conhecimento para a pesquisa. Logo, as entrevistas têm a possibilidade de gerar os dados, pelo menos no início da pesquisa, de maneira informal, de modo que o pesquisado fique à vontade para falar, expressar aquilo que venha a contribuir para a pesquisa (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNNAJDER, 2000). Com isso, amenizam-se as situações que, por acaso, sejam desagradáveis para o entrevistado e, ao mesmo tempo, possibilitam a participação na construção do conhecimento.

Contudo, as entrevistas exigem cuidados. Por exemplo, no desenvolvimento do estudo não se pode esquecer-se do foco da pesquisa, já que essas informações irão contribuir para analisar o objeto investigado.

[...] a entrevista como qualquer outro instrumento, está submetido aos cânones do método científico, um dos quais a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possa modificar aquele real original (HAGUETTE, 1987, p. 75-76).

O que se busca na entrevista são informações que se aproximam da realidade em torno do objeto de pesquisa, daí os cuidados na entrevista para não comprometer os dados gerados em interação. Nesse sentido, Lüdke e André (1986) chamam a atenção para se conhecer os limites e as exigências da entrevista; nesse sentido, um dos cuidados que se deve ter ao utilizá-la são os elementos que não estão presentes nas falas dos sujeitos pesquisados, mas sim no comportamento que apresentam no momento do trabalho da geração de dados.

O entrevistador precisa estar atento não apenas (e não rigidamente, sobretudo) ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que vai obtendo ao longo da interação. Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 36).

Gerar dados por meio das entrevistas requer, portanto, muita atenção, paciência e conhecimento do que realmente se quer saber. Assim, a entrevista semiestruturada permite ao entrevistador especificar o que se quer saber, e, ao mesmo tempo, possibilita ao entrevistado se expressar da forma que achar conveniente. Nessas entrevistas, “[...] também chamadas focalizadas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNNAJDER, 2000, p. 168).

Outro ponto relevante no uso da entrevista semiestruturada está na postura do entrevistador, que pode fazer as adaptações necessárias no processo da entrevista, ou seja, “[...] a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente porque permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 34).

Além disso, mesmo que o entrevistador faça perguntas específicas durante a entrevista semiestruturada, os entrevistados são livres para se posicionarem de acordo com sua realidade (ALVES-MAZZOTTI, 2000), ainda mais porque o que o entrevistador deseja são informações úteis para discutir o objeto da pesquisa. Nesse instrumento de geração de dados, os informantes dialogam com aquilo que percebem e acreditam.

[...] queremos privilegiar a entrevista semi-estruturada porque esta, ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a responsabilidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Com essa liberdade maior para o entrevistado e com a metodologia própria da entrevista semiestruturada, o informante participa efetivamente da construção do conteúdo da pesquisa e contribui para que se possa analisar com mais precisão o objeto pesquisado. Abre-se, assim, espaço para utilizar vários mecanismos na geração das informações, como a gravação de falas dos entrevistados, que utilizamos nesta pesquisa.

Quanto aos procedimentos para análise dos dados, considero que é uma fase que requer rigor intelectual e, acima de tudo, dedicação, porque se trata do momento da sistematização, da organização dos dados gerados na pesquisa. Assim,

[...] a análise dos dados qualitativos é um processo criativo que exige grande rigor intelectual e muita dedicação. Não existe uma forma melhor ou mais correta. O que se exige é sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo. (PATTO apud ANDRÉ, 1986, p. 42).

Esses dados são classificados de acordo com as informações geradas e as relações dessas informações são selecionadas de acordo com as categorias que configuram o corpo da pesquisa e, só então, realiza-se uma análise parcial das falas dos sujeitos entrevistados. Em seguida, esses dados são relacionados com os referenciais teóricos e, assim, constituem o material para interpretação das questões de pesquisa:

À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando quantitativamente (*sic*) identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, que, por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo “sintonia fina” que vai até a

análise final (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2000, p. 170).

Essas seleções fazem parte dos procedimentos analíticos de qualquer pesquisa, conforme afirma André (2005, p. 55):

Desde o início do estudo, no entanto, são usados procedimentos analíticos, quando se procura verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada e são tomadas decisões sobre áreas a serem mais exploradas, aspectos que merecem mais atenção e outros que podem ser descartados. Essas escolhas decorrem de um confronto entre os fundamentos do estudo e o que vai sendo “aprendido” no desenrolar da pesquisa, num movimento constante que perdura até o final do relatório.

Durante a análise, porém, tive o cuidado de sistematizar os dados ao final do processo de entrevistas, quando os organizei e os classifiquei de acordo com as categorias pertinentes do estudo. Essas possíveis categorias, que surgiram a partir dos eixos das entrevistas, tal como proponho para este processo, foram aqui classificadas em: trabalho; educação; movimentos sociais; iniciativas organizacionais e econômicas.

Identificar as categorias é um trabalho árduo e, para isso, o pesquisador deve ler e reler todo o material gerado nas entrevistas, como frisa André (2005, p. 56): “[...] o passo seguinte é leitura e releitura de todo o material para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias descritivas”.

A pesquisa pode, *a priori*, permitir afirmar que as classificações das categorias não são definitivas e, por isso, podem sofrer modificações nos momentos oportunos, uma vez que elas não se esgotam no processo da análise. Tais categorias, selecionadas segundo o contexto em que está inserido o objeto da pesquisa, pautam-se no conceito marxiano.

Torna-se central, então, a categoria trabalho nesta pesquisa, por entender que é por meio do trabalho que o homem constrói seu saber, em um contexto articulado. Ora, esse trabalho, que possibilita ainda a construção do próprio homem e do mundo, “[...] ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos” (BRAVERMAN, 1987, p. 53). O trabalho está na essência humana, por isso, ao mesmo tempo em que o homem se relaciona, transforma-se a si mesmo e educa-se, colocando “[...] ‘o conceito e o fato’ do trabalho como ‘princípio educativo’” (GRAMSCI apud MANACORDA, 1991, p. 136).

A categoria seguinte, a de movimento social, explica-se porque a prática de formação é visualizada principalmente na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, que atua como ferramenta de transformação social e na formação de intelectuais orgânicos

(GRAMSCI, 1984). Por isso, compreender o contexto histórico dessa entidade possibilitou situar o território da pesquisa, contribuindo para a compreensão do processo formativo.

1.6 A ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Após o término da coleta de dados, que se deu através da utilização de entrevista e de uma construção bibliográfica, tiveram início as análises do material recolhido, usando a técnica de categorização de análise de conteúdo, que aborda e analisa as informações colhidas em campo, sejam elas documental, oral, visual ou gestual, “[...] não importando qual a origem desse material – desde produtos da mídia até dados de entrevista” (FLICK, 2004, p. 201). Esse método foi utilizado por entender que colabora com os objetivos dessa tese, como afirma Chizzotti (2005, p. 98): “O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Para este trabalho, utilizou-se o processo de classificação das informações sobre categorias de análise na pesquisa em função de certos princípios gerais. As categorias dividem-se em teóricas e empíricas, onde procuro fazer uma relação na qual teoria e prática se relacionem demonstrando uma convergência entre o tema central em debate e as empíricas, que se referem às questões ou tópicos das entrevistas, ou seja, “[...] as categorias empíricas emergem da pesquisa de campo como resultante das questões formuladas ou do roteiro das entrevistas” (OLIVEIRA, 2005, p. 105). Já as Unidades de Análise compreendem a sistematização das respostas. As categorias teóricas, nesta pesquisa, foram: trabalho; qualificação e saberes da pesca, às quais fez-se a tentativa de explicitação nos capítulos 2, 3 e 4.

Em uma análise dos dados, faz-se necessária esta inter-relação entre os campos teórico e prático, capaz de dar sentido ao trabalho realizado sem demonstrar uma preponderância de um sobre o outro.

1.7 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A presente tese está organizada em **cinco capítulos**, que se complementam em um processo de discussão. A **primeira** apresento a introdução, que evidencia o caminho da construção da pesquisa: a busca pelo objeto, a problemática, os objetivos a coleta e a

análise dos dados; no **segundo capítulo** discuto o conceito de trabalho, no sentido ontológico e o trabalho do pescador artesanal e sua relação com as águas e a terra.

No **terceiro** capítulo, trato do sentido e da gênese qualificação, evidenciando o percurso nos diversos momentos conjunturais do sistema fordista – toyotista e sua transitoriedade para o termo competência.

No **quarto** capítulo, demonstro a busca pela qualificação dos pescadores artesanais da Amazônia tocantina, frente às transformações no mundo do trabalho, a partir da vivência nos diferentes espaços construtivos, como, por exemplo, a igreja, a comunidade, a Colônia de Pescadores, enquanto movimento social organizado. É preciso colocar os diferentes mecanismos de participação social onde o pescador reconstruiu e os vários encontros na luta pela existência de políticas públicas.

No **quinto** capítulo, procuro trazer a evidência de mudanças no trabalho do pescador para demonstrar os impactos que têm sofrido no campo social, ambiental, cultural e econômico. O propósito é perceber como isso tem afetado a vida do pescador artesanal na microrregião tocantina, amparando na categoria marxista denominada *contradição*, em que são mostrados os lados das mudanças. São apresentadas as reflexões e considerações a partir da vivência e envolvimento do pesquisador com o objeto da pesquisa.

CAPÍTULO II – O SENTIDO DO TRABALHO: CAMINHOS, CONCEPÇÕES E ABORDAGENS

2.1 O MUNDO DO TRABALHO: O SENTIDO ONTOLÓGICO

Ao longo da história, a atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, o trabalho é, em si, uma atividade vital. Mas se, ainda em um contraponto, a via humana se resumisse exclusivamente ao trabalho, certamente ela seria também expressão de um mundo penoso, alienante, aprisionado e unilateralizado (ANTUNES, 2013).

A análise da atividade de trabalho que aqui se propõe busca entendê-la como parte do processo de constituição da sociabilidade humana, considerando suas dimensões positiva e negativa, uma vez que, em todos os modos de produção, estas duas dimensões sempre estiveram presentes. Porém, é no modo de produção capitalista que o trabalho reveste-se de uma intensa negatividade, a partir do momento que o trabalhador passa a vender a sua força de trabalho, tornando-se esta uma mercadoria, pois, de uma atividade de trabalho, a mesma se transforma em meio de produção, em mercadoria, que sofrerá divisão no interior do processo produtivo e na sociedade em geral.

A categoria trabalho, como nos tem evidenciado Nosella (1987), assume uma significação de *tripalium*, no plano das relações sociais da sociedade tribal, antiga e feudal (fundadas numa relação escravocrata e servil); de labor, na sociedade capitalista, que necessita, no plano das relações econômicas (compra de força de trabalho) e no plano ideológico (ideia de liberdade, igualdade e fraternidade); de trabalhadores duplamente “livres”, isto é, que não sejam propriedade de outrem (escravos) e não possuam propriedade e de *poiesis*, no contexto da utopia socialista e comunista.

Se, por um lado, então, necessitamos do trabalho humano e de seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora e aliena o ser social. Essa contradição processual do trabalho que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, liberta e escraviza, ajuda-nos a entender os ramos produtivos e suas conformações com o processo de vivência humana.

Todas as sociedades empreenderam formas de organização da produção e distribuição do produzido. O trabalho e as relações sociais que se estabelecem em torno dele ocupam lugar significativo na compreensão dos ordenamentos societários. Karl Marx

foi, por certo, um dos autores que as elaborações em torno da categoria trabalho possibilitaram a construção de toda uma análise da forma capitalista de produção.

Em “Os manuscritos econômicos e filosóficos”, de 1844, Marx traz importantes apontamentos sobre o trabalho, sendo muitos deles retomados e desenvolvidos em obras posteriores. Marx faz uma análise da alienação do trabalho humano sob o estatuto do assalariamento, por meio de um permanente diálogo com as obras da economia política da época e a partir da crítica a filosofia hegeliana. As primeiras elaborações sobre os conceitos de trabalho, alienação, estranhamento estão presentes nesta obra. Os Manuscritos podem ser vistos, na opinião de Jesus Ranieri⁵, como uma “grande síntese” tanto dos elementos que dão ao trabalho um caráter emancipador e de centralidade na sociabilidade humana quanto dos aspectos que carregam o trabalho de toda sorte de constrangimentos sob a égide do capital, da reprodução da apropriação privada do trabalho dos outros.

O eixo de partida sobre o conceito de trabalho para Marx é a constatação de que quanto mais o trabalhador produz riquezas, mais pobre ele se torna. Desta constatação paradoxal emana a contradição entre as potencialidades inerentes ao trabalho humano e a degradação gerada sob a forma do trabalho mercadoria. Se, de um lado, o trabalho, a vida produtiva é “vida engendradora de vida”, de outro lado, na sociabilidade capitalista ele se torna apenas um meio de vida, inibindo o desenvolvimento complexo da personalidade humana. No lugar de expressão de si e realização, o ser humano é depauperado, sua vida genérica é arrancada.

Compreende-se que, por meio do trabalho, o ser humano atua sobre o mundo externo, produz objetos, transforma a natureza e, ao fazê-lo, termina por modificar a si mesmo. Pelo trabalho a humanidade cria a si mesma e o mundo ao seu redor, faz sua própria história. *“Toda a assim denominada história mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano”* (MARX, 2010, p. 114).

Já para Menezes Neto (2001, p. 33), “[...] o trabalho é a base do processo civilizatório, produzindo, quando considerado na totalidade social, as formas de sociabilidade humana”. Trabalhar é, então, criar, inventar, produzir, descobrir, pensar, fazer.

⁵ Em 2010 traduziu a obra “manuscritos econômicos”, de Karl Marx.

Existe uma unidade homem-natureza-homem que, no trabalho, como ação mediadora dessa relação, produz sentidos. Marx (1987, p. 206) diz que o homem é imediatamente ser natural e, como ser natural vivo, está em parte dotado de forças naturais, de forças vitais, sendo assim um ser natural ativo; sendo que estas forças existem, como disposição e capacidades, como instintos. Por ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que padece, pois está condicionado e limitado ao que existe exteriormente. Os objetos de seus instintos existem exteriormente e independentes dele, mas são objetos dos quais o homem carece, são objetos imprescindíveis para as suas forças essenciais.

Assim, o homem depende da natureza para viver. Tal dependência não é apenas no que se refere à sobrevivência física, biológica, fisiológica, mas de sentido de vida, de realização pessoal, de humanização, ou seja, “[...] ser objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou inclusive ser objeto, natureza e sentido para um terceiro, se equivalem” (MARX, 1987, p. 206).

Para Marx, esta relação com o que está fora de si possibilita ao homem ser um ser natural, ou seja, “[...] um ser que não tem nenhum objeto fora de si não é um ser objetivo. Um ser que não é, por sua vez, objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser como objeto seu, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é objetivo. Um ser não objetivo é um não-ser” (MARX, 1987, p. 207). Nesse sentido, somos natureza e homens, objetos um do outro. Portanto:

Tão logo eu tenha um objeto, este objeto me tem a mim como objeto. Mas um ser não objetivo é um ser não afetivo, não sensível, somente pensado, isto é imaginado, um ser de abstração. Ser sensível, isto é, ser afetivo, é ser objeto dos sentidos, é ser objeto sensível e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é padecer (MARX, 1987, p. 207).

Para Marx, então, ser objetivo pressupõe ser efetivo, ser sensível, realizar-se para além da imaginação, para além da abstração e nesse processo padecemos. Mas qual seria o sentido desse padecimento?

Assim, o trabalho, como relação homem-natureza-homem, no qual o homem exterioriza criatividade, imaginação, desejos, acionando suas dimensões física, intelectual, psicológica, social, moral, sentimental, cultural, econômica, política, comporta e possibilita ao homem não apenas ser natural, mas ser natural humano, “[...] isto é, um ser que é para si próprio e, por isso, ser genérico, que enquanto tal deve atuar e confirmar-se tanto em seu ser como em seu saber” (MARX, 1987, p. 207), ou seja, o

homem na relação com a natureza humaniza-se e se põe para si e para os outros, atuando e confirmando enquanto ser e em seu saber, crenças, valores, desejos ou, segundo o próprio Marx (1987, p. 207):

Por conseguinte, nem os objetos humanos são os objetos naturais tais como se oferecem imediatamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade humana, objetividade humana. Nem objetiva nem subjetivamente está a natureza imediatamente presente ao ser humano de modo adequado. E como tudo o que é natural deve nascer, assim também o homem possui seu ato de nascimento: a história, que, no entanto, é para ele uma história consciente, e que, portanto, como ato de nascimento acompanhado de consciência é ato de nascimento que se supera. A história é a verdadeira história natural do homem.

Para Vasquez (2007, p. 407), “[...] o homem é um ser que produz socialmente, e nesse processo se produz a si mesmo. Este autoproduzir-se – como processo no tempo – faz dele um ser histórico”. Portanto, é um ser que produz, produz socialmente e produz no tempo e nas relações sociais com os outros homens, fazendo história, fazendo-se, ou seja, “a história humana nada mais é do que a história da práxis do homem”.

A história configura-se como o processo de nascer constante do homem, enquanto ser naturalmente social, pois, se o mundo natural e o mundo social não se apresentam inicialmente adequados ao homem, cabe a este, a partir da atividade do trabalho que, ao longo da história da humanidade, transforma natureza e homem, nascer dia a dia, tentando adequar a natureza e a sociedade a seus interesses, ou seja, a essência humana precisa ser reapropriada.

Em *O Capital*, no capítulo V do primeiro volume, Marx retoma esta concepção de trabalho, sobre processo de trabalho e processo de valorização. Enquanto criador de coisas úteis, de valores de uso, o trabalho, independente da forma de organização da sociedade, “*é um processo entre o homem e a Natureza*”, em que, por meio da ação humana, esta última é transformada e colocada sob o domínio do homem. O trabalho medeia a relação do homem com a natureza, coloca em movimento as forças naturais do homem com o objetivo de apropriar-se da “matéria natural” para utilizá-la em prol de sua própria vida. Ao atuar sobre a “Natureza externa” e transformá-la, o homem modifica também sua natureza.

Trata-se de uma atividade intencional que tem por objetivo criar valores de uso e apropriar dos elementos naturais. Esta é uma condição geral das trocas materiais, do intercâmbio de energias entre homem e natureza, independente de determinada formação

social, é condição natural permanente da vida humana, comum a todas as formas de organização social.

No capítulo I de “O Capital”, Marx (1988, p. 50) assim se expressa:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

O homem serve-se de meios para agir sobre a Natureza e dela obter os elementos que utilizará em proveito próprio. Estes meios são, antes de tudo, o homem mesmo com suas capacidades materiais e intelectuais de ação, a sua força de trabalho. Esta última não deve ser confundida com outras forças utilizadas na produção, sejam naturais ou construídas pelo homem. A força de trabalho combina elementos materiais e ideais, conhecimentos do pensamento e conhecimentos do corpo (saber fazer). “*Como no sistema natural cabeça e mão estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual*” (MARX, 1988, p. 101).

Marx também retoma, em uma célebre passagem, a comparação realizada nos Manuscritos entre a atividade produtiva animal e a humana.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1988, p. 142-143).

Enquanto o trabalho animal é instintivo, inato, o trabalho humano é consciente e proposital, ou seja, o poder do pensamento regula as trocas materiais entre o homem e a natureza. Giannotti (1984) chama a atenção para o significado dado por Marx a esta construção prévia do objeto a ser transformado. Para ele não se deve atribuir um caráter essencialmente psicológico a essa “antepresença da coisa”, pouco importa a imagem prévia na cabeça do indivíduo do produto a ser desenvolvido. O que interessa é a “anteposição” do objeto situado idealmente para que o processo de modificação efetuado esteja subordinado ao propósito estabelecido. A atividade de trabalho essencialmente humana é uma atividade teleológica, passa por uma antecipação do objetivo a ser alcançado na consciência do sujeito antes de realizá-lo. Sem essa experiência que permite ao homem prefigurar o “ponto onde quer chegar”, o sujeito humano, na visão de Konder

(1992, p. 106), “[...] *não seria sujeito, ficaria sujeitado a uma força superior a sua*”, preso a uma dinâmica objetiva.

O produto aparece como a explicitação de um objetivo, de um fim que se dá idealmente e se efetiva adequando o resultado ao que foi proposto, no interior de um movimento que opõe, de um lado, o trabalhador e sua vontade, de outro lado, as coisas. Ambos perdem autonomia para se tornarem partes de um processo mais geral. Mas em que medida se realiza esta condição ideal? Não parece paradoxal pensar o trabalho em termos tão abstratos quando Marx nos adverte sobre o equívoco de utilizar a noção abstrata de trabalho de um modo anti-histórico, especulativo?

O trabalho pensado fora de uma determinada forma social é abstração, pois, quando se trata da produção, trata-se da produção em um “*grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais*” (MARX, 1978, p. 104). Apesar disso, o processo de trabalho, a relação direta do homem com a natureza, precisa de uma análise dos seus elementos essenciais, ainda que, por si só, eles não sejam capazes de explicitar as relações sociais mais complexas. Para Marx (1978), as determinações comuns que valem para a produção em geral, sem levar em conta as determinações históricas, são importantes para que não se esqueça da relação essencial entre sujeito (humanidade) e objeto (natureza).

2.2 TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO: UM OLHAR A PARTIR DA ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL

Segundo Harvey (2011), a partir e meados e 1960, as inovações nas tecnologias dos transportes tornaram mais fácil o deslocamento a produção, para áreas com salários baixos e fraca organização do trabalho, pois, uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a mobilidade geográfica do capital ou do trabalho se torna fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais.

O mundo produtivo desde o processo de reestruturação do capital, desencadeado em escala global no início da década de 1970, vem apresentando um claro sentido multiforme, com tendências mundiais de informalização da força de trabalho e aumento dos níveis de precarização dos trabalhadores. Por outro lado, outras tendências em curso estariam dando sinais mais positivos de maior intelectualização do trabalho, com maior impacto no campo tecnológico.

A visão capitalista de trabalho produtivo tem, segundo Marx (1980), por referência a produção de mercadoria e de mais-valia, sendo que:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais-valia para o capitalista. Só por esse meio, mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz o capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. Isso equivale a dizer que o trabalho assalariado reproduz, aumentada, a soma de valor nele empregada, o que restitui mais trabalho ao que recebe na forma de salário. Por conseguinte, só é produtiva a força de trabalho que produz valor maior que o próprio (MARX, 1980, p. 132).

Porém, a sua concepção de trabalho considera que, no mesmo o homem, [...] põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando, assim, sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2002, p. 211).

A escola tradicional, segundo Franco e Frigotto (1993), sempre pretendeu educar separando o homem-dirigente dos homens-produtores, ou seja, separando os que estavam destinados ao conhecimento da natureza e da produção, daqueles a quem eram entregues as tarefas de execução. Para Gramsci, muitos séculos se passaram até que se recuperasse, pelo menos, teoricamente,

[...] a perspectiva unitária da formação do homem político e produtor ao mesmo tempo; isto é, se chegaria a uma perspectiva social concreta na qual o produtor, liberado da unilateralidade e restrição de seu ofício particular, pudesse converter-se de novo em político (MANACORDA, 1981, p. 12).

E isto somente foi possível quando o trabalho produtivo alcançou uma dimensão intelectual, quando essa perspectiva foi se concretizando pelo desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, do conhecimento, da ciência como uma força produtiva.

A década de 1980 presenciou, nos países do capitalismo avançado, profundas transformações no mundo o trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Nessa década de grande salto tecnológico, a automação e as mutações organizacionais invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se no mundo da produção um conjunto de experiências – o fordismo e o taylorismo já não são os únicos – mesclam-se com outros processos produtivos – neofordismo, neotaylorismo – e o aparecimento do toyotismo.

Como principais características, o toyotismo apresenta: produção fortemente ligada à demanda, apresentando grande heterogeneidade de produtos; trabalho desenvolvido em equipe por trabalhadores polivalentes, que desempenham várias funções no interior da produção; processo produtivo estruturado de forma flexível, com os trabalhadores operando vários equipamentos ao mesmo tempo; utilização de novas técnicas de organização da produção como o *Just in Time* (JIT), o sistema Kanban e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), e a formação de uma estrutura horizontalizada entre empresas que trocam bens e serviços entre si (ANTUNES, 2000, p. 54-55).

Antunes (2009) destaca que novos processos de trabalho emergem, onde a produção em série é substituída pela flexibilização a produção, por novos padrões e busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Presenciam-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são agudos no que diz respeito ao direito do trabalho, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase.

Essa nova forma de entender o trabalho, a partir a lógica reformulada do capital, ocasionou em um processo múltiplo, no qual, de um lado, evidencia-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual nos países capitalistas avançados e, por outro lado, ocorreu um processo de intensificação do que Antunes (2009) chamou de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, culminando na terceirização do trabalho em diversos setores produtivos, além da significativa heterogeneização do trabalho, expressa pela crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário.

Do incremento da força de trabalho que se subproletariza, um seguimento expressivo é composto por mulheres. Dos 111.000 empregos parciais gerados na França entre 1982-8, 83% foram preenchidos pela força de trabalho feminina. Pode-se dizer que o contingente feminino tem se expandido em diversos países onde a força e trabalho feminina representa, em média, cerca de 40% ou mais do conjunto da força e trabalho. (ANTUNES, 2009, p 210).

As tendências em curso vão em direção a uma maior intelectualização e ao incremento do trabalho qualificado. A sociedade e o capital necessitam, cada vez menos, do trabalho estável e, cada vez mais, das diversas formas de trabalho parcial, terceirizado, pois o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, aumentando a utilização e a produtividade do trabalho, de modo a intensificar as formas de extração sobre o trabalho em tempo cada vez mais reduzido.

É necessário destacar que fordismo e toyotismo apresentam muitas diferenciações, especialmente em relação à organização da produção. Contudo, do ponto de vista da relação existente entre capital e trabalho, esses sistemas produtivos apresentam não somente diferenças, mas também certas semelhanças. Quando se analisa essa questão do ponto de vista dos trabalhadores, observa-se que houve uma intensificação do trabalho e, embora alguns segmentos da classe trabalhadora tenham obtido uma melhora em sua situação, isso não aconteceu para a maioria. As diferenças entre trabalhadores centrais e periféricos (HARVEY, 1993, p. 144) sofreram uma acentuação com a implantação do modelo japonês. A segmentação do mercado de trabalho ganhou novos contornos e o processo de precarização passou a atingir parcelas maiores da força de trabalho.

O capitalismo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva, em que se desenham algumas de suas tendências que têm afetado fortemente o mundo do trabalho. O padrão de acumulação capitalista, estruturado sobre o binômio taylorismo e fordismo, que dominaram a grande indústria capitalista ao longo de boa parte do século XX, fundada na produção em massa, responsável por uma produção mais homogeneizada, vem sendo crescentemente alterado ou até mesmo substituído pelas formas produtivas flexibilizadas, chamadas de acumulação flexível, da qual o modelo toyotismo é exemplo, tendo, nesse modelo de reestruturação produtiva do capital, a sua base material.

A falácia da “qualidade total” passa ter o papel e relevo no processo produtivo. Os círculos de controle de qualidade proliferaram, constituindo-se como grupo de trabalhadores que são incentivados pelo capital para discutir o trabalho e seu desempenho, com vistas a melhorar a produtividade e lucratividade a empresa. Em verdade, é a nova forma da qual o capital se utiliza para apropriar-se o *savoir-faire* intelectual do trabalho. O operário deve pensar e fazer pelo e para o capital o que aprofunda (em vez de abrandar) a subordinação o trabalho ao capital. (ANTUNES, 2009, p, 227).

O sistema fordista de produção foi implantado após a Segunda Guerra Mundial. No final da década de 1960, os princípios fordistas, com base na gerência científica de Taylor (BRAVERMAN, 1987, p. 112), começaram a passar por um processo de avaliação de sua eficácia para dar continuidade ao crescimento da acumulação de capital. Os elementos basilares do fordismo, tais como a produção em massa, o parcelamento de tarefas, a criação da linha de produção – em que a esteira rolante impõe o ritmo do trabalho – a padronização das peças produzidas, a integração vertical da produção e a separação entre concepção e realização das tarefas (GOUNET, 1999, p. 18-19) já não

respondiam da mesma forma às necessidades do capital, como aconteceu por ocasião de sua implantação no período pós-1945.

Ainda que regulamentado e controlado, o trabalho na sociedade taylorizada e fordizada estava estampado em sua mecanização, parcelização, manualização e alienação, ocasionando a crise estrutural do sistema produtivo. Tratava-se, então, de implementar novos mecanismos e formas de acumulação capazes de oferecer respostas ao quadro crítico que se desenhava.

Foram várias as experiências exercitadas pelo capital em seu processo de reestruturação, exigindo um novo tipo de trabalho e, por conseguinte, de trabalhadores, também chamados de “colaboradores”. Ele – o trabalhador – deve ser mais “polivalente” e multifuncional”, algo diverso em decorrência da enorme intensificação os ritmos, tempos e processos de trabalho.

Além da operação por máquinas, o mundo o trabalho vive também a ampliação o trabalho imaterial (ANTUNES, 1995), realizado na esfera da comunicação, a publicidade, do *marketing*, próprias da sociedade do logotipo, das marcas, do símbolo, do supérfluo, é que o discurso empresarial tem chamado de sociedade do conhecimento, resultante do labor imaterial e do significativo processo de reestruturação, subordinando-a à máxima da mercadorização.

Antunes (2015) nos alerta para a compreensão de que o mundo contemporâneo vem assistindo a uma significativa ampliação de seus mecanismos e funcionamento, no qual o papel desempenhado pelo trabalho torna-se emblemático, pois, segundo o autor:

O capitalismo atual nos obriga a compreender que as formas mais vigentes de valorização do valor trazem embutidos novos mecanismos geradores e trabalho excedente, ao mesmo tempo que expulsam a produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. E esse processo tem clara funcionalidade para o capital, pois uma vez que permite a ampliação do bolsão de desempregados e reduz ainda mais a remuneração a força e trabalho, em amplitude global pela retração salarial daqueles que se encontram empregados (2013, p. 14).

Assim, nesse universo do “mundo maquínico” do trabalho, o trabalho estável, herdeiro da fase taylorista-fordista, relativamente moldado pela contratação e pela regulamentação, vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade (cooperativismo, empreendedorismo, o trabalho voluntário), bem como a ampliação o trabalho invisibilizado.

No Brasil, por exemplo, é visível a ampliação acentuada de trabalhadores no campo da informalidade, no qual são submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo.

A sociedade do capital e sua lei o valor (MARX, 2008) necessitam, cada vez menos, do trabalho estável e, cada vez mais, das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizado, sendo em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista. A diminuição do tempo físico de trabalho, como a redução o trabalho manual direto, articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, permite dizer que o capital não tem mais interesse em explorar o trabalho abstrato.

A classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2013) é a expressão que caracteriza o conceito marxiano de classe trabalhadora ou de classe proletariada, para dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, ou seja, àquela que vende sua força de trabalho, e o trabalhador produtivo não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, o trabalho coletivo assalariado.

O trabalho produtivo, onde se encontra o proletariado, não se restringe ao trabalho manual direto, ainda que nele encontre seu núcleo central, incorporando também formas de trabalho que são produtivas, que produzem mais-valia, mas que não são diretamente manuais (ANTUNES, 2009, p. 102).

O trabalho, nesse sentido, encontra sua origem no próprio ato laborativo, que está no centro do processo de formação do homem, como afirma Lukács (1980, p. iv-v):

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre home (sociedade)e natureza, tanto com a natureza inorgânica [...] quanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem o homem que trabalha partindo do ser puramente biológico ao ser social [...] O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social [...].

O trabalho, portanto, possibilita o salto ontológico as formas pré-humanas para o ser social, entendido em seu sistema mais amplo, como produto e valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre este ser social e a natureza que se amplia por meio do ato laborativo, no qual objetos naturais são transformados em coisas úteis. O trabalho tem, portanto, quer em sua gênese quer em seu desenvolvimento, uma intenção ontologicamente voltada para o processo de humanização do homem em seu sentido amplo. Tem-se, por meio o trabalho, um processo que, simultaneamente, altera a natureza e autotransforma o próprio ser que trabalha.

2.3 O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SOCIAL

A importância do trabalho para o processo e formação do homem há de ser levado em consideração enquanto espaços formativos da dinâmica social. Busco, nesse sentido, aprofundar a compreensão acerca do processo constitutivo do pescador artesanal como resultante do seu trabalho, isto é, o trabalho enquanto elemento formador da consciência do sujeito, e este como responsável direto pela produção social da natureza. Ora, de acordo com Molon (2003, p. 56), a constituição do homem acontece dialeticamente pelo trabalho, no qual a consciência possui gênese e natureza social e a atividade humana é sempre uma atividade mediada socialmente e produtora de significados. Saviani (1989, p. 152) acrescenta que Trabalho e Educação são atividades especificamente humanas; isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa. Assim, o ser humano, e em particular o pescador artesanal, pelo trabalho, ao transformar a natureza imprime nesta uma dimensão humana.

Podemos dizer ainda que, pelo trabalho, ocorre a passagem do biológico ao social, vinculando o natural ao humano-cultural. Por isso, esse trabalhador não só se adapta à natureza, mas a transforma e, ao transformá-la, transforma a si mesmo, pois tem a capacidade de criar o mundo da cultura por meio dos instrumentos de trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1982, p. 297).

Por meio do trabalho acontece uma dupla produção: a produção dos objetos culturais e a produção do próprio homem, consoante a ideia de Rodrigues (2005, p. 21):

O homem não nasce pronto e acabado, mas constrói seus saberes num conjunto de relação, intermediada pelo trabalho e, nessa relação, educa-se. O homem é, para Gramsci, uma série de relações ativas que humaniza e se transforma através de sua atividade natural e social. Essa transformação é coletiva e se dá através do trabalho na existência humana. A existência do homem possibilita agir, pensar, criar. São essas ações que o homem utiliza para construir seu saber. As atividades práticas intermediadas pelo trabalho exigem transformações que requerem, por sua vez, um objetivo a realizar.

A atividade humana caracteriza-se, então, tanto pela reprodução ou repetição de algo já existente quanto pela criatividade, pela capacidade de imaginar, criar, combinar novas situações. Sendo o trabalho e a educação atributos do homem, o pescador artesanal

não se limita a adaptar-se às condições estabelecidas pelo meio ambiente, pois o trabalho do pescador constitui um leque de significados que precisam ser revistos por meio do processo educativo à luz da teoria crítica e do materialismo histórico-dialético.

Acredito ser possível, ao deter-me nos processos de trabalho como produção histórica, buscar as formas de resistência da pesca artesanal, mesmo no contexto capitalista.⁶

Dessa maneira, o pescador artesanal, por intermédio de seu trabalho, foi criando as condições de um distanciamento do seu próprio objeto, graças ao caráter social de sua atividade produtiva. Isto é, além de pescar, foi criando a arte da pescaria, produzindo as técnicas, as diferentes formas de redes de pesca, alternativas econômicas e organizacionais, ao mesmo tempo em que vai descobrindo o funcionamento das marés, os movimentos da lua e se apropriando de elementos da natureza. Com isso minimamente solucionado, ele aperfeiçoa suas embarcações, melhora suas casas, práticas sociais que simbolizam e se comunicam com seu trabalho, o qual é, segundo Engels (1952, p. 3):

[...] a fonte de toda riqueza. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que Isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

Se, num primeiro momento, o trabalho dos pescadores historicamente era composto por uma atividade apenas de captura, então seu imaginário e seus símbolos estavam ligados, provavelmente, ao pescar para comer e alimentar suas famílias. Isso exigia uma determinada arte de pesca, ou seja, redes e apetrechos adequados a uma quantidade suficiente para um grupo social reduzido, mesmo que a organização não fosse por famílias, mas sim por comunidades.

Vázquez (1978), ao afirmar que “[...] o ser humano é tão mais rico quanto maior for sua riqueza de relações”, reflete acerca das múltiplas formas de apropriação da natureza, que produziria uma riqueza proporcional às necessidades do ser humano pleno, pois, no capitalismo, o homem se reduz ao problema do sustento, renuncia às suas necessidades humanas em favor da busca pelo trabalho alienado e, conseqüentemente, pelo dinheiro para sua sobrevivência.

⁶ Sobre o processo histórico de constituição do trabalho, Engels (1952, p. 9) descreve que: “O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados”.

Entendo que o trabalho, no que se refere à produção de bens úteis materiais e simbólicos ou à criação de valores de uso, é condição indispensável à vida dos seres humanos em relação aos outros. Sobre essa ótica, o trabalho transforma os bens da natureza ou os produz para responder, antes de tudo, às suas múltiplas necessidades. Por isso, o trabalho é humanamente indispensável ao homem desde sempre, criador de valor de uso, imprescindível à reprodução da vida.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1996, p. 303).

Para entender a dimensão criadora de vida do trabalho e as formas históricas que ele tem assumido, Frigotto (2010) considera que é crucial responder não à pergunta genérica: “o que é ser humano?”, mas sim: “como se produzem socialmente os seres humanos?”. É possível perceber, na compreensão histórica fundamental, que temos o ser humano por uma tripla dimensão: é individualidade, sendo; é natureza, constituindo e dependente de ar, água, comida, ferro, cálcio, vitaminas, sais etc.; e é ser social, produzindo sua individualidade e natureza em relação aos demais seres humanos. A individualidade que possuímos e a natureza que desenvolvemos (nutridos, subnutridos, abrigados, sem-terra, etc.) estão subordinadas ou resultam de determinadas relações sociais que os seres humanos assumem historicamente (GRAMSCI, 1978).

Diferentemente do animal, que é programado por sua natureza e, por isso, projeta ou modifica suas condições de vida, adaptando-se e respondendo instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, sua própria existência (LUKÁCS, 1978).

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. (MARX, 1978, p. 298).

A partir dessa elementar constatação, Max destaca uma dupla centralidade do trabalho, quando concebido como valor de uso: criador e mantenedor da vida humana em

suas múltiplas e históricas necessidades, e, como decorrência dessa compreensão, princípio educativo.

O trabalhador, como criador de variedades uso, como trabalhador útil, e indispensável á existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade – é necessidade natural eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 1982, p. 50).

Nesse sentido, para Marx, o trabalho assume duas dimensões distintas e sempre articuladas: trabalho como mundo de necessidade e trabalho como mundo de liberdade. Segundo ele, o primeiro está subordinado às necessidades imperativas do ser humano, considerado em sua condição de ser histórico-natural, que necessita produzir os meios da manutenção de sua vida biológica e social. É a partir da resposta a essas necessidades imperativas – que, por sua vez, estabelecem relativa variação histórica – que o ser humano pode fruir do trabalho mais especificamente humano – trabalho criativo e livre ou trabalho não delimitado pelo reino da necessidade:

Em face de cada novo progresso, o domínio sobre a natureza que tivera início com o desenvolvimento da mão, com o trabalho, ia ampliando os horizontes do homem, levando-o a descobrir constantemente nos objetos novas propriedades até então desconhecidas. (ENGELS, 1999, p. 4).

Concebemos a atividade humana na perspectiva da abordagem sócio-histórica, defendida por Vygotsky (1994), cuja inspiração está em Marx no conceito de trabalho social, o qual apresenta dois sentidos: o primeiro, decorrente das análises da economia política, concebido por ele como atividade alienada e alienante do trabalhador que vive historicamente sob o regime da propriedade privada dos meios de produção; o segundo, como atividade humana criadora decorrente da análise filosófico-política, que Marx faz em *O Capital* (PINO, 2006).

O trabalho constitui-se, para Frigotto (2010), em elemento criador da vida humana, em um dever e em um direito. Um dever a ser aprendido e socializado desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano – como ser natural – necessita elaborar a natureza, transformá-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer suas necessidades vitais e socioculturais, adjacentes na vida diária de pescador artesanal.

O ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve,

se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 1989, p. 154).

Por outro lado, podemos perceber que o trabalho e a propriedade dos bens do mundo também são um direito, pois é por eles que os indivíduos podem criar, recriar e produzir permanentemente sua existência. Impedir o direito ao trabalho, mesmo em sua forma capitalista de trabalho alienado, é uma violência contra a possibilidade de produzir minimamente a própria vida.

Desde o século XVIII, em quase todas as sociedades, o trabalho vem sendo regulado pelas relações sociais capitalistas. Trata-se de um modo de produção social da exigência humana que foi se estruturando em contraposição ao modo de produção feudal e que se caracteriza pela acumulação de capital, mediante o surgimento da propriedade privada dos meios e instrumentos de produção. Para constituir-se, todavia, necessitava – além do surgimento da propriedade privada – da abolição da escravidão, já que era fundamental dispor duplamente de trabalhadores, ou seja, de não proprietários de meios de instrumentos de produção e tampouco de propriedade de senhores ou donos.

É dessa relação social assimétrica que se constituem as classes sociais fundamentais: os periféricos – trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Daqui é que surge o trabalho/emprego, o trabalho assalariado. Tanto a propriedade quanto o trabalho, a ciência e a tecnologia, sob o capitalismo, deixam de ter centralidade como valores de uso e de resposta às necessidades vitais de todos os seres humanos. Sua centralidade fundamental transforma-se em valor de troca com o fim de gerar mais lucros ou mais capital. Por isso, era preciso abolir a escravidão especialíssima, pois é a única capaz de incorporar um valor maior às demais mercadorias que coletivamente produz.

O trabalho assalariado passa a ser a pedra de toque, o manancial de onde se torna possível a acumulação e a riqueza de poucos, mediante a exploração e a alienação do trabalhador. Mas, com a abolição da escravidão – que é em si algo positivo –, a classe capitalista pôde construir ideologicamente uma positividade ao trabalho, explorando, e um critério de julgamento moral. Pessoa confiável é aquela que não é vadia, que trabalha e que não fica à toa. A afirmação do trabalho como algo nobre e positivo é fundamental à nova ordem social capitalista. Trata-se de uma maneira de forçar o trabalhador a empregar-se e a submeter-se à exploração e à alienação.

Esse processo de alienação faz com que o salário recebido pelo trabalhador no fim de semana ou do mês represente apenas parte do tempo pago pelo que produziu de bens ou serviços, a outra parte fica com quem empregou o trabalhador. Parte de seu esforço que tem como resultado mercadorias ou serviços é, então, alienada, ou seja, é apropriada pelo empregador (mais valia). O que mascara essa exposição é sua legalização pelo contrato de trabalho.

A mais-valia é sua propriedade, ela jamais pertenceu a outro. Se a adianta para a produção, ele faz, exatamente como no dia em que pela primeira vez pisou no mercado, adiantamentos de seu próprio fundo. Que, dessa vez, esse fundo se origina do trabalho não-pago de seus trabalhadores, não altera absolutamente nada na coisa. Se o trabalhador B é ocupado com a mais-valia que o trabalhador A produziu, então, primeiro, A forneceu essa mais-valia sem que se tenha deduzido um real do justo preço de sua mercadoria, e, segundo, B não tem absolutamente nada a ver com esse negócio. O que B exige e tem direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho. (MARX, 1996, p. 219).

A ideologia dominante passa a ideia de que, ao assinarem um contrato, patrão e trabalhador o fazem igualmente livres e nas mesmas condições. Na verdade, a situação do patrão, comprador de força de trabalho, e a do trabalhador, vendedor de sua força de trabalho, configuram uma relação de classe profundamente desigual. Nesse sentido, o contrato de trabalho, sob o capitalismo, é uma legislação da desigualdade ou uma exploração legalizada. O grau de exploração varia de país para país ou de região para região, fundamentalmente, de acordo com a organização dos trabalhadores que lutam por leis que lhes garantam direitos e com o maior ou menor número de trabalhadores que buscam trabalho. Em tempos de desemprego estrutural, como o que vivemos atualmente, aumenta também a exploração e a perda de direitos conquistados.

As grandezas relativas do preço da força de trabalho e da mais-valia são condicionadas por três circunstâncias: 1) a extensão da jornada de trabalho ou a grandeza extensiva do trabalho; 2) a intensidade normal do trabalho ou sua grandeza intensiva, de modo que determinado quantum de trabalho é despendido em determinado tempo; 3) finalmente, a força produtiva do trabalho, de tal forma que segundo o grau de desenvolvimento das condições de produção o mesmo quantum de trabalho fornece no mesmo tempo um quantum maior ou menor de produto. Combinações muito diferentes são evidentemente possíveis, conforme um dos três fatores seja constante e dois sejam variáveis, ou dois fatores constantes e uma variável, ou, por fim, os três sejam simultaneamente variáveis. Essas combinações são ainda multiplicadas pelo fato de que, com variação simultânea de diferentes fatores, a grandeza e a direção da variação podem ser diferentes. (MARX, 1996, p. 147).

Em sociedades nas quais os trabalhadores estão mais organizados em sindicatos ou partidos, não se eliminou a exploração do trabalho, mas tornou-se menor. Grande parte

dos países europeus tem, hoje, salário mínimo equivalente a cerca de mil dólares. No Brasil, o salário mínimo não atinge 270 dólares. Ampla literatura nos mostra as lutas da classe trabalhadora em defesa de seus direitos e como estes são atingidos em tempos de crise. O período entre o final do século XIX e início do XX, como nos mostra o historiador Eric Hobsbawm (1995), foi marcado por revoltas, lutas e guerras; na primeira metade do século XX, duas guerras mundiais e revoluções socialistas de 1917.

Portanto, o trabalho, enquanto atividade criadora para os pescadores artesanais, se estabelece em uma relação entre os fenômenos naturais e o outro. Desse modo, sua habilidade e talento circunscrevem-se em seu conhecimento e na utilização dos seus instrumentos de trabalho em momentos precisos. O objeto da ação do seu trabalho não é estático e exige um saber-fazer sobre um meio em constante movimento e transformação. A formação da identidade desse trabalhador é resultante de uma relação de troca com a natureza, onde a reciprocidade é o princípio organizador do seu trabalho.

CAPÍTULO III – TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO: IMPACTOS NA VIDA DOS PESCADORES ARTESANAIS

O trabalho na sociabilidade do capital constitui, ao mesmo tempo, uma forma de construção social e negação do homem, enquanto gênero humano, pois as relações de trabalho apropriadas pelo capital desumanizam a própria atividade humana, como havia postulado Marx no século XIX. Assim, os pescadores artesanais, ao se adequar a esse sistema, tendem a se tornar um trabalhador empregável, com competências para se inserir no mercado de trabalho, negligenciando sua formação enquanto um sujeito capaz de viver distante dessa lógica, distante da sua essência. Isto porque o próprio processo de trabalho no âmbito do capital se descaracteriza como uma condição de realização humana, intrínseca ao ser humano, e funciona apenas como instrumento de potencialização das forças produtivas do capital.

Neste capítulo, queremos evidenciar que este modelo de ser humano polivalente, tecnológico, que dá sentido ao capital, tem se constatado no campo da pesca artesanal. O sujeito pescador, para sobreviver, necessitou, ao longo dos tempos, absorver na pesca artesanal elementos necessários à sua prática de trabalho, que vem caminhando para esta direção e este modelo de homem. Suas práticas de trabalho absorvem modelos de desumanização e “inserção” aos espaços produtivos mediatos, como também, espaços coletivos, de formação e de integração.

3.1 O QUE COMPREENDO SOBRE PESCA E PESCADORES ARTESANAIS

Os pescadores, ao longo da construção de suas identidades, com técnicas e saberes passados de geração em geração, construídos a partir de sua interação social, cultural, simbólica e, por que não dizer, territorial, apreendeu de maneira ímpar a “linguagem natural”, que lhes permite indicar a profundidade do rio e, até mesmo, a quantidade de peixes em determinado local. A partir dessas atividades e dessa vivência, surgiram interações sociais, econômicas, territoriais e culturais particulares que, ao longo do processo, não foram reconhecidas devido à falta de políticas públicas voltadas a essa categoria de trabalhadores.

A história dessa formação do pescador está ligada à atividade da pesca artesanal, que, embora não seja a única atividade praticada pelas comunidades ribeirinhas, tem uma enorme importância na configuração dos modos de vida, nos processos produtivos e na

formação da identidade dos sujeitos, uma vez que ela tem sido reconhecida como uma das principais fontes de subsistência para as comunidades de pescadores artesanais.

De acordo com Veríssimo ([1895] 1970, p. 13-14), o volume de espécies pescadas e seu valor comercial permitiam que se pudesse distinguir as pescarias na região em grande pesca e pequena pesca. A grande pesca tinha por finalidade o comércio de espécies capturados, constituindo, segundo esse autor, “[...] ao menos periodicamente uma indústria”; a grande pesca abrangia a pescaria do peixe-boi, tartaruga, tainha e pirarucu e a atividade de beneficiamento das gorduras de algumas espécies e dos ovos de tartaruga. A pequena pesca objetivava a subsistência, mas, às vezes, fornecia uma certa quantidade de peixe para o mercado consumidor local; a pequena pesca podia ser executada concomitantemente à grande pesca ou de forma isolada.

A pesca, como prática cultural e econômica, configura-se como uma ação que envolve uma combinação lógica de diversas práticas sociais da vida cotidiana, pois é executada de forma coletiva e acompanhada de outras atividades, como a agricultura, a caça e o extrativismo vegetal, particularmente nesta região do baixo Tocantins, caracterizada pela extração do açaí.

Desde o início do processo de ocupação na Amazônia, a prática da pesca como fonte de obtenção de alimento esteve presente em todo o tempo. Os produtos oriundos das pescarias eram bastante importantes na dieta alimentar dos índios, junto com a caça, a coleta e a plantação de determinados vegetais. Os índios desenvolveram várias técnicas de captura e conservação das espécies pescadas, as quais foram posteriormente utilizadas pelos colonizadores europeus, quando começaram a desbravar a região. A presença de vários tipos de produtos que poderiam ser utilizados na alimentação dos viajantes foi muito importante, pois possibilitou a realização de viagens de exploração do território amazônico, que visavam identificar recursos naturais que pudessem ser explorados. A pesca, embora a caça também tivesse importância, constituiu a principal fonte de provisão alimentar das pessoas que participaram dessas expedições de exploração (VERÍSSIMO ([1895] 1970, p. 108):

Ao trazer inicialmente para o debate a compreensão e a caracterização da formação do pescador, estabelece-se, de modo intrínseco, a ligação entre esse pescador e sua atividade, que é a pesca artesanal, sobretudo pela vivência que esses sujeitos estão envolvidos. Este sujeito tem assumido presença marcante no âmbito da pesquisa em educação, o que ajudou a construir no Brasil uma sociedade capaz de conviver com

diferentes práticas sociais. Trata-se de buscar referência do saber desses pescadores no sentido de reconstruir e redefinir a identidade pertinente ao campo do conhecimento em Educação, estabelecendo a apropriação desse conhecimento nesse universo conceitual, cuja finalidade está no princípio de uma história particular, pois, desses saberes, sobre os quais foram impressas subjetividades e consciência, resultaram em intervenções no processo social real:

Diferente do saber técnico-científico, as relações que os pescadores estabelecem com os rios e matas são conformadas por saberes que estes sujeitos têm construído por meio de suas narrativas e oralidades, por relações que estabelecem um com os outros e com diferentes ecossistemas, ou seja, são saberes que são produzidos na vida cotidiana. Para além do empirismo ingênuo, estes saberes por serem construídos cotidianamente no exercício de suas práticas socioculturais, orientam e informam suas relações e conformam suas atividades produtivas. (SILVA, 2009, p. 20).

Sobre este saber, Santos (1989, p. 56) afirma que, para se estabelecer como conhecimento, o conhecimento científico teve que romper com o senso comum, e, no momento, torna-se necessário fazer uma segunda ruptura, resgatando outras formas do conhecimento para uma nova ciência, mais afeita aos desafios contemporâneos. Não se trata de negar um em função do outro, mas sim de estabelecer um novo diálogo entre saberes, porque, em um modelo que contemple as questões da pesca artesanal, o saber dos pescadores tem muito a contribuir.

Em uma perspectiva mais abrangente, a pesca artesanal, uma das atividades extrativistas mais tradicionais na Amazônia, tem garantido o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos – mar, rios, lagos, igarapés, igapós, estuários de rios – e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial (McGRATH, 1993; LOPES, 2008). Por isso, o envolvimento da população pesqueira junto ao rio vai além da exploração para aquisição do alimento, uma vez que esse rio representa para o ribeirinho um espaço produtivo de trabalho socialmente construído (FURTADO; LEITÃO; MELLO, 1993; SILVA, 2001).

Com relação à importância dos rios, Simonian et al. (2010, p. 144) diz que:

[...] os rios na Amazônia configuram-se como condição indispensável para a sobrevivência das populações locais, mormente daquelas que vivem nas regiões mais afastadas dos centros urbanos de porte grande. Os rios servem como importante via de comunicação, são fonte de proteína animal, servem para higiene pessoal e limpeza de utensílios domésticos, além de lugar de lazer ou brincadeira de crianças e adolescentes ribeirinhas, é exatamente por esta condição que as famílias amazônicas procuram as margens dos rios e igarapés para fixarem moradia e; ou fazerem suas roças.

Em resumo, o rio é uma via de acesso e comunicação, local de vivência e morada do homem, culminando com a sua relação com o ambiente e contribuindo para a sua própria conservação.

É possível perceber, então, que, por meio de seus saberes, as famílias de pescadores artesanais atribuem múltiplos significados e conhecimentos ao rio. A dimensão material desses significados está conformada por processos organizativos de seus hábitos e práticas culturais, configurados por meio de suas atividades agrícolas, de suas práticas de pesca e lazer, e de seus deslocamentos, entre outras; a dimensão simbólica está expressa principalmente nos seus rituais religiosos, conformada nos mitos, que ainda fazem parte do imaginário de muitos ribeirinhos, conforme suas tradições culturais.

Sem dúvida, os pescadores artesanais se caracterizaram, principalmente, pela simplicidade da tecnologia, mas também pelo baixo custo de produção. Baseada em conhecimentos transmitidos ao pescador por seus ancestrais, pelos mais velhos da comunidade, ou mesmo pela interação com os companheiros do ofício (MALDONADO, 1986), essa produção, que é alcançada por equipes de trabalho formadas por relações de parentesco, é, em parte, consumida pela família e o restante é comercializado.

Esse aprendizado com os “mais velhos” e com a própria experiência, segundo Diegues (1995), constitui o domínio do saber-fazer, cerne da profissão do pescador, materializado na figura do “mestre” depositário dos segredos do mar. A necessidade de transmitir esse conhecimento ao longo das gerações é a medida de confiança nele depositado. Muitos pescadores artesanais podem ser considerados, por outros da mesma profissão, como “artistas do mar”, mas só o mestre é que consegue ser o guardião da tradição.

O processo de formação dos pescadores artesanais, do momento de sua iniciação na pesca, passando pela profissionalização até chegar à mestrança, é assim descrito por Cardoso (2001, p. 60):

Inicia-se na infância por um processo por vezes lúdico e vai constituindo-se como uma cultura própria, uma cultura pesqueira [...] inicia-se na infância a vivência com os processos pesqueiros e passa por vários níveis de parentescos, pais, avós, cunhados, tios, irmãos [...] A profissionalização depende da possibilidade de uma pequena poupança a ser investida em terra na construção da casa ou na compra de uma pequena embarcação [...] a mestrança guarda em si a prática e conhecimento construído ao longo de décadas no trabalho com o mar.

As fases de aprendizagem do pescador artesanal revelam, portanto, que há, ao longo de sua trajetória, um processo de relacionamento e de apropriação com a natureza.

A atividade da pesca torna-se, dessa maneira, uma articulação dos processos naturais e sociais na produção e reprodução do conhecimento.

A capacidade criativa como este sujeito lida com o mar, cuja relação está mediada pelo trabalho, é um elemento importante sobre o qual se assenta a noção da arte de ser pescador, tal como demonstra Ramalho (2008, p. 5):

A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios.

Compreende-se, portanto, que o saber local, enquanto patrimônio de uma população, enraíza-se como expressão simbólica e material de um determinado grupo social, a partir do seu jeito de ser, das formas de viver, estar e ver o mundo. As práticas subjetivas e objetivas corporificam e moldam modos de vida ao projetar formas de convivência reveladora de particularidades sociais. Refletindo acerca da comparação da arte da pesca a outras formas de trabalho artesanal, Diegues (1983, p. 198) diz que:

No caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato. Se compararmos o pescador artesanal a um artesão de móveis, constatamos algumas diferenças importantes. Este adapta seus instrumentos de trabalho a uma matéria-prima relativamente homogênea: a madeira. Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de capturas utilizados para diferentes espécies, num meio em contínua mudança.

Artesanal, nesse contexto, está associado à ideia de artesão. Desse modo, o pescador artesanal, ao usar sua habilidade e talento, circunscreve-se em seu conhecimento e na utilização dos instrumentos de trabalho (redes, anzóis, matapis, conhecimentos sobre mudanças de local de pesca e do pescado, entre outros), em momentos precisos. Todavia, o objeto da ação do seu trabalho não é estático, pois, em um meio em constante movimento e transformação, sempre é exigido um constante saber-fazer.

Sobre a formação desse pescador artesanal, Mello (1985) destaca que os europeus, desde sua chegada ao Brasil, ocupando o espaço amazônico inicialmente em busca das drogas do sertão (séc. XVII) e, posteriormente, expandindo a economia extrativista (fins do século XVIII), sobretudo da borracha, trazem consigo o costume da prática agrícola. Assim sendo, surge a figura do “pescador lavrador”, ou seja, o trabalhador que vai extrair para o seu sustento alimentos, tanto do mar (rios) quanto da terra, nunca sendo, porém, um especialista de atividade exclusiva.

A pesca era considerada uma atividade ocasional, restrita em geral ao período de safra (como o da tainha⁷, por exemplo) e, em alguns casos, verificou-se uma transformação (parcial ou preponderante) do pescador lavrador em pescador marítimo, integrado ainda à pequena produção mercantil.

Em sua relação com o oceano/mar, os “pescadores marítimos” não só elaboram uma imagem de si próprios, mas também criam mitos e práticas rituais, classificam os recursos naturais segundo categorias específicas e têm linguajar próprio. Ao contrário de comunidades de pescadores que vivem ecossistemas litorâneos abrigados as sociedades marítimas desenvolveram práticas e rituais variados, em geral destinadas a aplacar os espíritos do oceano/mar. (SILVA, 1982, p. 45).

Pode-se afirmar que os pescadores artesanais são condicionados pelos ritmos da natureza e pelas variações sazonais que determinam suas parcerias. Somado a isto, há outras características comuns: têm baixo nível de escolaridade; são produtores autônomos ocupando quase totalmente seu tempo de atividade de pesca e também são proprietários do seu meio de produção, sem vínculos empregatícios ou de assalariamento.

Em relação ao grau de escolaridade dos pescadores e das pescadoras, segundo dados do Ministério da Pesca, de 2011, atualmente mais de 80% dos pescadores são ainda analfabetos. O analfabetismo, acredito, contribui para manter e mesmo agravar os contextos de exploração desses trabalhadores. Essa situação se dá por várias razões, dentre as quais: ausência de escolas ao longo das comunidades e, quando elas já estão instaladas, há uma precariedade em seu funcionamento; inexistência de prédios próprios – muitas escolas funcionam com pequenas salas multisseriadas, na maioria das vezes em barracões comunitários, com um número limitado de professores qualificados, na maioria das vezes transferindo as metodologias urbanas para as atividades realizadas nas escolas rurais.

É apenas na década de 1980, segundo Gomes (2009, p. 10), que se inicia a estruturação de uma rede oficial de ensino, com a construção de pequenos prédios e a contratação de professores e professoras pelas prefeituras municipais. Pode-se dizer que melhorias na rede de escolas públicas das comunidades vão ser notadas apenas nos anos 1990, rompendo-se em parte com a situação anterior, marcada por interrupções, ausência de professores locais, professores sem formação pedagógica, além dos deslocamentos de alunos (crianças e adolescentes) e até professores por longas distâncias a escolas de outras comunidades.

⁷ Para mais informações sobre a *tainha*, peixe típico da região amazônica (cf. VERÍSSIMO, 1970).

Apesar da baixa escolaridade,⁸ esses pescadores exercem a pesca como atividade econômica prioritária, desenvolvendo relações de trabalho com base na parceria, com tecnologia de captura seletiva e não mecanizada. Constatou-se, dessa maneira, um descompasso entre as escolas das comunidades e a vida local; em um ambiente onde a atividade da pesca se apresenta, na maioria das comunidades, como a principal fonte de sobrevivência e possuindo uma dinâmica definida especialmente pela relação direta com o rio, torna instável a frequência a uma escola rígida em seus horários e o cumprimento de seus procedimentos, objetivos e metodologias.

O distanciamento entre a pesca e a escola não pode ser compreendido, todavia, como sendo apenas uma questão de horário e de ritos externos; acredito que isso ocorra porque a escola não cumpre uma de suas funções mais precípuas: a da relação com a vida e com o trabalho local.

Por outro lado, esses pescadores, que foram ao longo dos anos ignorados pelo poder público,⁹ possuíam condições precárias de moradia, educação, saneamento e trabalho, que muito lentamente vêm sendo melhoradas ao longo dos últimos anos.

A falta dessas condições materiais contribuiu para moldar a figura do pescador como um desprovido de conhecimento, segundo uma conotação preconceituosa firmada na sociedade da época, que o rotulava como portador de “incapacidade”, resultante de seu “atraso e acomodamento” (MELO, 1985, p. 75). Eis, portanto, o que seria o retrato desse pescador:

Sedentário, lavrador à beira rio [...] Onde o encontrareis sempre furtando ao trabalho diário, sem ardor e nem pressa. O tempo, um “instantinho”, como ele diz, de ir a qualquer água, ali perto, como um de nós vai à cozinha “pegar peixe” ou “mariscar” na sua expressão típica. (MENDES, 1968, p.69).

⁸ Com relação ao nível de escolaridade desses trabalhadores: “[...] o predomínio é do ensino fundamental incompleto. A impossibilidade de conciliação (estudo-trabalho) fundamenta-se no fato de passarem longos períodos no mar, o que acarreta sempre num déficit para o aluno aprendiz de pescador. Mas, mesmo com uma baixa escolaridade, são indivíduos que possuem um bom grau de esclarecimento no que diz respeito aos seus direitos, principalmente, os trabalhistas e às políticas desenvolvidas na esfera da pesca. São conscientes quanto às necessidades de sua comunidade e questionam as gestões da associação dos pescadores quando não procuram por melhorias para categoria. São também informados e conscientes das proibições e listas de espécies em extinção do IBAMA, contudo, isso não significa dizer que são obedientes às mesmas” (ANDRADE, 2010, p. 109).

⁹ É possível afirmar isso, porque não se tinha política para a pesca artesanal por parte do poder público, como, por exemplo, o atual seguro-defeso, destinado a garantir que, na época do fechamento da pesca, os pescadores recebam uma ajuda financeira; não se tinha também um projeto de alfabetização, como o “Pescando Letras”.

Maués (1979, p. 105) reafirma essa visão implícita, não menos taxativa, quando diz que:

O pescador é sempre apresentado como incapaz, improdutivo, necessitando de ensinamento irracional em sua maneira de visualizar ou de operar o processo produtivo, inábil de aproveitamento dos recursos que a natureza coloca a sua disposição; alguém que executa sua atividade inadequadamente. [...] Ele aparece como alguém quase ou totalmente desprovido de conhecimentos científicos, que manipula uma tecnologia extremamente rudimentar, como de resto é também todo o seu instrumento de trabalho.

O processo histórico ao qual esse trabalhador foi submetido foi violento sob diferentes pontos de vista: “No final do século XIX, inúmeros pescadores artesanais tinham-se tornado verdadeiros proletários do convés, trabalhando 16 horas por dia em condições duríssimas no Mar do Norte” (DIEGUES, 1995, p. 85). De pescadores de subsistência a proletários de convés, a atividade produtiva e criadora da pesca sofreu um processo histórico profundo, que foi de um estranhamento subjacente até um novo modelo que se apresenta com a colonização: o capitalismo. Nesse contexto, ao descrever a formação social do pescador na Amazônia, Veríssimo (1985, p. 7) ainda via uma característica peculiar:

O indígena é principalmente ictiófago, e conseqüentemente, pescador. A mata amazônica, sem embargo do seu volume e espessura, lhe não é obstáculo à vida fácil e cômodo que leva. A prodigiosa rede de canais – rios furos, igarapés, lagos ligados uns aos outros e aos rios próximos – que lhes oferecem o meio mais fácil, mais conveniente, mais propício às suas, aliás, resumidas, necessidades de vida social o desobrigam de devassá-la.

No geral, pode-se dizer que a figura do pescador artesanal foi ofuscada pelo fato de ele não ter institucionalmente uma profissionalização. A pesca não era concebida como uma única atividade, sendo vista como complementar da caça executada à época pelos povos indígenas. Ao se referir a essa categoria de trabalhadores, Thiago de Melo dizia ser comum a ideia de que “[...] boa parte da população da gente do interior vive mesmo é de farinha de mandioca e de peixe” (2006, p. 27).

A definição normativa de “pescador artesanal” só foi dada oficialmente pelo Decreto-Lei nº 221/67, em seu artigo 26, que o define como: “[...] aquele que matriculado na repartição competente segundo as leis e regulamentos em vigor, faz da pesca sua profissão ou meio principal de vida” (BRASIL, 1967). Esse mesmo decreto define pesca como: “[...] todo ato tendente a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida” (BRASIL, 1967).

Essa definição só foi possível porque não se tinha referência anteriormente do que seria a função do pescador artesanal. A explicação mais simplista é aquela que assegura ser qualquer pessoa que pesca, porém essa afirmativa é insuficiente para uma caracterização mais precisa. Outra possibilidade remete à noção de homem do mar, ou pessoa que passa sua vida dentro de um barco, porém essa visão também é parcial e elimina a identificação de parte do grupo social.

Deve levar em consideração, segundo Diegues (1995), que os pescadores artesanais possuem percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e de dependência de seus ciclos. Estão associados a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não havia se tornado mercadoria, com grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado, mesmo existindo, não é total.

Quando pensamos sobre o trabalho na Amazônia, há de se levar em consideração três elementos importantes: a agricultura, na relação com a terra; a pesca, com relação às águas e à coleta; e o extrativismo, com relação à floresta. Os pescadores artesanais na Amazônia tocantina são caracterizados pela prática de várias atividades ligadas à sua sobrevivência econômica e cultural. Praticam, além da pesca, a mariscagem, a agricultura (na qual se insere também a criação de pequenos animais, como galinhas e porcos) e o extrativismo, especialmente do açaí. Essa característica pluriativa pode ser percebida tanto na observação direta de sua rotina quanto no conteúdo dos diálogos estabelecidos entre as comunidades.

Esses trabalhadores, principalmente a partir de 1980, vêm se tornando um grupo social de muita importância econômica e cultural dentro da sociedade brasileira. Em sua atividade de pesca, eles sofrem influências das externalidades ambientais geradas pelos diversos atores sociais que ocupam o mesmo sistema – o caso mais visível nessa região, foi o da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a partir do discurso desenvolvimentista que, para os ribeirinhos, trouxe, dentre outras coisas, a diminuição do pescado, o aparecimento de doenças, a poluição das águas, etc.

A formulação de políticas públicas para a pesca, por vezes, possuiu um viés produtivista, que não conseguia atender às múltiplas dimensões da vida deste grupo, muitas delas só foram conquistadas via movimento social, haja vista que a visão setorial na pesca impossibilitava ações de formato mais sistêmico e holístico, que poderiam ajudar no estabelecimento de patamares de sustentabilidade da totalidade do sistema.

3.2 SABERES E TRABALHO: UMA RELAÇÃO COM A PESCA ARTESANAL

Dialogar sobre o saber do pescador artesanal na trajetória de vida a partir do trabalho significa entender que os chamados saberes tradicionais foram criados nas estreitas relações entre o homem e a natureza. Dessa relação, é que nascem os saberes necessários para a inserção do homem na sociedade, pois estabelecem novas possibilidades de trabalhos que advêm da transformação do próprio sujeito a partir das relações sociais.

São conhecimentos transmitidos das gerações mais experientes para as mais jovens, principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano (MORAES, 2005). À medida que o homem amazônico se vê diante de fenômenos e situações particulares, ele desenvolve um conjunto de representações e significações que lhes permite enfrentar as diversas situações que se apresentam em seu cotidiano, criando sempre novas formas de trabalho.

No contexto em que esta pesquisa se encaixa, a tradição é interpretada como algo em movimento, dinâmico, um conhecimento inveterado transmitido de geração a geração, pois o saber dos pescadores artesanais é cumulativo, ou melhor, ele é produzido por gerações sucessivas e evolui a cada passagem; é empírico, pois se confronta com o teste da experiência diária, com a “ida” a campo, e é dinâmico, uma vez que se transforma em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas.

Devido à vida que levam, ao conhecimento acumulado e à educação que recebem desde pequenos, os pescadores conhecem também os limites da coleta de acordo com o ritmo da natureza, tendo, na maioria das vezes, como condição de sua reprodução, a manutenção do equilíbrio ambiental.

Os saberes tradicionais são, com frequência, desvalorizados também pela comunidade científica, por estarem localizados, segundo Allut (2000), na parte mais baixa da “árvore do saber”, no que diz respeito à formação que os pescadores possuem. Nesse pensamento, os pescadores não geram conhecimento confiável, porque não receberam a instrução necessária para isso, ou seja, não frequentaram escolas, nem universidades para o ensino dessas habilidades. Então, não seria possível que esses saberes tivessem valor de verdade, uma vez que não derivariam do método científico.

Os conhecimentos que os pescadores artesanais trazem em sua “bagagem” profissional são, dentro de seu lócus, muito importantes do ponto de vista da contribuição

para a conservação da natureza, uma vez que esses saberes são construídos pela observação constante do ambiente em que vivem. Logo, o conjunto de saberes teóricos e práticos que os pescadores artesanais possuem sobre o comportamento, a reprodução e os hábitos da vida que levam, do trabalho que executam, assim como os ciclos naturais, oferece uma rica fonte de informações de como manejar, conservar e utilizar os recursos pesqueiros de uma maneira sustentável. Tratar, portanto, desses conhecimentos dentro da perspectiva da importância das tradições, conforme a dimensão que assumem atualmente os problemas socioambientais, demonstra o quanto é necessário o surgimento de novos caminhos para a sociedade. Caminhos estes que devem ser compreendidos à luz de uma nova sensibilidade e de uma nova racionalidade acerca da natureza.

Os saberes, nesse contexto, são vistos como insuficientes, pois foram construídos com base em um empirismo ingênuo, resultante somente de percepções causais elaboradas sem controle no processo de observação. Negam, com isso, a relação secular que os pescadores têm com o ambiente marítimo e também todo o rico e detalhado conhecimento acumulado ao longo de várias gerações. Para Castro (2000), esses conhecimentos devem, sim, ser priorizados, objetivando valorizar os recursos naturais para poderem controlar e racionalizar seus usos sob padrões ocidentais de sustentabilidade.

Cada um busca, em seu âmbito, objetivo semelhante: oferecer certo controle da natureza, no primeiro caso, na forma de explicações causais, marcadas por teorias complexas de médio e longo alcance e, no segundo caso, recorrendo a outras estratégias explicativas que necessitam de interpretação rápida, a fim de possibilitar a tomada de decisões objetivas e pontuais. Com isso,

Não se nega a importância dos saberes dos pescadores como elemento de fortalecimento de uma identidade classe, mas sim a realidade socioeconômica que inviabiliza a atividade laboral do pescador, impedindo-lhe que se constitua sujeito de uma práxis produtiva definidora também de classe. (RODRIGUES, 2012, p. 160).

Os saberes dos pescadores nesse novo cenário vislumbram, portanto, dois sentidos:

a) é um saber dado no movimento da pesca, que se aprende no convívio familiar e cuja dinâmica se expressa nas práticas artesanais, nos conhecimentos da natureza, em um caráter transgeracional, em que as concepções e crenças são passadas por meio das gerações familiares (MALDONADO, 1986), fornecendo a base da convivência dos pescadores artesanais entre si e com o seu ambiente.

Através do seu conhecimento que tem da natureza que explora para sobreviver do seu trabalho no mar, o homem se apropria, de determinadas maneiras, dos ambientes produtivos e do mundo em que vive. Essa apropriação se realiza no processo de trabalho e o ultrapassa, pois inspira modos de ser e de estabelecer relações sociais, de constituir famílias, de organizar o trabalho. (MALDONADO, 1986, p. 7).

b) está relacionado à tendência para diminuição do número de pescadores artesanais ameaçando a continuação da pesca artesanal pelas futuras gerações, pelo fato de a sustentabilidade econômica, ou seja, a pesca artesanal não ser capaz de manter por si só o homem do mar em seu local de morada.

Sendo assim, temos uma contradição no que se refere ao trabalho e, por conseguinte, à educação no contexto dos pescadores artesanais, pois, ao mesmo tempo em que o saber é transmitido, na maioria das vezes, de pai para filho, esses pais não desejam que seus filhos reproduzam esta cultura. Torna-se preponderante, então, buscar compreender que variáveis estariam ocasionando tais ambivalências.

No que tange à primeira questão, segundo Costa (2004, p. 257), o saber familiar e a dependência dos recursos naturais levam a crer que a atividade da pesca artesanal se dá de forma exclusiva como prática de subsistência. Com relação à segunda proposição, o desejo dos pais de mudança da atividade pesqueira para os seus filhos ocorre pela falta de acesso aos bens sociais e de políticas públicas centradas com ênfase maior nos centros urbanos.

Podemos considerar que as comunidades de pescadores construíram um repertório de conhecimentos sobre os produtos dos rios e da mata, como peixes, camarão, açaí, ervas, madeira, palhas, frutas, que, por meio dos seus saberes, têm garantido usos múltiplos desses recursos, utilizados tanto na sua dieta alimentar e no tratamento de suas doenças, quanto na fabricação de objetos domésticos e de apetrechos de pesca, na construção de suas moradias e na comercialização de pequenos excedentes.

O rio e a terra são compreendidos não só como espaço de trabalho, mas também de moradia, sobrevivência, de convivência comunitária e de educação. Essas representações estão associadas ao existir pessoal e comunitário, sobretudo, em torno de uma consciência ecológica associada à necessidade de sobrevivência humana. Cotidianamente, na relação direta com diferentes ambientes, constroem, ampliam ou reconstroem saberes que têm garantido uma relação responsável com os recursos da natureza.

3.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS

No cotidiano do trabalho na pesca artesanal no baixo Tocantins, essa atividade se apresenta enquanto resistência ao modo de produção capitalista pela sua prática de subsistência e, ao mesmo tempo, produz saberes construídos na relação homem/natureza e, dessa prática, o ato de transformação. É o trabalho que medeia essas transformações e pelo qual o pescador artesanal produz saberes e se constrói como ser social, diferente das leis que regem a natureza, já que o ato de exercer trabalho é idealizado no processo de consciência antes de sua objetivação prática. Nessa produção de práticas e saberes nascidas das relações de trabalho, há a transformação do homem juntamente com a natureza instrumentalizada na qualificação de novas formas de trabalho necessárias a vida na pesca.

Marx e Engels (2007), em “A ideologia alemã”, constroem elementos que possibilitam compreender como se dá essa relação. O primeiro ato necessário à própria condição do homem seria produzir meios de satisfazer suas necessidades primeira (comer, beber, se vestir), características da vida na pesca que outrora satisfazia e justificaria a ação de subsistência do pescador artesanal. Com essa condição satisfeita, seria, portanto, adquirida novas estratégias de sobrevivência de modo que a produção de vida e trabalho seria uma relação natural ao tempo em que é condição de vida.

A partir das relações de trabalho dos pescadores artesanais com essa atividade nascem diversos saberes que são pertinentes aos modos de produção, sendo no capitalismo a relação trabalho *versus* capital que predomina. O trabalho pode ser definido, como labor humano, como uma relação do homem com o mundo que o cerca. Pensado como individualidade, ou subjetividade, o homem não é um universo autônomo que se baste a si mesmo. Ele precisa sair de si e ir ao mundo para poder realizar-se. Portanto, o isolamento do homem há de ser rompido em função das necessidades básicas para sua manutenção. O homem transforma a natureza com o seu trabalho e produz bens necessários à sua reprodução social e biológica. Essa relação do homem com o mundo pelo qual ele o transforma, é propriamente humana, pois é ação da cultura. Todavia, as necessidades do homem não se suprem completamente nessa ida primeira ao mundo. Surgem outras necessidades mais complexas, que exigem compreensão. Essas são necessidades mais propriamente humanas. E o modo como o homem se porta diante delas vai, pouco a pouco, definindo-o como humano.

Marx (1813) pensava no trabalho como essência do homem:

O trabalho é a essência do homem, pois é o meio pelo qual ele se relaciona com a natureza e a transforma em bens a que se confere valor. Esta noção de trabalho é perfeitamente relacional: o trabalho é a relação do homem com o mundo, pela qual aquele transforma este, valorando-o. O valor atribuído pelo homem ao mundo transforma o homem ao seu modo para retirar do mundo sua subsistência.

A relação de trabalho enquanto relação do homem com o mundo é o trabalho do homem para si, porém, esta não é a forma exclusiva da relação de trabalho. O trabalho é também do homem para o outro na medida em que o homem se relacionar com outros homens (SILVA, 1996). A relação de trabalho, além de ser homem-mundo, isto é, entre o sujeito e o objeto, é também uma relação homem-homem e, portanto, intersubjetiva. O pescador artesanal não trabalha sozinho e não aprende sozinho. Há uma relação de respeito aos saberes construídos com os mais velhos no sentido de aprender a fazer.

Além de prover a própria subsistência, o homem provê a subsistência de outros homens, seja isto seu próprio fim, seja ela meio para isto. Assim, a relação de trabalho, enquanto intersubjetiva, se especifica de dois modos: o produto da ação do homem sobre o mundo, que resulta no trabalho que pode ser apropriado e consumido pelo indivíduo mesmo que o realizou – hipótese em que será trabalho para si –; ou pode exceder as necessidades e capacidades de consumo desse indivíduo, com o que será apropriado e consumido por outro, ou outros indivíduos. Neste último caso, será trabalho para outro. Esse trabalho pode ser realizado de modo livre, quando o trabalhador se torna uma espécie de comerciante do produto de seu trabalho; ou de modo coagido, quando o trabalhador é impelido por outrem a produzir algo. Interessante notar que, muitas vezes, o trabalho de uns é impelir os outros a essa produção, pela coação, de modo que uns, os que se fazem suficientemente fortes para isso, retiram sua subsistência do produto do trabalho de outros, mais fracos, e nisso se configura o seu trabalho.

Pelo trabalho, o homem se relaciona com o mundo físico e com o mundo cultural de todos os homens. O homem se retira da natureza, tornando-se propriamente homem, quando altera o mundo por seu trabalho – pensado aqui em sua forma concreta –, quando faz cultura. Daí Marx (1813) pensar o trabalho como essência do homem, como já fora abordado anteriormente. Com o advento do trabalho humano, passa-se do mundo do dado, da natureza, para o mundo do construído, da cultura, que pode ser pensado como propriamente humano.

Em uma perspectiva materialista, o homem não pode ser nada além, ou aquém, daquilo que ele faz: o homem é o que faz, é sua ação. E, no âmbito daquilo que faz, o homem é, mais propriamente, aquilo que ele faz para sobreviver, para reproduzir sua existência. A reprodução social dos indivíduos é possível pelo trabalho. O trabalho é, ao mesmo tempo, criação e labor físico. Mas a desigualdade social de acesso à riqueza, devido aos movimentos de acumulação e de concentração do capital, no modo de produção capitalista, faz com que muitos homens trabalhem, e muito, mas não consigam garantir sua subsistência e dignidade como indivíduo, enquanto outros podem trabalhar muito menos e auferir altos salários, ou mesmo viver pelo trabalho de outros. Seja como for, pensado enquanto relação do homem com o mundo ou dos homens entre si, o trabalho é sempre uma relação (SILVA, 1996).

Seus saberes da pesca como possibilidade vital para transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, é condição na qual Marx e Engels (2007) afirmam que, enquanto indivíduos, somos dependentes da própria natureza e, dessa forma, do produto do trabalho necessário à nossa própria sobrevivência. Há uma subordinação da pesca e do pescador na lógica do capital que altera o ritmo de vida e de trabalho, visível na perda de autonomia do uso, obrigando-os a inserirem na lógica perversa da acumulação capitalista de bens de consumo.

Os saberes do trabalho na pesca artesanal no baixo Tocantins têm como característica central a subsistência, onde diversas maneiras da atividade aparecem como relevantes na mediação homem-natureza. Podemos dizer que, como elementos de pesca, os mais utilizados são a pesca do camarão, com o uso do **matapi**, a pesca do mapará, com rede de **puçá** e o uso de **malhadeiras**.

A maioria dos trabalhadores atuantes na atividade pesqueira não dispõe de condições satisfatórias de trabalho. A renda gerada pelo trabalho é reduzida por conta da baixa produtividade da atividade. Isso é uma consequência das tecnologias disponíveis e utilizadas dada a dotação de fatores e recursos naturais disponíveis. As relações de trabalho ocorrem de forma diversificada, destacando-se as figuras do patrão que dispõe dos bens de capital (dono da rede de pesca, também chamado de puçá) e dos intermediários que utilizam ainda o sistema de atravessadores (caracterizados por meio da venda do pescado).

Na microrregião tocantina, as relações de trabalho na pesca e o meio ambiente variam em função das diversas condições das dinâmicas naturais de enchente, cheia, seca

e vazante das marés, associadas aos ciclos naturais de reprodução das espécies pesqueiras e das dinâmicas sociais de apropriação dos recursos.

Os saberes que se originam desta relação entre homem/natureza tem, na essência, o uso dos conhecimentos do pescador, caracterizados através dos sinais da natureza para a escolha do melhor local (referindo-se ao uso dos apetrechos de pesca) e do melhor horário (referindo-se ao conhecimento sobre as marés), que exigem habilidades e comportamentos diferenciados para a efetiva ação de pesca. Outros saberes que nascem desta relação é a qualidade da água, classificada como **água suja** e **água limpa**, que são essenciais para um produtivo trabalho. Os ventos também são utilizados na percepção de tempo (bom e ruim), pois, quando intensos, limitam a capacidade de deslocamento do pescador. Soma-se a isso o conhecimento tácito na época de reprodução do pescado.

Nesse sentido, a compreensão é de que o trabalho é, então, condição da existência humana, pois, da sua natureza, se extrai a manutenção da vida. Com o passar dos anos, o labor deixou de ser individual para ser realizado de forma coletiva, gerando relações entre todos os envolvidos, ou seja, relações de trabalho.

Os graves problemas que atingem essas relações de trabalho encontram-se aliados a uma série de fatores que impedem o desenvolvimento da atividade de forma eficiente e eficaz, considerando sua importância no contexto socioeconômico do município, dentre os quais podemos destacar: baixo grau de organização da produção; deficiência dos serviços de assistência técnica; carência de conhecimento de tecnologias mais avançadas de captura e conservação do pescado; além da falta de apoio efetivo do Estado e de políticas públicas para o desenvolvimento do setor. Somado a tudo isso destaca-se ainda o alheamento de grande parte da população em relação ao trabalho dos pescadores artesanais, o que conseqüentemente influi na valorização de seu “ofício” (trabalho).

CAPÍTULO IV – QUALIFICAÇÃO E TRABALHO: REFLEXÕES E IMPACTOS NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL

Neste capítulo, objetivamos entender a partir de uma reflexão teórica, como o processo de qualificação vem se constituindo ao longo das transformações dos meios e modos de produção, fruto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Neste sentido, ao realizarmos essa abordagem, inicialmente situamos as transformações nas esferas do pensamento educacional e no mundo da produção, que contribuíram para a afirmação do mundo tecnológico, apresentando elementos conceituais que permeiam a noção de qualificação, destacando as novas demandas do sistema capitalismo, a reestruturação dos meios de produção e como isso ocasionou em uma nova configuração em âmbito econômico e social que tiveram impactos na vida do trabalhador. Percorrer esse caminho conceitual se faz necessário para o capítulo seguinte, pois pretendemos compreender com mais detalhes como isso tem influenciado na vida do pescador artesanal e quais foram as estratégias de qualificação buscadas por esse sujeito para o enfrentamento do sistema capitalista, a fim de manter suas formas de vida, sua cultura.

4.1 A QUALIFICAÇÃO ENQUANTO MECANISMO DE FORMAÇÃO HUMANA

O debate sobre a qualificação-educação nasce com os economistas clássicos, demarcado originalmente por Adam Smith (1723-1790). Em “A riqueza das nações”, Smith dedica os primeiros capítulos à divisão do trabalho, pois proporcionaria o maior progresso social por meio do aprimoramento das forças produtivas. A desqualificação provocada pela divisão do trabalho seria um processo inexorável do capitalismo.

O novo modelo de produção capitalista (toyotismo) visa, por meio da combinação de novas técnicas de produção, reduzir cada vez mais os custos e elevar a lucratividade, porém equipara sua produção de acordo com as demandas do mercado consumidor. Dessa forma, ao mencionar esse regime, Harvey (2008, p. 140), citado por Canali (2010, p. 44), descreve que, em sua atuação, este modelo:

[...] caracteriza-se pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Fez surgir “novos setores de produção, novas maneiras na prestação de serviços financeiros, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

O debate sobre as relações entre educação e trabalho, qualificação e renda sofreu importante inflexão nas últimas décadas. Foi-se o tempo em que bastava constatar que a

população mais educada recebia salários mais elevados, justificando-se o diferencial pelos anos de escolaridade e titulação. Formas de medir este diferencial individual estiveram no cerne da comprovação do “valor econômico da educação”, mesmo quando os benefícios sociais de tais diferenças fossem considerados apenas de maneira difusa, imprecisa e residual.

A discussão sobre a questão da qualificação dentro das universidades se situa no Brasil, nos anos de 1980/1990, quando, primeiramente, a academia passa a refletir sobre o tema e, em seguida, os sistemas públicos e privados de formação profissional repensam a estrutura e dinâmica de seus cursos. Na década de 1990, em um forte contexto de flexibilização das relações de trabalho e de desemprego, a centralidade da qualificação passa para o domínio público: cotidianamente, ela aparece nos discursos do governo, dos empresários, dos sindicatos, da mídia em geral, como instrumento para a solução de problemas individuais – conquista ou manutenção de uma posição no mercado de trabalho – e sociais – aumento de produtividade para as empresas e consequente desenvolvimento econômico e social para os países.

As relações entre qualificação, assalariamento, *status*, renda, capacidade de encontrar trabalho e de manter-se em atividade tornaram-se mais complexas. Na verdade, impõe-se uma reconsideração global das relações entre educação, economia e sociedade, que leve em conta a retração do assalariamento e a tendencial precarização do trabalho em condições de abundância de força de trabalho qualificada e diplomada. Paiva (1998, p. 3) reflete que:

A relação linear e positiva entre educação e rendimentos vê-se substituída por crescente descolamento entre qualificação, status social e profissional e renda – fenômeno que se vincula não só à redução do emprego na indústria, mas à sua tendencial retração no setor terciário e correlata ampliação da excludência e segmentação do mercado de trabalho. Em outras palavras: a educação já não assegura empregos nem renda, embora seja essencial para que o indivíduo encontre nichos nos quais possa ganhar a vida, para que eventualmente entre no mercado formal de emprego, combine atividades formais e informais ou ainda parta para o pequeno empreendimento ou se refugie exclusivamente na informalidade.

Há uma ideia de que o mercado de trabalho impõe exigências ao sistema educacional, mas que este, com as qualificações que oferece, também contribui para configurar o processo de trabalho e a estrutura de ocupações. De modo geral, a política posta em prática foi contrária ao engajamento de trabalhadores qualificados como parte da política de racionalização.

Observando o conjunto das tendências, eles concluem que estávamos diante da transformação do conteúdo de qualificação em quase todas as atividades como:

1. Surgimento de atividades profissionais qualificadas restritas;
2. Permanência de atividades profissionais amplamente qualificadas em nova forma;
3. Novas possibilidades de trabalho qualificado para a utilização de nova tecnologia, novas qualificações sociocomunicativas e maiores exigências técnico-abstratas;
4. Aguda diferenciação das funções e exigências de qualificação sobre uma ampla base de formação. Setores qualificados desaparecem, mas novos são criados (PAIVA, 1989).

A qualificação é um fenômeno que se põe no fio do tempo e, assim, cada época histórica oferece suas respostas ao problema da qualificação, pois toda atividade humana pode ser mais ou menos qualificada. Todavia, sob o capitalismo essas qualidades são objeto de apreciação quanto a seu valor econômico (ALVES, 2015, p. 71).

Pode-se dizer que a qualificação surge com o desvelamento cada vez maior da divisão do trabalho visivelmente fluente no capitalismo, quando a fragmentação de tarefas daí decorrente passa a ser objeto de várias áreas, entre elas a economia – a visão otimista de Adam Smith – e a sociologia – a crítica pessimista de Karl Marx. Entretanto, se esta última ciência nasceu no século XIX refletindo sobre vários aspectos da categoria “trabalho”, é apenas no século XX, com o advento da chamada “administração científica do trabalho”, que a questão da qualificação vai ser analisada de maneira mais sistemática, tornando-se inclusive o objeto por excelência da sociologia do trabalho na França (DADOY, 1984).

Há, sem sombra de dúvida, uma forte substituição do trabalhador qualificado por empregados de escritório, onde a inovação tecnológica penetrou fortemente, as tendências são contraditórias, mas, no seu conjunto, os ramos de atividade mais amplos se restringem; nos setores mais atrasados (como móveis e gráfica), a tendência é para a simplificação do trabalho. Podemos perceber também em Marx (1818-1883), quando diz que a divisão manufatureira do trabalho “[...] é apenas um método especial de produzir mais-valia relativa ou aumentar a autovalorização do capital, o que se denomina riqueza social à custa dos trabalhadores”.

Quando discute a qualificação, enquanto necessidade dos trabalhadores, há um processo de desagregação e expropriação do trabalhador, onde ele, o verdadeiro produtor de toda mercadoria, retira sua segurança e o conhecimento que tem de que a pessoa que o entrega lhe pagará e que, com o dinheiro será capaz de comprar o que precisa. O trabalhador não possui nenhum estoque de mercadoria. É o trabalho que produz todas as

coisas a medida que elas se fazem necessárias e a única coisa que pode ser preparada previamente, é a qualificação do trabalhador. Se a qualificação [...] não fosse previamente criada e estocada, as mercadorias, que cada um deles produz não seriam obtidas (RAMOS, 2009, p. 318).

A qualificação mais do que uma exigência do modelo de produção se tornou um dos principais objetivos dos trabalhadores na tentativa de garantir um espaço no mercado de trabalho, pois, a medida que este almejava a permanência em um determinado emprego, também precisava se inserir em um dos processos formativos que pudessem garantir a qualificação como indicadora de aptidão a determinadas funções ou posto de trabalho, ou ainda formar-se no próprio processo de trabalho, o que é comum na sociedade atual.

Os benefícios individuais de maior escolaridade bem como das qualificações tradicionais estão em xeque, o mesmo não se pode afirmar em relação a seus benefícios sociais. Em nenhum momento a nova correlação entre economia e educação conduziu à conclusão de que a revolução educacional possa ou deva ser estancada, não apenas porque ela tem uma dinâmica própria que só parcialmente é afetada pelas oscilações da conjuntura e do mundo do trabalho, mas porque existe hoje consenso em que a educação só serve à vida econômica na medida em que serve mais amplamente à vida social (OFFE, 1972), e que mais qualificação deve estar disponível para que se possa enfrentar os desafios da vida contemporânea.

Friedmann e Naville são referências para o tema qualificação e seus estudos nos ajudam a refletir sobre o conceito em decorrência das transformações conjunturais da sociedade Francesa. Friedmann (1951), no trabalho “Problemas humanos do maquinismo industrial”, trata exclusivamente do “operário qualificado”, “operário profissional” e, principalmente, da “habilidade profissional”. A expressão qualificação aparece de forma mais explícita no seu trabalho: “Onde vai o trabalho humano”, a partir de então, e cada vez mais, nos seus textos, a palavra ganha o sentido de “saber”.

Seus trabalhos, entretanto, procuraram não exaltar o taylorismo e face da ascensão do automatismo, mas sim criticá-lo. Constata que, assim como no taylorismo, a automatização, em que pese a tentativa de reconstruir as tarefas e um só posto por meio da máquina, tem como resultado, novamente, a divisão do trabalho. Assim, o reagrupamento das tarefas resulta, novamente, na divisão dos saberes e ainda mais na

eliminação pura e simples do homem, que, para ele, é uno, apesar de todas as tentativas ao longo da história de normatizar seu comportamento.

A formalização da qualificação em classificações profissionais significou, na França do pós-guerra, a padronização dos conteúdos da qualificação: a cada profissão, a cada posto de trabalho correspondia um nível escolar; uma vez adquiridos os conhecimentos dessa categoria profissional, o trabalhador poderia ali permanecer sem que lhe exigissem novas aprendizagens. Em outras palavras, havia um ordenamento social das profissões e da estrutura de cargos e salários relativamente sólido e estável (PAIVA, 1995), legitimado e hierarquizado pelo diploma, pelo tempo de formação – tempo de formação necessário para a execução de uma determinada tarefa (DADOY, 1987) –, o que significa dizer que somente os conhecimentos formais e explícitos eram valorizados, validados e codificados.

Um tema que persegue o debate e que está presente tanto em Friedmann quanto em Naville é o fato de que se existe qualificação também existe a forma de medir. Esta preocupação do autor sobre a forma de medir a qualificação, buscando, ao mesmo tempo, precisá-la, está presente no debate sobre a noção de competência. A qualificação relaciona-se à habilidade profissional, aos conhecimentos profissionais ou técnicos, à inteligência profissional, às qualidades intelectuais ao tato, à experiência técnica, à perspicácia, à aprendizagem durante muitos anos, à iniciativa nos métodos de trabalho, na escolha das ferramentas, na duração e velocidade da operação e nos conhecimentos da matéria trabalhada e à consciência profissional. Paiva (1998), fazendo essa comparação entre qualificação e competência, nos coloca que:

São, no entanto, muitos os que consideram o conceito de competência como mais adequado ao novo ângulo a partir do qual é entendida a “empregabilidade”. Tratar-se –ia de uma construção social mais complexa, na medida em que se descola das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos pessoais e disposições subjetivas e para dar maior peso não apenas a aspectos técnicos, mas à socialização. As “competências” não teriam um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente supõem um atendimento mais estrito das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro. Virtudes pessoais são acionadas como parte das competências em escala incomensuravelmente maior que quando se tratava de qualificação, mensurável por mecanismos mais objetivos num momento em que os empregos ou a inclusão dependiam menos do capital cultural e social dos indivíduos. (PAIVA, 1998, p. 23).

Em “O futuro do trabalho humano” (1950), a qualificação aparece de forma mais explícita. O autor considera que ela é devida mais à máquina do que ao homem, que até

então dominava todo o processo de trabalho. E ele busca entender e conceituar o que seja qualificação do trabalho do operário, considerando a relação do trabalhador com a base técnica no processo produtivo. O trabalho qualificado é aquele onde o trabalhador-operário tem visão por inteiro do trabalho realizado. A sua medida, ou seja, a qualificação segundo Friedmann, pode ser determinada pela estrutura das qualificações, isto é, a proporção de trabalhadores qualificados dentre o total de trabalhadores.

Este conhecimento fica hoje extremamente reduzido pelo emprego de máquinas cada vez mais aperfeiçoadas e que foram automatizadas para realizarem todas as operações [...] seu grau de qualificação profissional é revelado pelo tempo necessário para aprenderem e que atualmente se calcula, para se fazerem bons operários em preparação, em cerca de 6 meses: destinados a criar os automatismos psico-motores, a habituação as máquinas e a aquisição do pouco que ainda é necessário conhecer do material (FRIEDMANN, 1951, p. 216-217).

Percebe-se, nas obras de Friedmann, que há a preocupação constante com as modificações no trabalho, seja pela introdução de novas máquinas, seja pelos novos métodos de trabalho. Estes, por sua vez, estariam incidindo na diminuição da duração (tempo) da aprendizagem requerida pelos trabalhadores especializados no processo de produção através da mecanização.

Ora, com os progressos da mecanização, este complexo conhecimento do material cada vez é menos necessário. A utilização e a multiplicação das máquinas semiautomáticas fazem aparecer, como já o dissemos, novas profissões qualificadas; mas estas em vez de fazerem progredir ou, pelo menos, de manterem o conhecimento acerca dos materiais, o que essencialmente implicam é uma qualificação mecânica” (FRIEDMANN, 1951, p. 215-216).

Há importância da técnica ou do meio técnico, mas o seu objetivo é desmistificar a influência do novo meio na formação do homem e as tentativas taylorista de adequá-lo aos desígnios da produção. Não é porque deixa de existir um meio natural que cessam os instintos do ser humano, ou como ele diz: “[...] sem os instintos, o organismo humano se tornaria incapaz de qualquer espécie de atividade. ele ficaria inerte e paralisado como um magnífico relógio cuja mola tivesse sido retirada ou um motor a vapor privado de suas caldeiras (ibid., p. 57).

Há uma transformação fundamental na utilização da força de trabalho, com consequências para sua qualificação. São formulados e implementados novos conceitos de produção: não se trata, de modo algum, de colocar em ação uma autonomização técnica (automatização) do processo de produção a qualquer preço, mas de valorar a qualificação

e de promover certa independência profissional imprescindível para essa nova fase da produção capitalista.

Com as transformações tecnológicas, econômicas, políticas e culturais que atingiram o mundo do trabalho a partir dos anos de 1970, o “modo de regulação fordista” e as técnicas tayloristas de produção parecem esgotados para superar a crise, e inicia-se então a “passagem” desse modelo para o chamado “regime de acumulação flexível”, como a forma “encontrada” pelo capital para superar a crise iniciada na década de 1970 (HARVEY, 1996). As novas bases tecnológicas introduzidas pela chamada “Terceira Revolução Industrial” (microeletrônica e robótica, microbiologia e novas fontes de energia) forneceram as condições para uma reestruturação produtiva apoiada na referida produção enxuta, integrada e flexível. Por serem programáveis e, portanto, flexíveis, as máquinas baseadas em tecnologia microeletrônica atenderam as necessidades do mercado instável e permitiram a retomada dos ganhos de produtividade, ao assegurar uma nova economia do tempo e do controle, que permite, por sua vez, otimizar recursos e reduzir drasticamente os tempos de produção.

4.2 A QUALIFICAÇÃO EM ALAIN TOURAINE

Sobre a contribuição da tese de qualificação, Alain Touraine (1955) realizou uma ampla pesquisa empírica junto à fábrica Renault, que utilizava, então, tecnologia ultramoderna. Ele defendia, apoiado em dados empíricos, a ideia de que se processava certa degradação na qualificação dos trabalhadores adstritos e tarefas limitadas, rapidamente aprendidas, repetidas, especialmente a partir da I Guerra Mundial. O sistema de execução direta se degradava, com a automação, em trabalho de alimentação, carregamento e descarregamento que exigem gestos elementares e repetidos. Ao mesmo tempo, porém, Touraine ressaltava a maior responsabilidade dos trabalhadores na indústria automatizada em razão das maiores consequências que poderiam advir de um erro.

Para Touraine, a qualificação comporta três fases, especialmente pelas pesquisas sistemáticas, sobre a estrutura de seu sistema de trabalho por meio de seu esquema teórico: A, B e C.

A fase A corresponde o sistema de trabalho profissional denominado pela autonomia operaria; a fase B marcada pela extensão do trabalho parcelar e especializado não é sendo uma etapa de desestruturação da fase anterior e

conduz a fase C, aquela do sistema de trabalho técnico no qual predomina a automação. (TOURAINÉ, 1955).

A qualificação é central na sua análise, ainda que persista o caráter determinista, que possibilita a mudança da base técnica sobre o conteúdo de trabalho, ainda que relativizada. O importante é que a qualificação se define aqui menos como nível de conhecimento do que como poder de decisão e, em muitos casos, como comando, isto é, como princípio de organização de trabalho.

É difícil descrever a termos puramente técnicos um trabalho desse tipo, pois a qualificação do operário e o seu valor profissional medem-se principalmente pela habilidade com que ele executa certos trabalhos cuja mera descrição só muito imperfeitamente lhe indica as dificuldades [...] É igualmente impossível definir a qualificação do operário a partir das máquinas que ele utiliza. Estas, que não podem ser especializadas, colocadas num posto fixo num circuito estável de fabricação, são capazes de realizar trabalhos variadíssimos, simples as vezes, as vezes complexo e delicados (FRIEDMANN, 1951, p. 448-449).

Percebe-se que há a preocupação constante com a questão da construção social da qualificação, admitindo a necessidade de especialização para novas ocupações, deixando claro que devem existir oportunidades iguais a todos. Alguns conceitos se tornaram importantes quanto à elaboração da proposta de qualificação, por exemplo o debate em torno do trabalho qualificado. As sociedades as mais rudimentares do ponto de vista das forças produtivas que elas desenvolvem, ou seja, as sociedades nômades, já conhecem as ocupações mais ou menos qualificadas, sendo aquelas que permitem a fabricação e o uso de armas e de meios de transporte, e as menos qualificadas, aquelas que concernem à colheita, à produção e à preparação alimentar do sustento. Mas a sociedade desenvolve as forças produtivas à medida que o volume da população aumenta, ou seja, quanto mais crescem os meios de produção sedentários e duráveis, mais se ramifica a divisão técnica e a divisão social do trabalho, mais as necessidades se multiplicam e mais certas ocupações definidas são então consideradas mais qualificadas em relação à outra. Outra questão defendida por Touraine é sobre habilidade e conhecimento. Na verdade, aquilo que se chama usualmente trabalho qualificado é, antes de tudo, o trabalho hábil. Mas os dois são de etimologias bem distintas e recobrem coisas que podem ser bem diferentes. Qualificação, ou simplesmente qualidade, deriva da raiz *qualis*, isto é, determinado, preciso.

4.3 A QUALIFICAÇÃO EM HARRY BRAVERMANN

Bravermann centrou sua análise não na questão da qualificação provocada pela automação, mas sim na consequência desta sobre aquela. Assim, o avanço do capitalismo, sob o domínio do capital monopolista e guiado pela lógica da maximização, tinha por objetivo aprofundar a separação entre concepção e execução de trabalho, a qual Taylor havia sido mentor e isso, por extensão, provocaria a consequente desqualificação do trabalhador. Estudar a qualificação resultava em constatar sua perda de importância, uma vez que era reduzida a um mero instrumento da gerência.

Bravermann chega a essa conclusão ao analisar, no capítulo quarto de seu livro, o papel que a gerência científica provoca sobre o trabalho. Para organizar o seu pensamento, ele distingue três princípios de ação da gerência que, no seu entender, provocariam a desqualificação do trabalhador. “Os princípios seriam os seguintes: princípio um, da dissociação: o processo de trabalho deve ser independente do ofício, da tradição e do conhecimento dos trabalhadores” (BRAVERMAN, 1987, p. 103); princípio dois, da separação de concepção e execução: “[...] todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou do projeto [...]” (Ibid., p. 104); princípio três, do controle: “[...] utilização deste monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução” (Ibid., p. 108).

Na parte final do seu livro, Bravermann dedica o capítulo 20, intitulado “Nota final sobre qualificação”, à análise das informações coletadas pelos sociólogos industriais americanos, que afirmam haver aumento de qualificação dos trabalhadores face às mudanças introduzidas pelo taylorismo:

[...] para o trabalhador, o conceito de qualificação está ligado tradicionalmente ao domínio do ofício – isto é, a combinação de conhecimento de materiais e processos com as habilidades manuais exigidas para desempenho de determinado ramo da produção. Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, o próprio conceito de qualificação torna-se degradado juntamente com a deterioração do trabalho. (ibid., p. 375).

Bravermann, apesar da crítica ao taylorismo a partir dos três princípios destacados, acredita que o trabalhador, o operário, realizava, de modo restrito, em sua atividade de trabalho, as regras e os métodos do trabalho prescrito – as normas antecipadoras do trabalho –, resultante dos três princípios anteriormente assinalados.

As contribuições foram decisivas para a afirmação da sociologia do trabalho, depreende-se que, embora existissem, entre eles, palavras diferentes para expressar o conceito da qualificação, o caráter da construção social é permeado em todas as referências aqui apresentadas. Assim, se, para Friedmann, é a passagem do “meio natural” para o “meio técnico”, se, em Touraine, é a mudança do “sistema profissional” para o “sistema social de produção” e, em Naville, como sendo o “trabalho mecanizado” para o “trabalho automatizado”, sobressai de todos o valor social que a qualificação adquiriu ao longo dos anos que sucederam ao pós-guerra.

Schwartz (1995, p. 125-137) apresenta a qualificação em três dimensões: social, experimental e conceitual. A dimensão social seria o reconhecimento das atividades desenvolvidas a partir do conteúdo atribuído pelas classificações coletivas aperadas no espaço de produção, a dimensão experimental decorre do conteúdo real do trabalho, onde se é exigido mobilizar os saberes e onde a convocação para a compreensão e solução dos problemas que se apresentam na empresa é uma constante nos espaços de produção e, a meu ver, seriam estas convocações que estariam sendo feitas aos trabalhadores nos dias de hoje e, por último, a dimensão conceitual seria derivada dos processos de formação, associando-se os diplomas e o valor a eles atribuídos.

Assim, a qualificação não poderia ser apreendida como uma construção teórica acabada, uma abstração, mas sim como uma relação social, histórica e geograficamente situada (HARVEY, 2011).

CAPÍTULO V – PARA O TRABALHO, PARA A PESCA, PARA A VIDA: A QUALIFICAÇÃO DO PESCADOR ARTESANAL NOS DIFERENTES ESPAÇOS FORMATIVOS

A pesquisa nos permite afirmar que os pescadores artesanais associados à Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, movimento organizativo e órgão representativo de classe, tem buscado, ao longo de seu processo de luta, qualificar os trabalhadores da pesca, para os diversos enfrentamentos frente às transformações do mundo do trabalho, principalmente a partir dos anos 1990.

Neste capítulo, constatamos que a igreja, a comunidade (comunitária e territorial) e a entidade representativa, que é a Colônia Z-16, tem papel importante para a formação de um pescador capaz de absorver e criar maneiras de se posicionar diante as exigências de um mundo em transformação.

Essas transformações impactaram na cultura, na economia e nas formas de trabalho da pesca em decorrência das mudanças causadas nos modos de vida desse sujeito pescador. Ao mesmo tempo em que há uma mudança, esse trabalhador, vai buscar qualificar-se no sentido de enfrentar este mundo competitivo e individual.

Suas práticas e seus saberes na pesca, por exemplo, passam a ser redimensionadas e reconfiguradas de diversas formas. O pescador que tinha sua dinâmica de trabalho e vida, tendo o rio como principal representatividade, passou a buscar e criar outras estratégias econômicas e organizacionais para sobreviver. Sua vida é alterada por grandes projetos – na microrregião tocantina é visível pela presença da Hidrelétrica de Tucuruí– que vão dando uma conotação diferenciada às suas formas de viver. Sua característica de pescador extrativista ribeirinho, se transforma em um sujeito pescador polivalente (termo utilizado em consonância ao mundo do trabalho toyotista) que necessita buscar meios de trabalho não só do rio, mas também na terra, na produção do açaí, na criação de peixes em cativeiro, na criação de animais, etc. O trabalhador da pesca agora é aquele que executa várias funções no trabalho e ainda busca qualificação para enfrentar essa metamorfose do mundo tecnológico. Apresento, neste capítulo, um pouco das estratégias buscadas para manter a identidade pescadora ribeirinha e as formas buscadas para qualificar-se. Contudo, há uma diferença significativa do trabalhador assalariado.

5.1 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DA IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica da região, nas suas várias dimensões ao longo dos tempos, tornou-se uma força ideológica importante no desenvolvimento da sociedade. Na microrregião tocantina, ela exerceu papel relevante na formação e qualificação política dos trabalhadores, preocupada com a promoção da vida do povo, para que esta se tornasse mais digna, mais humana. A Prelazia de Cametá,¹⁰ que abrangia à época os municípios de Igarapé-Miri, Mocajuba, Baião, Oeiras, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará, em suas ações “político-religiosas”, desempenhadas principalmente pelos padres oriundos de diversas partes do mundo, como, por exemplo, da Holanda, que, nas ações pastorais, embasados na teologia da libertação, a partir década de 1960, ofereciam, além de assistência religiosa, também social, segundo eles, procurando plantar a base de uma igreja voltada para os pobres.

Frencken (2010) retrata que esses padres, de férias na Holanda, dedicavam boa parte do seu tempo a fim de arrecadar fundos para a Prelazia de Cametá, com:

Palestras, conversas, homilias em Missas, shows, “noites em missões”, formação de grupos e clubes de apoio, campanhas de porta em porta, visitas a entidades oficiais de suporte (MIVA-saúde, MEMISA- transportes) tanto na Holanda, como em alguns outros países da Europa, como Alemanha (ADVENIAT-catequese etc.): nada era demais para conseguir ajuda financeira para a prelazia de Cametá (FRENCKEN, 2010, p. 400).

Com as doações recebidas, a ajuda de familiares, entidades e amigos dos padres, contribuíram para que a prelazia pudesse dar continuidade aos seus trabalhos pastorais e sociais e assim investir em novas iniciativas.

Frencken (2007), em seu livro intitulado “Enviados para evangelizar os pobres”, destaca nessas caminhadas missionárias de formação religiosa, alguns padres, vindos principalmente da Holanda e de Portugal, que estiveram aqui nesta região: padres Leonidas, Geraldinho, João, Tiago e dom Cornélio, que se tornara o primeiro bispo da Prelazia de Cametá, em 1953.

¹⁰ Criada em 1969, é uma instituição religiosa filantrópica, cujo objetivo é evangelizar tendo como premissa os caminhos de Jesus. Elevada à categoria de Diocese em 2010, o que aumentou seu poder consideravelmente. Pertence à Regional norte 2 (Pará e Amapá). Compreende a vinte matrizes comunitárias (paróquias) e está dividida em Dioceses da Região tocantina e Dioceses da região amazônica. Pertencem a esse universo 633 (seiscentos e sessenta e três) comunidades cristãs. Fonte: Diocese de Cametá – 2018.

Figura 01: Padres que desempenharam papel importante na efetivação da teologia da libertação

<p>MARINHO OLIVEIRA, Leonides (Padre Leonides)</p>  <p>Pais: Humberto Alves Marinho Laurinda da Glória de Oliveira 25-5-1937: nascimento em Vizela (Portugal) 18-7-1955: entrada na CM (Província Lusitana) em Felgueiras 4-8-1963: ordenação sacerdotal em Porto 1963-1975: Moçambique 1975-1978: Portugal 1978: chegada ao Brasil 1978: Salvador, curso ISPAC 1979-1980: Cametá, membro equipe central das Comunidades Cristãs 1980-1982: Mocajuba, Pároco 1982-1983: Felgueiras (Portugal), Pároco 1984-1994: Cametá, Pároco 1994: volta definitiva a Portugal 1995-2000: Salvaterra de Magos, Vigário paroquial 30-6-2000: falecimento em Portugal</p>	<p>MATHEUSEN, Johannes Cornelis (Padre João)</p>  <p>Pais: Ludovicus Matheusen Adriana Cornelia Bastiaanse 3-6-1925: nascimento em Roosendaal 27-1-1945: entrada na CM em Panningen 27-7-1952: ordenação sacerdotal em Panningen 22-10-1952: chegada ao Brasil 1953-1955: Caicó, professor seminário menor 1955-1959: Cametá, Vigário cooperador 1959-1963: Baião, Vigário cooperador 1963-1966: Mocajuba, Vigário cooperador 1966-1971: Chile, Valparaíso, Vigário cooperador 1971-1972: Chile, Santiago de Chile 1974: desliga-se da CM maio de 1977: falecimento em Santiago do Chile</p>
<p>PARIDAEN, Gerardus Alfons (Padre Geraldo ou Padre Geraldinho)</p>  <p>Pais: Leopold Paridaen Maria Louisa de Meier 08-2-1930: nascimento em Sint Kruis 22-9-1949: entrada na CM em Panningen 22-7-1956: ordenação sacerdotal em Panningen 25-9-1957: chegada ao Brasil 1957-1959: São Luís, Vigário cooperador São Pantaleão 1959-1967: Igarapé-Miri, Vigário cooperador 1967-1980: Cametá, Pároco e superior da casa 1968-2004: Cametá, vigário geral da Prelazia de Cametá 1980-2004: Cametá, Vigário cooperador 2004: volta definitiva para a Holanda 10-11-2004: falecimento em Venlo</p>	<p>VEERMAN, Cornelis (Padre Cornélio, mais tarde Dom Cornélio)</p>  <p>Pais: Cornelis Veerman Jannetje Plat 6-11-1908: nascimento em Volendam 17-9-1928: entrada na CM em Panningen 21-7-1935: ordenação sacerdotal em Panningen 23-8-1935: chegada ao Brasil 1935-1938: Fortaleza, professor no seminário da Praíntia e missionário no interior 1938-1940: Belém, Vigário cooperador São Raimundo Nonato 1940-1945: Cametá e Baião, Vigário cooperador nas paróquias 1945-1947: São José de Ribamar, Vigário cooperador 1947-1948: Belém, capelão da Santa Casa 1948-1953: Cametá, Vigário e superior da casa 1953-1955: Cametá, Vigário Geral do Arcebispo de Belém para a Prelazia de Cametá (erigida em 29-11-1953) 1955-1961: Cametá, Administrador Apostólico da Prelazia de Cametá 22-5-1961: Volendam, consagrado bispo da Prelazia de Cametá, tomando-se Prelatus Nullius de Cametá e Bispo titular de Numida 1961-1969: Cametá, Bispo da Prelazia de Cametá 1969: volta definitiva para a Holanda 12-9-1994: falecimento em Pumerend</p>

Fonte: Prelazia de Cametá – Ano 2018.

Boa parte do dinheiro que angariavam era gasto em compras feitas ainda na Holanda e em Portugal: motores para os barcos, oficinas mecânicas, máquinas de costura, material didático de catequese, utensílios para as casas paroquiais, utensílios para as igrejas, desde vestiários até candelabros, cálice, etc., materiais de cuidados médicos de primeiros socorros, caixas e latas com conservas (FRENCKEN, 2010, p. 400). Segundo o mesmo autor, tudo o que conseguiam era encaixotado e enviado para o Brasil, para a região do rio Tocantins, com destino aos municípios da prelazia. Tiago Poels, padre holandês que atuava em Mocajuba, relata a vida e sua atuação:

Vivo aqui mais ou menos fora do mundo: não há luz elétrica, carro ou bicicleta, não há rádio e o jornal chega aqui duas vezes por mês, não há bonde, nem trem. O Rio é o único meio de transporte. O coirmão mais perto vive 40 km. Distante daqui. Só posso visitá-lo de canoa: dez horas de viagem. Vivo aqui numa casinha feita de barro. Não tenho cadeira, somente uma mesa velha, uma rede para dormir, o que sobrou dos meus livros está empilhado no chão (FRENCKEN, 2010, p. 380).

Além do desenvolvimento religioso, a prelazia, por meio desses padres, preocupava-se com a vida econômica dependente da natureza por parte dos ribeirinhos. Não faltam nos relatórios a expressiva presença e participação desses religiosos em envolvimento e apoio à produção ou a outras iniciativas de organização dos trabalhadores fora da esfera religiosa, bem como: as cantinas comunitárias, os cursos de capacitação, os sítios experimentais de orientação, que se tornaram importantes à conscientização da condição de vida e, assim, dando subsídios para que esse trabalhador pudesse ter renda alternativas.

Oportuno dizer que, nesse contexto da implantação de grandes projetos na Amazônia¹¹, trazendo embutido em sua lógica capitalista sob a mira do desenvolvimento, a região se tornou palco de fortes agitações, para o dito “progresso”. O que, de fato, acarretou para os pescadores artesanais, foram problemas sociais de forte impacto na cultura e na economia.

O documento intitulado e aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB revela o caráter elitista de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a opção de luta por parte da Igreja Católica:

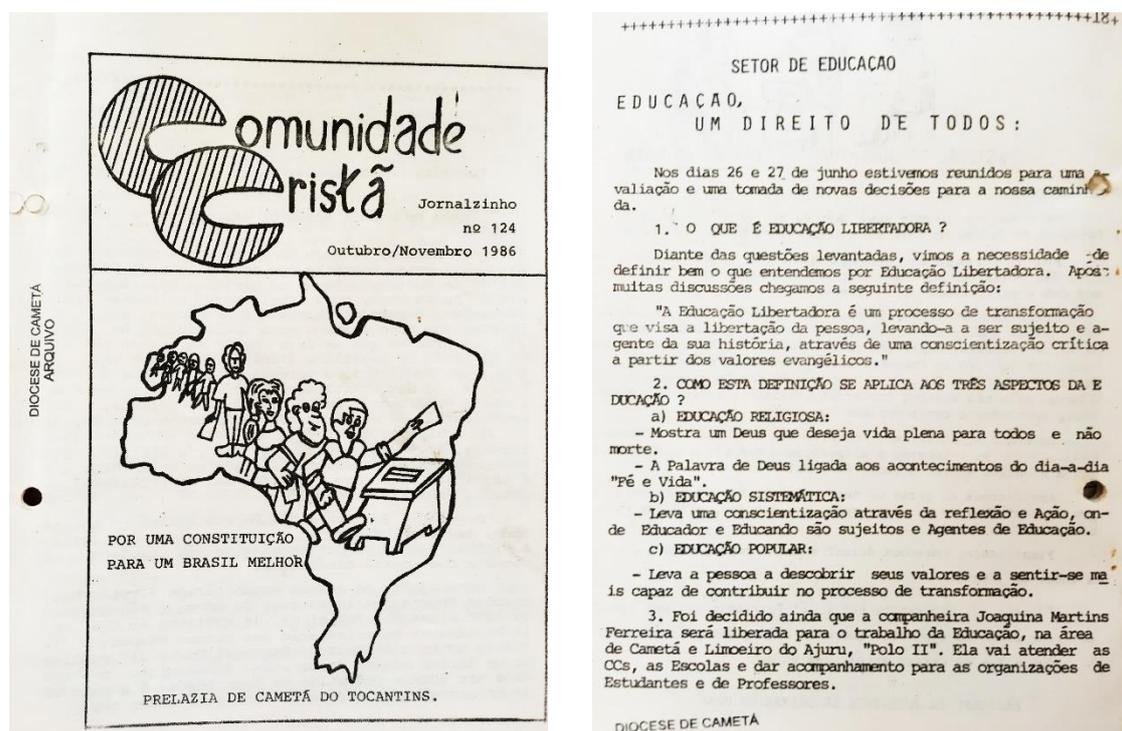
A responsabilidade cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, ou delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão; é, antes, a concretização localizada da injustiça institucionalizada... “o nosso apoio às justas iniciativas e organizações dos trabalhadores, colocando as nossas forças e os nossos meios a serviço de sua causa, também em conformidade com os mesmos compromissos”... (CNBB, 1980, p. 301-302)

Essa opção pelos pobres, a partir de uma ideologia, também é vislumbrada aqui na região tocantina por meio da Prelazia de Cametá, quando suscitava no jornalzinho¹² de número 124, no ano de 1986, menção à pedagogia libertadora. Nessa edição, a ação mobilizadora da Igreja Católica parte ainda de uma concepção educacional libertadora, pois o trabalho junto aos pobres e marginalizados pela sociedade era o principal foco da atividade educacional da igreja.

¹¹ Nesta região, a implantação da Hidrelétrica de Tucuruí fazia parte desses grandes projetos. À época, era vista como aquela que representava o desenvolvimento necessário a essa população.

¹² Jornalzinho foi um canal de comunicação utilizado pela Prelazia de Cametá, a partir do ano de 1960, com as comunidades eclesiais de base (CEB's), hoje, comunidades cristãs (CC's).

Figura 02: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá que fazia menção a educação Libertadora desempenhada por Paulo Freire - edição nº 124/outubro de 1986



Fonte: Diocese de Cametá.

O amparo dessa concepção libertadora se assenta em um debate que se travava no interior de um modelo de política-educacional pensado por Freire (1968). Na mesma direção, a educação teria o caráter libertador e não domesticador, como o modelo tradicional. Seria uma práxis educativa capaz de libertar o homem de toda situação de opressão, ao qual se encontra sujeitado, pela libertação de sua consciência, tornando-o um sujeito crítico e reflexivo, capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

A educação libertadora, por sua face crítica e educativa, deveria servir de importante instrumento de emancipação do homem diante da opressão, pois, essa perspectiva de educação demonstra sua preocupação diante da realidade vivida pelo educando, propondo intervenção prática no ambiente cotidiano escolar, de forma dinâmica, transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando.

As reflexões de Paulo Freire sobre a educação visam a criação de uma pedagogia crítica-educativa. "Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará" (FREIRE, 1968, p. 34)

O foco central da educação libertadora de Freire é o combate acirrado à dominação e à opressão dos “desprivilegiados”, que podem ser entendidos como os “marginalizados” da sociedade capitalista. O ser humano, nesse sentido, é um sujeito inacabado e busca na conscientização destes sobre sua situação de exploração e dominação diante dos seguimentos mais altos da sociedade.

5.2 ENTRE O TEOLÓGICO E O FILOSÓFICO: O CAMINHO PARA QUALIFICAÇÃO A PARTIR DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O Cristianismo de libertação, nos anos 1950 e 1960, tem seu marco com a eleição do papa Joao XXIII, o que possibilitou a emergência no cenário sociopolítico e cultural no Brasil chamado de Teologia da Libertação, como um vasto movimento social no qual Lowy (2016) propôs chamar de ‘cristianismo de libertação’.

[...] a teologia da libertação não é senão a ponta visível de um *iceberg*, isto é, de um imenso movimento social composto por comunidade de base, pastorais populares, - da terra, operária, indígena, da juventude,- por redes de clero progressista (especialmente nas ordens religiosas), associações de bairros pobres, movimentos de camponeses sem terra, etc. Este movimento que poderíamos chamar de cristianismo da libertação, nasceu no curso dos anos 1960 com a primeira esquerda cristã brasileira (1960-1962) e com o sacrifício de Camilo Torres, o padre guerrilheiro morto em combate em 1966. Encontrou sua expressão religiosa mais avançada na teologia da libertação, a partir de 1971, ano de publicação das obras pioneiras de Gustavo Gutiérrez e Hugo Asmann. Enfim, forneceu boa parte dos militares e simpatizantes da Frente Sandinista, da FMLN salvadorenha e do Partido dos Trabalhadores brasileiro. (LOWY, 2016, p 166)

O pobre ocupa a centralidade também na teologia da libertação, princípio formativo instrumentalizado pela Igreja Católica nessa microrregião. E quando falamos do pobre, o entendemos como uma realidade coletiva e conflitiva. São grupos marginalizados, classes inteiras oprimidas, culturas desprezadas, no campo da pesca, mulheres sem protagonismo e discriminadas e outros reprimidos em razão da raça, do sexo e das enfermidades. Essas anti-realidades coletivas são conflitivas, porque são produzidas por relações injustas, porque representam um grito de protesto e fazem uma demanda de transformação histórica.

É a partir dos pobres coletivos e conflitivos que colocamos a questão de Deus, de Cristo, do Espírito, da Igreja, da política e de outros temas da teologia. [...] A partir do pobre aparece claro que a Igreja deve sempre fazer uma opção preferencial pelos pobres e considerá-los os primeiros destinatários de sua preocupação pastoral. A partir dos pobres coletivos e conflitivos se percebe a urgência de a política se orientar sempre pelos interesses objetivos e por isso deve ser transformadora e democrática.” (BOFF, 1991, p. 56).

Percebe-se, por parte da Igreja Católica, uma busca pela qualificação através de encontros comunitários, onde se discutiam problemas sociais que estavam ligados à pesca artesanal. Em 1987 a Prelazia de Cametá já suscitava, através do “jornalzinho” que era um elo de comunicação com as CEB’s, a preocupação com os povos ribeirinhos da microrregião tocantina relacionado à água e à má qualidade dos peixes, em decorrência da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí, que, a partir dela, gerava alterações nos modos de vida, nas formas de sobrevivência.

Figura 03: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá na qual chamava para mobilização dos pescadores no município de Cametá - edição nº 131/Dezembro de 1987



Fonte: Diocese de Cametá.

A necessidade de uma organização em torno da vida dos ribeirinhos era um caminho sobre os quais se ampara o processo de organização. A igreja, a partir da sua opção ideológica, começava a mobilização pra efetivar a Teologia da Libertação.

A Campanha da Fraternidade de 1988 já suscitava a luta em defesa dos menos favorecidos. A Igreja Católica levava, a partir de um processo de conscientização, principalmente no campo da pesca, a necessidade da organização coletiva. A luta organizada dos pescadores era notória quando chama para uma mobilização revelada em seu jornalzinho abaixo, que “[...] só podemos pescar livres quando estivermos unidos, um respeitando o outro e juntos discutindo a maneira de pescar” e “[...] se nós não

conscientizarmos da necessidade de preservarmos o peixe, nossos filhos não terão o que pescar”.

Figura 04: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá na qual denunciava a opressão dos pescadores no município de Cametá - edição nº 132/Febrero de 1988



Fonte: Diocese de Cametá.

Gramsci (1982), em se tratando desse assunto, revela todo grupo social ao mesmo tempo em que se constitui sobre a base original da função que assume no campo da produção econômica, cria organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe asseguram homogeneidade e consciência de sua própria função, não só no setor econômico, como também nos setores social e político.

Na região do baixo Tocantins, onde os campos de resistência contra as injustiças partiram do interior da própria igreja, tendo em vista as vicissitudes enfrentadas por esses agentes que compunham a massa dos esquecidos, contestou-se a ordem pré-estabelecida pelo governo civil militar de 1964, tentando um objetivo comum, a melhoria das condições de vida do povo. Como resultante da organização eclesial, "[...] um novo vento soprava sobre as águas do Tocantins", a criação das Comunidades, no ano de 1969, segundo Souza (2002), não se tratava de um fato isolado. No Brasil e por toda a América Latina já surgiam pequenos grupos que se reuniam para ler a Bíblia e discutir problemas

locais; segundo o autor, o documento da Conferência Episcopal de Medellín fazia referência a esses grupos:

[...] A comunidade cristã de base é, assim, o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve em seu próprio nível responsabilizar-se pela riqueza e expressão da fé, como também do culto que é sua expressão. Ela é, pois, célula inicial da estrutura eclesial e foco de evangelização e, atualmente, fator primordial da promoção humana e do desenvolvimento [...] que hoje começaram a surgir [...] (conclusões de MEDELÍN, 1979, p. 155 apud. SOUZA, 2002, p. 107).

O pescador artesanal, quando se refere ao seu lugar de moradia, no geral, localiza-se como morador de uma determinada comunidade, pois é nela que ele cria, recria e socializa os seus saberes. É nela que ele se constitui enquanto sujeito social e tem seus saberes referendados, exerce a solidariedade e disputa os espaços hegemônicos existentes, seja na associação, na organização dos mutirões ou como liderança das atividades religiosas. A comunidade sempre foi um espaço que se compôs pela dinâmica da vida cotidiana dos ribeirinhos no seu aspecto político, social, religioso e cultural.

O movimento das comunidades cristãs trouxe uma nova atitude perante os problemas sociais, tornando muito importante a conscientização, por meio da formação; nesse sentido, é perceptível uma forte relação em questões de moral cristã e atuação política.

As CEB's, criação da Igreja Católica, passaram a fazer parte de uma rede de solidariedade para irem juntas em busca de direitos que estas achavam que lhes estavam sendo tirados: A partir dela, começava uma mudança de mentalidade. Esta mudança estava presente nos momentos das reuniões, das celebrações religiosas, principalmente nesta última, uma vez que o discurso simplesmente religioso abria espaço para o político e social. Não se falava somente mais em Deus, mas também nas ações dos homens. Em um processo contínuo de qualificação de lideranças era visível que, nos encontros celebrativos, cada participante dava a sua opinião, ou "contribuição", acerca do entendimento da leitura da Bíblia, sempre procurando fazer um comparativo com a realidade vivida das sociedades em um processo construtivo do saber.

As Comunidades Eclesiais foram amparadas por toda uma concepção do mundo, que inclui o proletariado como classe emancipadora da sociedade, e uma saída do reino da necessidade para o reino da liberdade, concepção social que tem seguridade na

realidade concreta para a emancipação humana, onde articulava atividade educativa católica com as lutas coletivas desenvolvidas pelas comunidades.¹³

Essas comunidades tiveram significativo papel nas organizações representativas, e, neste caso, como conhecimentos tácitos na área da pesca artesanal, além de uma vivência para atividades coletivas, expressão da pedagogia libertadora, que, por sua vez, tendência de uma opção marxista¹⁴.

Marx delineou o perfil de um movimento social concreto: o do proletário – grande parte da produção concentra-se no movimento operário, particularmente nas lutas sindicais. Essa matriz teórico-política teve importância e forte influência no mundo todo, principalmente nos anos 1970¹⁵. As ações religiosas foram de extrema relevância, voltando-se para essas comunidades a fim de lhes dar assistência, discutir e abordar os problemas sociais locais.

O desenvolvimento de uma cultura católica anticapitalista no Brasil associa-se diretamente a uma tradição religiosa francesa (LOWY, 2016). A “igreja dos pobres” é herdeira da rejeição ética do capitalismo pelo catolicismo. Ao mesmo tempo, tal desenvolvimento constituiu uma nova cultura religiosa, cuja crítica radical neste debate, exprime as condições específicas vivenciadas na microrregião tocantina: capitalismo dependente, pobreza evidente, violência institucionalizada, religiosidade popular, dentre outras singularidades fluentes nos municípios pertencentes a Amazônia tocantina.

Nesse contexto, notório perceber a aproximação de um pensamento da igreja com o marxismo, encarado como um elemento fundamental para a constituição de uma crítica radical ao capitalismo, e que traz, dialeticamente, alguns aspectos progressistas de defesa da classe trabalhadora, como, por exemplo, a busca pela liberdade, fraternidade e

¹³ Essas lutas coletivas mobilizadoras no interior das comunidades em decorrência da organização da igreja católica, anos mais tarde puderam ser vislumbrada nas lutas que houveram nesta microrregião. Destaco a luta pela energia elétrica, com a grande mobilização dos movimentos sociais da região – colônia de pescadores e sindicatos dos trabalhadores – que culminou nos chamados grito do campo, grito da terra Brasil, grito dos excluídos e grito da Amazônia. Soma-se a isso a luta pelo seguro defeso do pescador artesanal e créditos agrícolas.

¹⁴ O Marxismo, é uma teoria da revolução que nasce como uma crítica do capitalismo. É uma concepção do mundo que inclui o proletariado como classe emancipadora da sociedade. Indica o fim das classes sociais e da propriedade privada, saída do reino da necessidade para o reino da liberdade. O marxismo é uma teoria política, econômica e social que parte da realidade concreta para a emancipação humana. Em 1848 surgiu o “Manifesto do Partido Comunista”, por Karl Marx e Friedrich Engels, como programa para a já internacional Liga dos Comunistas.

¹⁵ Cf. Hobsbawm (2000), Thompson (1987), I. Mészáros (2002), R. Antunes (1994; 2009) e E. Sander (2014).

igualdade, valores inaugurados pela Revolução Francesa. Daí a aproximação pelos setores da igreja identificados com as CEB's.

Diferente das teologias europeias que defendem o progresso social, econômico e político, a teologia da libertação da qual se vivenciou na região tocantina, concebe a história do ponto de vista dos vencidos e dos dominados, isto é, dos pobres. A Teologia da Libertação ainda permanece, embora com modificações em seu tema e preocupações, com a ampliação do conceito de “pobres”, atingidos por formas diversas de expressão, em que inclui os índios, os negros, as mulheres. Essa matriz ideológica católica, é uma fonte de inspiração e uma presença ativa dentro dos movimentos sociais contemporâneos, como no Movimento sem Terra (MST) e na Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, pois relaciona-se com as condições concretas dos conflitos de classe.

5.3 A AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA PARA A MOBILIZAÇÃO SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS NA MICRORREGIÃO TOCANTINA

As ações católica, para Pereira (2013), como principais consequências foram: as atitudes da CNBB como a de procurar coordenar os vários setores pastorais, estimulando a reflexão sobre o evento que apontava a necessidade da libertação dos homens de acordo com a proposta de Jesus; o envio – pelas regionais – de propostas de atuações e encaminhamentos às soluções que definissem como fundamentais a luta pela liberdade do homem; e a retomada que fez de sua dimensão comunitária, considerando que pequenas comunidades poderiam relacionar-se com maior liberdade e que, nelas, todos os seus membros pudessem participar das proposições e decisões.

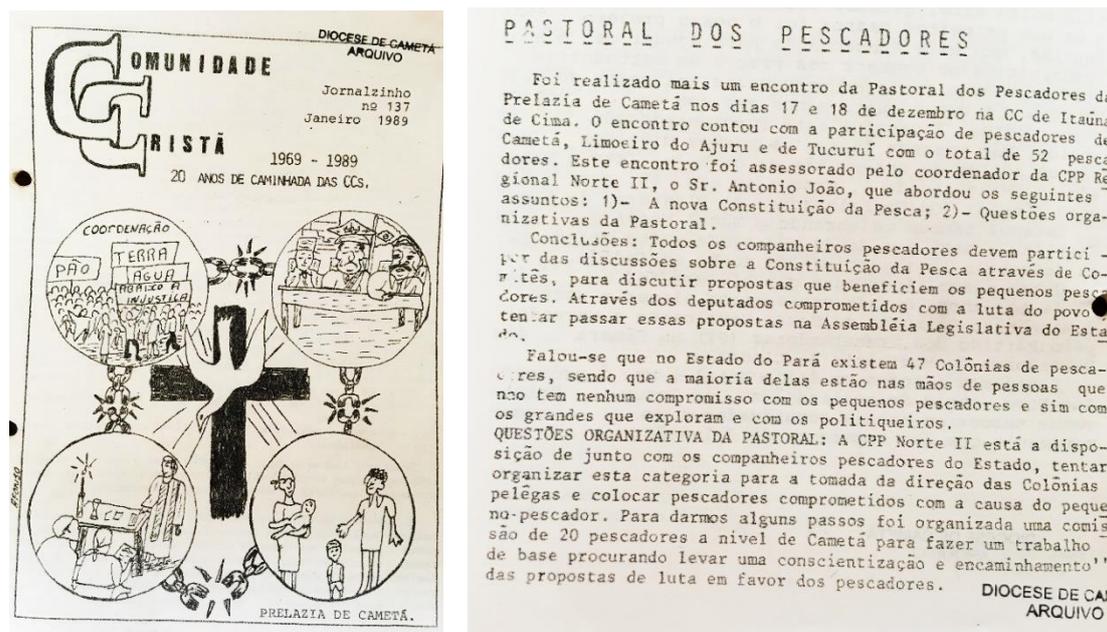
No campo da organização dos pescadores artesanais, a igreja cria a Comissão Pastoral da Pesca – CPP, que foi uma pastoral social ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com objetivo de desenvolver trabalhos voltados à promoção social dos pescadores artesanais e suas famílias, formar líderes e acompanhar as organizações pesqueiras, basicamente no nordeste do Pará. Na região norte do Brasil o trabalho do CPP junto aos pescadores desenvolve-se quase que exclusivamente no Pará, embora já tenham ocorrido contatos preliminares nos estados do Amazonas e Amapá.

Sua prioridade está na valorização da relação do pescador com o meio ambiente, começando por sua autovalorização nos aspectos político, social e cultural – elementos para a construção de sua identidade pesqueira. São várias as regiões atendidas, dentre

elas: Tocantins, Tapajós, Xingu e Salgado. No Tocantins as cidades atendidas foram: Cametá, Tucuruí, Breu Branco, Limoeiro do Ajuru, Baião, Mocajuba e Oeiras do Pará; no Tapajós: Santarém, Prainha e Aveiro; na região do Salgado: Santo Antônio do Tauá, Maracanã, Quatipuru e Marapanim; no Xingu: Porto de Moz, Souzel e Vitória do Xingu (SOUZA, 2002, p 18).

A prelazia de Cametá, em sua concepção de organização criou no ano de 1981 a Comissão Pastoral da Pesca (CPP), para o processo de mobilização junto aos pescadores artesanais, através de organização de comitês, reuniões, encontros setoriais com o objetivo de mobilizar a categoria na região, para o debate em torno da organização e a discussão da constituinte da pesca. Essa organização chamada de “trabalho de base”¹⁶ passava necessariamente pela tomada das direções das colônias pelos próprios pescadores artesanais como mostra o jornalzinho numero 137 de janeiro de 1989:

Figura 05: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá que trazia informação sobre a criação da Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP na região tocantina - edição nº 137/Janeiro de 1989



Fonte: Diocese de Cametá.

No panorama político, conforme Xavier (2011), os mais contundentes segmentos considerados de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Sem Terra (MST), tiveram sua origem, entre as décadas de 1970 e 1980, viabilizada e influenciada pelos ideais e pela força política da Teologia da Libertação. Além disso, os

¹⁶ O trabalho de base, foi uma forma que a igreja católica utilizou para juntar os pescadores. Trata-se de um trabalho junto as comunidades que se realizava após os cultos dominicais e também a partir de encontros como interjovem, intercomunitários, etc.

novos movimentos populares brasileiros – a combativa Central Única dos Trabalhadores (CUT), o movimento dos camponeses sem terra, as associações de bairros pobres – são, em grande parte, produto do trabalho de formiga de militantes cristãos, e de atividades de agentes leigos das pastorais e das comunidades cristãs de base (LÖWY, 1991 p. 51).

Na microrregião, foi criado o Movimento em Defesa da Região Tocantina – MODERT, além do fortalecimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais –STTR, no campo da organização dos pescadores, o objetivo também foi a tomada da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, para as mãos dos verdadeiros pescadores¹⁷.

Figura 06: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá que conclamava os pescadores para associar-se à Colônia Z-16 - edição nº 133/Abril de 1988



Fonte: Diocese de Cametá.

O jornalzinho da prelazia acima, de número 133, de abril de 1988, em sua página 19, revela a chamada para a mobilização e efetivação dos pescadores para a tomada da Colônia Z-16, haja vista à época, a direção não está a serviço dos verdadeiros pescadores. Essa força mobilizadora só seria possível com a qualificação dos sujeitos pescadores o

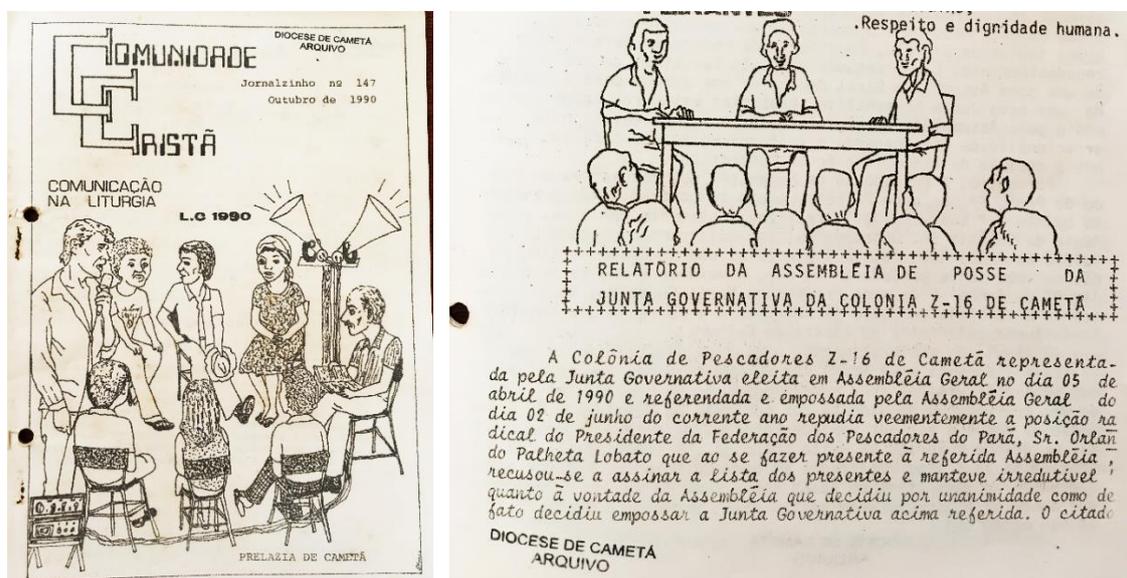
¹⁷ Usava-se esse termo para designar que os pescadores artesanais não estavam direcionando a entidade que os representava. A Colônia Z-16 de Cametá de 1924 a 1990 era direcionada por donos de supermercados, donos de farmácia, etc.

que é visualizada nesta edição quando fala para o “despertar da realidade” e “participação nas assembleias” fórum de discussão e decisões das propostas.

Essa organização de resistência dos movimentos sociais dos pescadores artesanais, foi também um processo longo, de articulação política e religiosa, bem como, um processo qualificativo de lideranças nas comunidades que eram chamados capatazes¹⁸ para a realização do cadastro daqueles que viviam da pesca.

A tomada da Colônia Z-16 pelos pescadores ocorrera no ano de 1990 ajudado e construído pela igreja que organizava os encontros, mobilizava lideranças, criava momentos de resistência, enfretamento e luta como demonstrada na edição de número 147 de outubro de 1990, quando evidencia o forte presença do Estado através de seu representante da Federação dos Pescadores, senhor, Orlando Lobato que usava todo o aparato policial e naquele momento não reconheceu a oficialidade da eleição e posse da junta governativa e utilizava de todos os mecanismos para manter o seu representante no poder da Z-16.

Figura 07: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá que nesta edição denunciava os abusos de poder do presidente da Federação dos Pescadores do Pará – FEPA e a formação da Junta governativa da Colônia Z-16 - edição nº 147/Octubro de 1990



¹⁸ Capatazes, era termo utilizado para a representatividade da colônia nas localidades. Era uma pessoa responsável por realizar o cadastro dos pescadores/as, e manter a ‘ordem’ no que tange ao pagamento das mensalidades. A figura do capataz desaparece com a reformulação do estatuto da Colônia que ocorrera em 1993, quando a entidade estava sob a direção dos pescadores artesanais de fato. A figura do capataz que na essência passava a ideia de vigia, aquele que impunha o que se devia fazer resquícios do colonialismo, nessa reformulação, foi substituída pela figura do coordenador de base. O coordenador de base, é ainda aquele que representa a colônia junto a sua localidade, mas, a decisão não é isolada, pois discute com os sócios, apresenta soluções que vem do processo coletivo democrático. O Capataz era imposto pelo presidente da Colônia, o coordenador de base, é escolhido pelos sócios pertencentes a uma comunidade e acatado pela direção da Z-16. Existe na atualidade, 95 coordenadores de base.

Presidente não obstante às reiteradas ponderações das várias categorias e autoridades que prestigiaram com suas representações tais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cametá, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará, Sindicato dos Feirantes, Prelazia de Cametá, Câmara Municipal de Cametá pelos Vereadores: José Maria Cordeiro, Alvim Ferreira, e a Prefeitura Municipal de Cametá através de seu Prefeito Interino Manoel Maria Louzada que não pouparam argumentos e nem sacrifícios ao ponto até de se humilharem e pedirem pelo amor de Deus que o Presidente da Federação respeitasse e reconhecesse a vontade da Assembleia ao que o referido Presidente respondeu com um NÃO do início ao fim, revivendo oportunamente a época da ditadura.

O dito Presidente apesar de falar e repetir que só gosta da verdade se contradisse ao propor a realização de uma eleição no prazo de dois meses e a nomeação de uma comissão composta de nomes indicados por ele, Presidente da Federação para efetuar o recadastramento. E uma segunda proposta foi ainda, a realização de uma nova Assembleia Geral dentro de uma semana para a escolha de uma nova Junta Governativa. Propostas estas recusadas unanimemente pela Assembleia Geral, visto serem impraticáveis pela sua irracionalidade considerando a falta de motivo justificado para que a decisão da Assembleia fosse contrariada.

Por outro, o Presidente da Federação dos Pescadores do Estado do Pará, Sr. Orlando Palheta Lobato se contradizendo gravemente quanto à "sua verdade", realizou juntamente com o ex-presidente da Colônia Sr. Geordano Vulcão, mais conhecido como LILICO Vulcão ao menos duas reuniões paralelas com um grupo particular, não se sabe se de pescadores ou não. A verdade é que se reuniu no dia 02 de junho na casa da Professora Maria Cordeiro, Horas antes da Assembleia de posse já referida e a outra no dia seguinte 03 de junho pela manhã no Centro de Cultura.

A título de esclarecimento, o ex-presidente acima citado Sr. Lilico Vulcão está a 03 meses sem nenhum tipo de mandato, visto que seus dois últimos anos aproximadamente de mandato foi obra de uma prorrogação de mandato por portaria do Presidente da Federação da época e não por vontade legítima da categoria, que aliás na sua grande maioria, há muito tempo já vem insatisfeita com a prática de seus atos realizados em nome da Colônia. Prática essa que muito se identifica em razão sobre tudo do apoio recíproco que ambos se proporcionaram nestes dias, provando assim que se afinam muito bem.

DIOCESE DE CAMETÁ
ARQUIVO

Visto que à tarde do dia da Assembleia quando a Junta Governativa da Colônia, recém empossada, se encontrava reunida na residência do Sr. Carlos Neto, que gentilmente cedeu sua residência para este fim prestando mais uma vez relevante trabalho à nossa sofrida e perseguida classe, ali se apresentou o referido Presidente da Federação de forma insistente até mesmo impertinente cercado de segurança policial composta nada menos de 03 policiais civis: Delegado de Carapajó, Antonio Carlos Vulcão, Comissário da Delegacia de Cametá, José Antonio, Comissário da Polícia de Pena já Ribamar da Silva Farias e mais um quarto elemento desconhecido que não se identificou.

Ao chegar juntamente com a referida guarnição exigiu da Junta a entrega de material da Colônia enviado pela Federação para o recadastramento dos membros da categoria. Ao final, o referido material só continuou no poder da Junta por interferência do Advogado Lauriano dos Anjos presente no momento, sob o argumento de que somente a justiça tem poder para obrigar qualquer cidadão a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Pois do contrário a Constituição Federal estaria sendo rasgada. Acrescentando ainda que o referido Presidente não é nenhuma autoridade e sim deveria defender a categoria dos Pescadores para merecer a confiança da classe e gozar da legitimidade necessária e não querer usar da força policial para oprimir, humilhar e cometer injustiças contra a categoria dos Pescadores, como estava fazendo.

E a conclusão de nós membros da Junta Governativa ali reunidos juntamente com outros companheiros de acordo com as atitudes do Sr. Orlando Palheta Lobato, Presidente da Federação dos Pescadores do Pará, que nós Pescadores não fomos vítimas de maiores violências além da humilhante coação moral praticada pelo referido Presidente, que se apresentou muito mais como chefe de uma deligência policial para intimidar aos seus companheiros de profissão e nada como presidente da Federação, graças à casual e providencial presença do Advogado.

Fonte: Diocese de Cametá.

Sobre o processo de luta e resistência, no Brasil, a emergência dos movimentos sociais se confunde com a própria história do país, uma vez que as lutas indígenas travadas com os portugueses no início da colonização, e mais tarde as lutas quilombolas, guerras santas, banditismo, são analisadas conjuntamente por Dias (2007) como *movimentos populares tradicionais*, cuja motivação se explica a partir de um contexto histórico profundamente marcado pela opressão política e econômica exercida pela metrópole portuguesa, sendo que tal situação constitui o ponto de partida na análise das revoltas ocorridas desde o início da colonização até meados da segunda metade do século XIX. Nesse período, surgiram inúmeras rebeliões populares que se estenderam por todas as regiões do país e têm em comum a luta pela abolição da escravatura e a aspiração pela independência política do país.

Se, por um lado, as inúmeras rebeliões têm significativa importância do ponto de vista da classe trabalhadora, desfavorecida, por ter proporcionado uma aprendizagem de que somente através de lutas é que se pode modificar a condição de existência; por outro, não se pode esquecer que essas lutas se deparam com diversos entraves, já que se colocam em confronto com os interesses da classe hegemônica, o que, no século XIX, é caracterizado pela forte repressão, por parte do governo, às rebeliões populares. Na

Cabanagem (1835-1840), por exemplo, “a repressão contra a revolta cabana chegou a assassinar cerca de 30% da população do Pará na época, estimada em cem mil habitantes” (ALMEIDA, 2010, p. 294).

No livro *Movimentos sociais no início do século XXI*, Gohn (2007, p. 31-32) apresenta dez eixos temáticos sobre os quais as lutas e demandas dos movimentos sociais no Brasil estão agrupadas, a saber:

(1) lutas e conquistas por condições de habitabilidade na cidade, nucleados pela questão da moradia, expressa em três frentes de luta: a) articulação de redes sociopolíticas que militam ao redor do tema urbano (do habitat, a cidade propriamente dita) e participaram do processo de construção e obtenção de um ‘Estatuto da Cidade’; b) movimentos sociais populares dos Sem-teto (moradores de ruas e participantes de ocupações de prédios abandonados); c) contra a violência urbana (no trânsito, ruas, escolas, ações contra as pessoas e seu patrimônio); (2) mobilização e organização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade (Orçamento Participativo e Conselhos Gestores); (3) mobilizações e movimentos de recuperação de estruturas ambientais, físico-espaciais (como praças, parques), assim como de equipamentos e serviços coletivos (área da saúde, educação, lazer, esportes e outros serviços públicos degradados nos últimos anos pelas políticas neoliberais); (4) mobilizações e movimentos contra o desemprego; (5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas nas ruas, adolescentes que usam drogas, portadores de HIV e de deficiências físicas; (6) mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra); (7) movimentos étnico-raciais (índios e negros); (8) movimentos envolvendo questões de gênero (mulheres e homossexuais); (9) movimentos rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos rurais; e (10) movimentos contra as políticas neoliberais e os afeitos da globalização (contra Alca, Fórum Social Mundial etc.).

Os movimentos de resistência, de acordo com Grzybowski (1987), constroem sua própria maneira de se organizar, de lutar, de participar das discussões políticas onde estão inseridos. Essa maneira de participar dos movimentos é fruto das reflexões construídas a partir do trabalho, como saberes desenvolvidos no contexto interno do movimento. Dessa forma, o trabalhador cria-se identidade e apresenta para o mundo sua concepção política e ideológica.

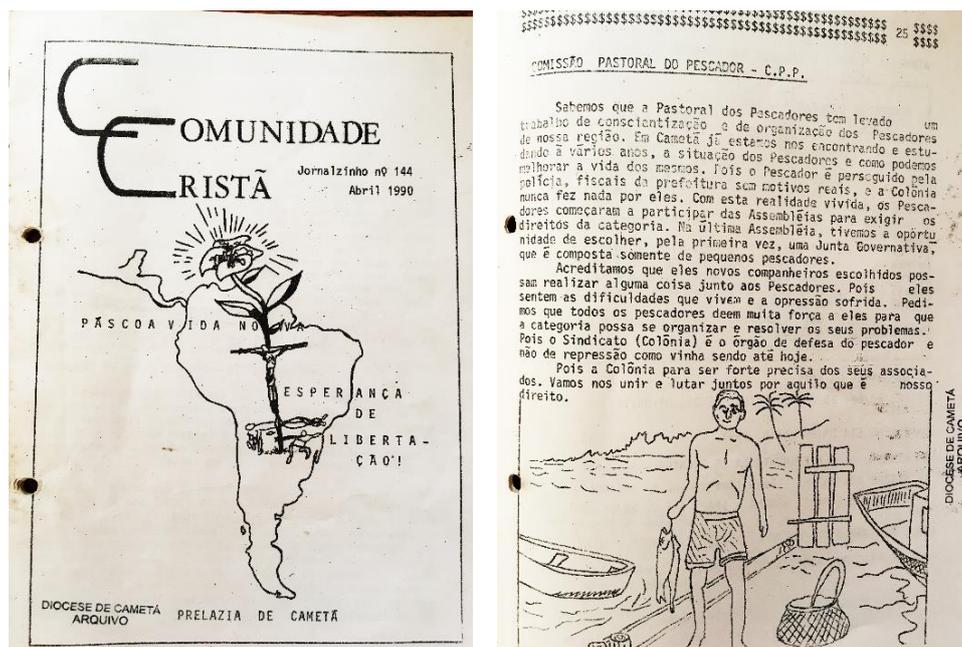
Um movimento que objetiva mudança generalizada em todos os setores da sociedade é, segundo Touraine (1989, p. 233), um processo que combina “princípio de identidade, de um princípio de oposição e um princípio de totalidade, quer dizer, a definição de um grupo de disputa de interesse”. Essa necessária análise e reflexão do processo de aprendizagem que os movimentos constroem, através de suas lutas políticas

e sociais, colocam em debate mudanças na sua essência do foco perseguido por esses movimentos ao longo da história. Se for observada a ação concreta desses movimentos, chega-se ao entendimento de que diferentes estratégias, que variam da simples forma unitária de denúncia até a organização coletiva (mobilização, passeatas, marchas, negociações, enfrentamento), foram, ao longo do tempo, redefinidas.

No caso específico dos sujeitos deste trabalho, a pesquisa permitiu constatar que nesse momento de organização de pescadores foi uma das estratégias encontradas pela igreja, para lutar de forma coletiva em prol dos direitos de uma classe. Suas formas de atuação o descrevem através da simples mobilização por um direito constitucional, e, mais presente, por um diferente meio que o caracteriza como um sistema de redes sociais, com o objetivo de torná-los mais orgânico. Nesse caminhar, os movimentos sociais têm construído, segundo Gohn (2006, p. 15): “[...] representações simbólicas afirmativas por meio de discurso e práticas. Eles criam identidades a grupos, antes dispersos e desorganizados. Projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social”.

A junta governativa instituída, foi destaque na edição do jornalzinho de número 144, de abril de 1990, quando conclama aos pescadores para a organização ainda mais efetiva uma vez que a direção da colônia passava a ser direcionada pelos pescadores artesanais, representantes legais da categoria. A igreja conclama agora, para ajuda dos chamados “companheiros” na concretização da luta travada.

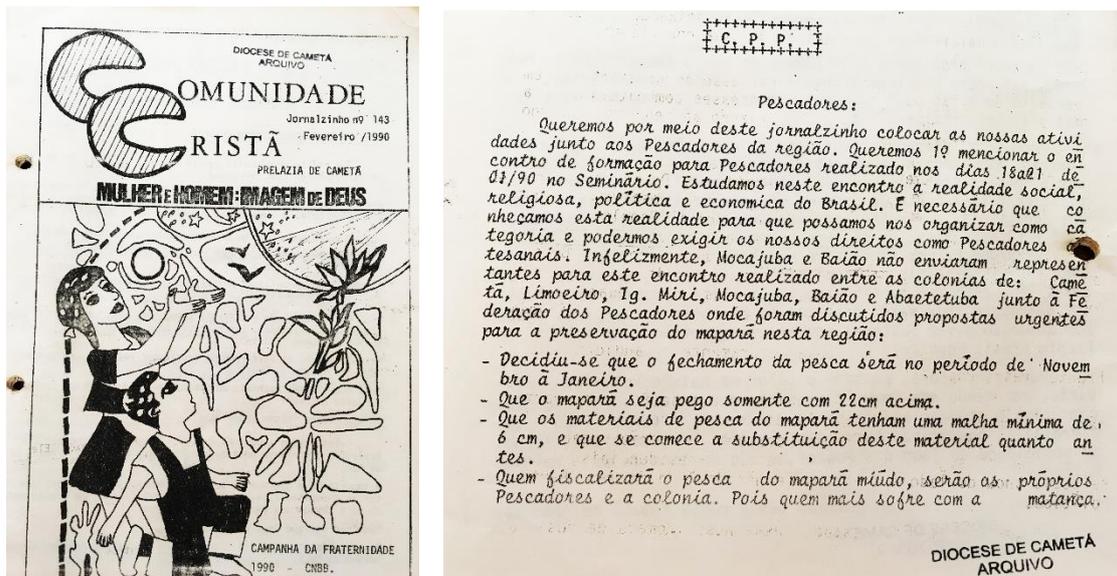
Figura 08: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cameté que faz menção ao processo de mobilização dos pescadores de Cameté e região- edição nº 144/Abril de 1990



Fonte: Diocese de Cameté.

As ações efetivas do processo de formação, organização e qualificação dos pescadores artesanais já colhia frutos e se efetivara no início dos anos de 1990 quando revelada no jornalzinho, edição 144 da prelazia, quando expõe decisões cunhadas na efetiva participação dos trabalhadores da pesca. O cenário que se tinha segundo Zé Fernandes¹⁹, participante da junta governativa era de que:

Figura 09: Jornalzinho Informativo da Prelazia de Cametá que revelava as decisões dos pescadores em assembleia - edição nº 143/Febrero de 1990.



Fonte: Diocese de Cametá.

Portanto, no decorrer deste processo, a luta da igreja na organização dos pescadores na microrregião se efetivara na conquista da Colônia, na organização de lideranças que impactava na formação das Comunidades Cristãs, em uma política de luta coletiva, em favor da classe trabalhadora e uma opção teórica de esquerda.

As lutas em defesa principalmente da organização dos trabalhadores, ajudaram na construção de um novo padrão de civilidade orientado para a formação primeira do ser humano e não tão somente em preparar o homem para o mercado, como querem as políticas neoliberais de caráter excludente.

¹⁹ José Fernandes Barra, Zé Fernandes como é chamado, participou do processo de tomada da Colônia de pescadores no início dos anos 90, quando participou da junta governativa que disputou as eleições e assim a colônia de Cametá passou a ser direcionada pelos pescadores de fato. Participavam ainda dessa junta governativa, Juvenal Viana Teles, natural da localidade de Cuxiari furo grande, que veio em seguida a e tornar presidente da Colônia z-16 de Cametá, e Ney Lobato Gomes, natural também de Cuxiari Furo Grande, que exerceu a função de tesoureiro. Zé Fernandes se tornou presidente da Colônia de Pescadores de Cametá, por dois mandatos, e se tornou vereador no mesmo município por dois mandatos em decorrência do forte poder mobilizador dos pescadores artesanais.

Podemos perceber, então, a ligação dos pescadores em movimentos sociais à medida que há uma interação com o uso dos espaços e com os recursos hídricos; a primeira, caracterizada pela falta do pescado e utilização de diversos tipos de apetrechos de pesca, e a segunda, pela implantação dos grandes projetos na Amazônia — nesse caso o da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.²⁰ Nesse projeto, houve, sem dúvida, intervenção por parte dos movimentos sociais:

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região Tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação minero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região. (RODRIGUES, 2012, p. 35).

Nesse contexto, os pescadores, colocados diante de um amplo campo de embate, necessitam da politização e da formação de movimentos sociais para discutir questões que envolvem seus espaços de vida, sua moradia, seu trabalho, dentre outros. Destaca-se, enfim, a emergência de um novo personagem social, que é o pescador artesanal.

Assim, a igreja católica contribuiu para que os pescadores artesanais exercessem, segundo Silva (1988), papel ativo em importantes momentos de luta social no Brasil, como podemos destacar na abolição da escravatura, na revolta dos cabanos e em outros momentos considerados importantes no cenário nacional. A esse respeito, Campos (1984, p. 4) observa que:

[...] foi na Cabanagem onde se visualizou o pescador participando de reações por uma melhoria na qualidade de vida. Os “Cabanos” – como eram chamados os integrantes da Cabanagem – em sua maioria, eram pessoas que moravam em áreas ribeirinhas da Amazônia, estando inseridos neste espaço geográfico, os pescadores. No entanto deve ser lembrado que a Cabanagem não era uma reação genuína dos trabalhadores da pesca, mais um processo onde o objetivo era um projeto maior de conquista social.

Podemos depreender, então, que os pescadores no Brasil, sempre estiveram ligados ao contexto político em que vivenciaram a cada época. A construção da autonomia, como sendo a principal arma desses sujeitos, só foi possível na conjuntura brasileira a partir dos anos 1980, ganhando visibilidade ações importantes como os seminários sobre a pesca artesanal, realizados em Brasília em 1985, e o chamado

²⁰ A construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, promoveu um desastre ambiental, o aparecimento de doenças, a diminuição do pescado da região e o êxodo dos pescadores para condições de extrema pobreza na zona urbana do município de Cametá, segundo texto da Revista da Z-16 (MMA, 2006).

Movimento de Constituinte da Pesca,²¹ iniciado em fins de 1984 (CARDOSO, 2001, p. 101).

A autonomia para os pescadores era pensar os interesses dos movimentos sociais a partir de planejamentos estratégicos em termos de metas e programas e significava, além do conflito, estabelecer a incorporação de metas para priorizar a construção permanente da cidadania. Percebe-se, também, que novas estratégias foram instituídas, ainda que de forma incipiente, como a articulação de proposta para o setor da pesca em nível nacional.

A Diocese de Cametá, importante na organização/qualificação dos pescadores artesanais, efetivada o processo de formação das comunidades, continua cuidando da formação católica, bem como, da organização dos movimentos. Ela se estrutura sob a coordenação de vinte paróquias divididas em quatro áreas episcopais assim distribuídos:

Tabela 01: Descrição organizativa e funcional da Diocese de Cametá

ÁREA	PARÓQUIA	LOCAL
Área Episcopal São Lucas	São João Batista	Cametá
	São José das Ilhas	Cametá
	Santa Maria	Cametá
	Imaculada Conceição	Limoeiro do Ajuru
	Nossa Senhora da Assunção	Oeiras do Pará
Área Episcopal São Marcos	Nossa Senhora do Carmo e São Benedito	Vila de Carapajó (Cametá)
	Nossa Senhora do Carmo	Vila do Carmo (Cametá)
	Nossa Senhora da Conceição	Mocajuba
	Santo Antônio de Pádua	Baião
	Sant'Ana.	Igarapé-Miri
	Nossa Senhora de Nazaré	Vila Maiuatá Igarapé-Miri
Área Episcopal São Paulo	São José	Tucuruí
	Sagrado Coração de Jesus	Tucuruí
	Menino Jesus	Tucuruí
	Santa Rita de Cássia	Tucuruí
	São Sebastião	Breu Branco
Área Episcopal Maria Mãe dos Povos	São José	Maracajá
	São Francisco de Assis	Novo Repartimento
	Cristo Rei	Pacajá
	Nossa Senhora Aparecida	Região de Vitória da conquista, Rio gelado Novo repartimento.

Fonte: Diocese de Cametá – Ano 2018.

²¹ A constituinte da pesca é considerada um marco que deu visibilidade à categoria e alavancou os processos recentes de organização dos pescadores.

A Igreja Católica, nesta microrregião tocantina, através da Comissão Pastoral da Pesca (CPP), foi de fundamental para a compreensão ideológica e também a iniciadora da articulação, da mobilização e da organização dos pescadores artesanais. A pesquisa demonstra que ela, em suas ações, qualificou estes sujeitos para a luta coletiva, marca evidente a partir da Colônia Z-16 de Cametá.

5.4 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DAS COMUNIDADES CRISTÃS

Ao tratar do tema comunidade, nos remetemos a ideia da capacidade combativa nesse trabalho de um espaço utilizado pela igreja para implementação de uma ideologia e a reapropriação deste sentido pelos ribeirinhos para a organização de seus espaços. Pereira (2014) ao tratar sobre a formação das comunidades categoriza como:

Um processo de formação de territorialidades moderno-coloniais subalternizadas a partir do processo de colonização portuguesa (século XVII). Estas não são simples produtos, desdobramentos ou reminiscências dos territórios coloniais (feitorias, plantations, povoações, missões, aldeamentos, vilas etc.) ou das territorialidades indígenas, mas se configuram como outras territorialidades, às suas margens, brechas, interstícios, muitas vezes sobrepostas a estas, ainda que relacionadas à formação dos territórios coloniais e à destruição e resistência/r-existência das territorialidades indígenas (PEREIRA, 2014, p. 113)

As comunidades ribeirinhas na microrregião tocantina foram caracterizadas na sua dimensão como organizações religiosas, pela forte influência da igreja e pela caracterização de formação do sistema familiar que deu sentido a organização espacial das relações e equalização das diferenças (ARENDRT, 2009) dentre os quais, a formação comunitária.

O pescador artesanal com uma identidade marcada pelo rio, quando se refere ao seu lugar de moradia, no geral, localiza-se como morador de uma determinada comunidade, pois é nela que ele cria, recria e socializa os seus saberes. É nela que ele se constitui enquanto sujeito social e tem seus saberes referendados. Esse sujeito, exerce a solidariedade e disputa os espaços hegemônicos existentes, seja nos movimentos sociais, na organização dos mutirões ou como dirigente das atividades religiosas.

Para este trabalhador da pesca, a comunidade é o espaço de vida, que se compõe pela dinâmica da vida cotidiana, uma referência importante para a o trabalho, pois é nela que está impregnada a sua subjetividade que o constitui, está seu “pedaço de terra” a qual foi herdada de seus antepassados, fato esse que produz no sujeito uma relação afetiva e histórica com ela. Além de ser esse local onde está situada a casa, o trabalho, ele também

tem um significado profundo de continuidade da família, com um grande valor afetivo. A comunidade é esse espaço recheado de aspecto político, social, religioso e cultural. É essencialmente social e “[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O Espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (SANTOS, 2008, p. 12). Nessa perspectiva:

O espaço é a junção da paisagem com a sociedade. Deixa de ser uma observação de momento, para ser a paisagem com o movimento, com a dinâmica social, como sendo o local, com suas características peculiares, que são impressas pelo uso que se dá a ele, no qual cada indivíduo ou grupo social se desenvolve em uma lógica biológica (com a ingestão de alimentos), produtiva (com o trabalho, entendido de maneira geral) e/ou cultural (com seus mitos, tradições, hábitos e costumes). (OLIVEIRA NETO; RODRIGUES, 2008, p. 27).

Para além desse espaço de aprendizagem, a comunidade se tornou referência familiar e também se institui enquanto unidade político-administrativa organizacional. Estão presentes de forma fluente no cenário comunitário, a escola, a igreja (de qualquer natureza), o local de convivência e lazer representado pelo campo de futebol que agrega a interação entre as várias comunidades. A presença desses elementos nos remete à produção de relações que caracterizam o regime de sociabilidade da comunidade ribeirinha amazônica.

Para Furtado (1993) uma das características mais marcantes no universo social dos pescadores artesanais são os canais que conduzem a interação dos indivíduos em cada comunidade, estes são representados, na maioria das vezes, pelas redes de parentesco consanguíneo, pelas relações de parentesco ritual, pela religiosidade e pelas trocas de favores e presentes. Nestas interações, nos locais de parentesco ou de amizade, a circulação dos bens ocorre em uma maneira automática no ato de dar e receber, sejam bens materiais ou não, circulam na finalidade de ampliação das relações sociais e efetivas, estímulos ao companheirismo, ao compadrio, as relações interpessoais espontâneas através de uma rede de proximidade e de vizinhança.

Pereira, (2014) compreende uma apropriação do termo ‘comunidade’ pela Igreja Católica ao qual, imprimindo-lhe sentidos não apenas religiosos estritamente, usa-o nas suas práticas socioespaciais, que constituem sua política territorial para Amazônia, a partir da década de 1960. A Igreja Católica passa a transportar e construir uma compreensão numa rede de relação de autoridade e legitimidade.

A criação das CEB's e posteriormente CC's – perspectiva de comunidade que utilizaremos aqui – foram fundamentais para a qualificação que a as comunidades cristãs exerceram (e exerce ainda) na vida dos pescadores artesanais. Podemos considerar dentre esse processo formativo, a emergência para um despertar da luta dos trabalhadores da pesca contra o poder hegemônico e excludente das oligarquias locais que estavam no comando da Colônia Z-16 e dela desfrutava de todas as regalias na qual excluía toda a classe pescadora artesanal na microrregião tocantina. Consequente a isso instigava esses trabalhadores para a conquista de sua entidade de classe, como forma de intitulação e busca de políticas voltadas para o setor. A identidade do homem do ribeirão enquanto sujeito detentor de direitos e a constituição harmoniosa na relação com o rio, com a floresta e a terra, foram bandeiras de luta das Comunidades Cristãs, essenciais para permanência do pescador no seu local de moradia como forma de criar laços de pertencimentos instigando sempre a luta coletiva.

Figura 10: Comemoração dos 20 anos das comunidades cristãs pelas ruas da cidade de Cametá



Fonte: Diocese de Cametá – Junho de 2018.

O estudo nos mostra que a comunidade Cristã enquanto espaço da afetividade, tem sido e é um mecanismo ligado à prática social dos pescadores ribeirinho, onde teve influência na formação política utilizando a compreensão religiosa católica como estratégica de pertencimento no cotidiano do “mundo da vida” ribeirinho.

5.5 A QUALIFICAÇÃO QUE VEM DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ

Considero oportuno perceber que o sentido da qualificação a partir da Colônia Z-16, obedece dois momentos distintos; No primeiro, faz-se necessário que ela aconteça para criar um sentimento em que Rodrigues (2013) chamou de classe para si, um sistema de pertencimento capaz de fomentar a luta coletiva, a busca pela identidade da figura do pescador artesanal. No segundo momento, com a solidificação das lutas e afetiva participação dos pescadores na construção da z-16, a qualificação acontece para consolidar políticas sociais para este mesmo sistema de classe em si.

As barreiras do reconhecimento do pescador aos poucos vão sendo reconhecida com a criação de órgãos ligados à pesca e concomitante a isso em decorrência de tudo o que se produziu pelo movimento, muda-se as estratégias de qualificação. É preciso qualificar agora para as uma nova figura identitária do trabalhador da pesca. É necessário pensar um sujeito para o trabalho no rio, na lida diária, no labor, mas ao mesmo tempo, criar estratégias para que o novo pescador, seja capaz de entrar nas universidades, de acessar uma rede de informações através do mundo digital, de pensar a economia diversificada sem deixar de ser visto como pescador artesanal. Esse é o debate que apresento nesse papel de qualificação a partir da entidade chamada colônia de pescadores Z-16 de Cametá.

Figura 11: Projeto da fachada de entrada da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá



Fonte: Colônia Z-16 – Junho de 2018.

5.5.1 Primeiro momento: A busca coletiva pelo sistema de pertencimento

Na Amazônia, a constituição de grupos humanos sempre esteve histórica e intrinsecamente articulada com os ecossistemas territorialmente localizados, processo que alguns autores denominam de “movimento de mútua determinação”.

Por meio de diversas formas organizativas, essas famílias têm participado de uma luta histórica por reconhecimento de direitos, por garantia de medidas que possibilitem a reordenação social dos seus modos de vida, estruturados na relação direta que estabelecem com os rios e com a floresta. Portanto, a percepção local dos pescadores indica as transformações do universo sociocultural em face das mudanças no tempo social e na organização do espaço das reciprocidades das relações homem-natureza.

Nessa perspectiva é que foram criadas pela Marinha, na década de 1920, as colônias de pescadores, com objetivo de reunir pescadores de todo Brasil para atuarem como guias nos labirintos fluviais e para cuidarem dos porões dos grandes navios, tornando-se um instrumento de controle direcionado para fins operacionais.

Silva (1991), ao tratar sobre o processo de criação das colônias de pescadores no Brasil entre os anos de 1919 e 1923, identifica uma dupla estratégia do Estado e do capital para com os pescadores, que eram a de atrelar os pescadores à Marinha de Guerra e de organizar um mercado de trabalho para uma pescaria nascente organizada em moldes empresariais. Tal situação de organismo de representação dos pescadores e aparelho do Estado, conforme frisado anteriormente, persistiu até 1988, quando o Movimento Constituinte da Pesca, levado a cabo pelos pescadores artesanais e seus organismos de apoio, como a CPP, buscou alcançar a equiparação das colônias aos estatutos dos sindicatos, através da promulgação do artigo 8^o²² da atual Constituição Federal. Esse

²² É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de **colônias de pescadores**, atendidas as condições que a lei estabelecer.

momento pode ser considerado um marco no processo de mobilização e politização contemporânea da categoria dos trabalhadores da pesca.

É nesse mesmo contexto histórico que é fundada, pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá, em junho de 1923, a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, com objetivo de servir aos interesses do Estado. Durante muito tempo essa colônia, que passou a representar a categoria dos pescadores, permaneceu subordinada ao Ministério da Marinha (consideradas reservas), e seus integrantes eram obrigados a prestar serviços gratuitos a ela, tais como: guiar navios no labirinto fluvial amazônico, devido ao conhecimento marítimo que os pescadores possuíam, e pescar para alimentar a tropa da armada.

A partir da década de 1940, a subordinação das colônias de pescadores passou para o Ministério da Agricultura, que, entre outras coisas, estabeleceu o estatuto único para todas as colônias do Brasil, como se fosse uniforme a diferente realidade da pesca nas variadas regiões brasileiras. Desse modo, ao invés da subordinação aos militares, as colônias passaram a servir aos interesses de políticos e, por conseguinte, das elites locais.

Em Cametá, não era diferente. A partir de 1982, com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cametá passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, por meio de visitas às comunidades ribeirinhas, encontros, reuniões e cursos. A importância da Igreja Católica nesse processo de conquista foi fundamental e é expressa, com muita propriedade, por Diegues (1995; 130), ao relatar que:

Um fato novo nesse período foi o surgimento da Pastoral dos Pescadores, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Com a intervenção da Pastoral dos Pescadores, o escopo das lutas foi ampliado, abrangendo temas como a representação democrática, a comercialização, a aposentadoria e a previdência social.

Pode-se dizer que a representação política dos pescadores artesanais em Cametá, é fruto da vivência coletiva. O trabalho de qualificação feita pela colônia z-16, passou pela busca pelos direitos constitucionais (auxílio-maternidade, auxílio-reclusão, aposentadoria por idade, seguro-defeso), bem como pela formação dos pescadores para o enfrentamento do mundo do trabalho.

Temos um primeiro momento um elemento essencial feito pela igreja católica que desperta para a tomada de consciência da classe pescadora da necessidade da organização. Lukács (1920) sobre consciência de classe define que:

Consciência de classe é a reação racional adequada que deve, dessa maneira, ser adjudicada a uma determinada situação típica no processo de produção. Essa consciência não é nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe, tomados separadamente, pensam, sentem, etc. Entretanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade está determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento etc., do indivíduo. E essa ação não pode ser conhecida a não ser a partir dessa consciência. (LUKÁCS, 1920, p. 5)

E os caminhos desse processo de organização dos pescadores para a conscientização, exigiu um período longo e um trabalho árduo daquelas lideranças que fizeram essa opção em mobilizar para a luta coletiva. Considero, portanto, nesse primeiro momento um processo de qualificação que se dava no interior das comunidades cristãs e outro dentro dos movimentos sociais como anteriormente exposto.

Segundo os dados analisados, a colônia Z-16, passa então a ter sua pequena/grande sede própria, passou a ter uma diretoria e começa a caminhar pelas mãos dos pescadores artesanais. Ney Lobato, que participou da tomada e da organização inicial revela esse começo:

A gente lutou muito... deixemo nossas famílias... e quando ganhamos o direito de dirigir a colônia, nos funcionava no Sindicato dos Trabalhadores Rurais- STR, em uma sala emprestada. Não tinha nada, a não ser uma maquina datilográfica velha e um fichário com 19 pescadores associados. Trabalhamos muito, eu Juvenal e Zé Fernandes. Compramos uma casinha na feira que servia para jogar baralho... e daí fomos só crescendo... mandamos organizar, pintar e fomos só emcorporando... veio depois de um tempo, digo uns quatro anos depois, o seguro defeso onde em torno de vinte pescadores receberam... e daí pronto... fomos sendo reconhecido enquanto entidade... Não foi fácil, mas conseguimos e tenho orgulho de fazer parte dessa história.

Os primeiros passos foi a organização dos pescadores nas comunidades, onde se mobilizava para a necessidade de estes estarem atrelados a uma entidade. O que se via à época era a falta de interesse, uma não aceitação imediata da participação, pois não havia perspectivas fluentes para os pescadores. As políticas e o reconhecimento social dos pescadores artesanais como objetivo final da luta, não fazia parte da perspectiva desse trabalhador. Não existia no pescador, uma consciência de classe, revelada na não participação ou envolvimento. Lukács (1920) contribui nessa direção dizendo que:

Mas como a história colocou o proletariado diante da tarefa de uma transformação consciente da sociedade, era necessário que surgisse na sua consciência de classe a contradição dialética entre o interesse imediato e o objetivo final, entre o momento isolado e a totalidade. Porque o momento isolado no processo e a situação concreta com suas exigências concretas são, em razão de sua essência, imanentes à sociedade capitalista atual e submetidas a suas leis, à sua estrutura econômica. Somente em se incorporando à visão de conjunto do processo, em se vinculando ao

objetivo final que eles colocam concreta e conscientemente para além da sociedade capitalista, é que eles se tornam revolucionários. Subjetivamente isso significa, para a consciência de classe do proletariado, que a dialética entre o interesse imediato e a influência objetiva sobre a totalidade da sociedade é transferida na própria consciência do proletariado, em lugar de ser – como para todas as classes anteriores – um processo puramente objetivo, que se desenrola fora da consciência (adjudicada). A vitória revolucionária do proletariado não é, pois, como o era para as classes anteriores, a realização imediata do ser socialmente dado da classe (1920, p. 26)

Zé Fernandes, nessa direção de pensamento, de qualificação inicial dos pescadores revela que a mobilização era inexistente, ou pouco profícua;

Fazíamos reuniões nos barracões das comunidades, quando se falava que seria pra organizar a colônia, aparecia três ou quatro pessoas. Muitos não iam por que não tinham interesse. Outros não participavam porque era à noite e como não havia energia elétrica, era melhor ficar na casa, tendo que acordar cedo para a lida diária. Não tinha o que oferecer de retorno (financeiro). Mudamos de estratégia. Fazíamos as reuniões após o culto dominical. Ainda vinha pouca gente. Começamos a fazer durante o culto aos domingos. Foi aparecendo. Começamos a organizar as reuniões nos setores (baixo, médio) e assim fomos nos encorpando.

Juvenal Viana²³ juntamente com a diretoria começaram a organizar os encontros setoriais com o objetivo de qualificar os pescadores para o sentimento da luta de classe.

Figura 12: Juvenal Viana (em pé) no I congresso dos Pescadores Artesanais – março de 1993.



Fonte: Colônia Z-16.

²³ Juviana Viana Teles “o índio” como era conhecido, foi o primeiro presidente eleito pelos pescadores artesanais no processo de retomada da Colônia Z-16. Peça importante na mobilização inicial dos pescadores em Cametá. Seu trabalho e sua vida foi dedicado a luta ao reconhecimento dessa categoria.

Por luta de classe, Grzybowski (1986, p. 51), compreende que se trata de um “[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes [...]” oriundos da luta de classes, “[...] produzidos pelas classes”. Trata-se, então, na perspectiva dos trabalhadores, de saberes por eles gerados para fundamentarem o próprio processo de construção contra-hegemônica. No dizer de Grzybowski (1986, p. 51), “As classes sociais, em sua disputa por hegemonia, têm necessidade de elaborar e difundir concepções do mundo, conhecimentos e habilidades, padrões de conduta moral e projetos sociais, adequados aos seus interesses”. Marx e Engels (2006, p. 23-24) refletem que:

A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto.

Essa compreensão é perceptível na formação política dos pescadores da Z-16, pois, no contexto dessa entidade, os pescadores desenvolvem um conjunto de ações em prol dos filiados, porque compreenderam que deixar somente na mão do Estado o atendimento de suas necessidades dos pescadores não seria suficiente. Assim, esses pescadores utilizam-se de diversas relações e de luta para conquistar melhorias das suas condições de vida, como, por exemplo, a participação interna dos filiados, a organizações dos pescadores em coordenações presentes em diversas localidades do município de Cameté e a participação em diversos movimentos sociais, representando a Z-16. É o que se observa, por exemplo, nas ações realizadas pelos pescadores artesanais neste processo de construção de identidade.

Suas práticas se desenvolveram para que a Colônia fosse dirigida por eles, em oposição a uma direção determinada pelas oligarquias locais cametaenses. Construíram saberes organizacionais para tanto, compreendendo que a categoria deveria ser dirigida/coordenada por militantes-membros da entidade, no sentido de que numa relação de luta de classes “pescador é que deve defender pescador”.

Não interessava ter uma colônia se não fosse pra defender os pescadores. Nós tínhamos a Colônia, mas não tinha quem lutasse de fato pelos pescadores. Não espere que os políticos do agronegócio por exemplo, vão lutar pelos trabalhadores rurais. Os que estavam a frente da Colônia só queriam se beneficiar do poder. Por isso, só vai defender a classe da pesca quem de verdade se sente e vive os trabalhos árduo da pesca. (Zé Fernandes, Setembro de 2017)

Rodrigues (2012), nessa direção, concebe a materialidade da atividade política de seus sujeitos na qualidade de coletivo organizado. Não se trata, contudo, de entender esse movimento político como condição última da luta dos trabalhadores, senão como instrumento para mediar seus interesses imediatos em concomitância com uma luta maior pela emancipação humana.

O entendimento é o de que, ao se qualificarem para a organização coletiva por meio da luta de classe, os pescadores também estariam se fortalecendo enquanto fração de classe, instaurando uma consciência, materialmente construída, da necessidade de mudança não só conjuntural, mas estrutural.

Figura 13: Encontro promovida pela Colônia Z-16 para busca da consolidação do processo organizativo – Janeiro de 2000.



Fonte: Colônia Z-16.

E nesse caminhar formativo, era necessário propor mecanismos para num primeiro momento criar um sentimento de pertencimento por parte dos pescadores artesanais. Encontros nas comunidades foram sendo realizados, como objetivo de fortalecer a categoria e ao mesmo tempo formar lideranças em cada comunidade, para exercer a função de capatazes/coordenadores de base para atuação na organização em cada localidade.

Figura 14: Curso de qualificação na localidade de Cuxipiari Costa, maio de 1993.



Fonte: Colônia Z-16.

A experiência formativa da Colônia Z-16, também se constitui como instrumento de luta em prol de sua subsistência, e, simultaneamente, está construindo experiência que se configura nos moldes da contra-hegemonia: —[...] a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, de Cametá, constitui-se como materialização de um instrumento de luta e de organização desses trabalhadores, na perspectiva de contradição de classel (RODRIGUES, 2012, p. 91).

O representante na comunidade intitulado de coordenador da Colônia –que era denominado de capataz- atuava (e atua) como intelectual orgânico (GRAMSCI, 1982) nas comunidades não apenas na realização de mediação entre uma entidade representativa de uma “categoria”, no caso os pescadores, e os associados da comunidade em que reside. Este encontra-se numa rede de relações entre a comunidade e o Estado, entre políticas do Estado e a “política da comunidade”, que a Colônia intermedia, através do coordenador local, além da função de receber demandas, orientar e encaminhar os pescadores em razão desses benefícios.

Para Gramsci (1982) o intelectual não é aquele que possui poderes superiores do intelecto, mas aquele que, na sociedade, tem como função social a responsabilidade de produzir conhecimento, e/ou inspirar, sugerir, introduzir conhecimento. Gramsci, no seu segundo Caderno do Cárcere (2010), aponta que dentre as várias formas que assumiu o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais, as mais importantes dessas formas são duas:

1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.[...]Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.[...]

2) Todo grupo “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc. (GRAMSCI, 2010, p. 15-16)

As coordenações, promovem diversos instrumentos políticos democráticos, como reuniões, assembleias, planejamentos anuais, entre outros. São instrumentos organizativos, formativos dos pescadores, onde materializam suas ações para encaminhar e executar propostas para o bem dos pescadores.

Nessa conjuntura, levando em consideração o papel que exercera no processo de formação dos pescadores no interior da Colônia Z-16 no que tange aos coordenadores de base, o mesmo não se relaciona com uma formação acadêmica específica, mas uma ação social, um certo tipo de agente capaz de fazer a ligação entre colônia z-16 e coordenação presente na comunidade. A função desempenhada por este sujeito coordenador não estava ligada à escolaridade, mas a sua atuação política direcionada diretamente com o “lugar” que ocupa nas relações materiais/sociais de uma determinada produção social.

A coletividade dos pescadores da Z-16 se efetiva nas coordenações de base, organizadas pelos pescadores em suas comunidades e articuladas com a executiva da Colônia Z-16. Elas promovem diversos instrumentos políticos democráticos, como reuniões, assembleias, planejamentos anuais, entre outros. São instrumentos organizativos, formativos dos pescadores, onde materializam suas ações para encaminhar e executar propostas para o bem dos pescadores.

Os pescadores vão se formando como sujeitos construtores de uma formação política desenvolvidos no interior de sua organização. Essa experiência apresenta uma

forma de produzir contextualizada com sua maneira de viver, de interpretar o espaço onde esses sujeitos estão inseridos. Enfim, trata-se de uma formação para a construção coletiva dos pescadores que vai se confundindo com o próprio processo histórico de sua atuação.

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos dentro deste termo — não como sujeitos autônomos, — indivíduos livres!, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida — tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Figura 15: Coordenadores da Colônia (da esquerda – Vicente da localidade de Paruru, Vera da comunidade de Mapiraí, José da localidade de Torres, Joao de Itanduba, “Gito” de Comunidade de Caracará e Manoel “sorvete” de Jaracuera, maio de 2018.



Fonte: Acervo do autor.

O que separa portanto, um grupo do outro (intelectual e o não intelectual) não é a forma de conhecimento em si, mas um tipo de lógica de pensamento mantido pelo capitalismo, em que permanece de forma hegemônica a separação do trabalho manual do intelectual.

Assim, as coordenações de base da Colônia: a) demarcam um espaço referencial sobre o qual podem/devem atuar na mediação pescador-associado e comunidade-colônia, não coincidindo necessariamente com a área da comunidade em que vivem (como em Paruru de Baixo); b) realizam mediação entre escalas e universos de significação diversos, entre os associados da comunidade ribeirinha (pescadores) e a Colônia, quanto aos serviços e benefícios ofertados pelo Estado e que estes têm direito e podem acessar através destas: salário seguro-defeso, auxílio saúde, auxílio maternidade, aposentadoria etc.; c) estão numa posição na qual várias instituições se integram, convergem e/ou competem numa rede de relações com o Estado, sendo a pesca e o pescador objeto de interesse privilegiado;

d) transmitem demandas, informações e normas (burocráticas, institucionais) que regulam a vida das pessoas associadas das comunidades que o elegeram seus representantes, numa escala de relações ampliadas; e) funcionam como “cabos eleitorais” privilegiados nas localidades, influenciando nos votos dos associados que coordenam (PEREIRA, 2014, p. 355).

Martins (2017) caracteriza as coordenações de base da Colônia Z-16 como uma “*organização política dos pescadores*” estruturada em suas próprias comunidades. Essa função político-administrativa, assumida no interior da organização política vem desenvolvendo na função, auxiliando seus *companheiros* de trabalho e de filiação na Z-16 nos procedimentos institucionais, na burocracia que a entidade dispõe [...]] (RODRIGUES, 2012, p. 176). Essa postura da pescadora representa uma das primeiras articulações de formação política, em que as ações pensadas e estabelecidas vão se materializando na realidade fluente desses pescadores artesanais.

Essa consciência de fazer parte de um movimento que representa uma contra-hegemonia demonstra sinais de autoconsciência de uma unidade entre teoria e prática: — [...] a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que a teoria e a prática finalmente se unificam (GRAMSCI, 1998). Tratando-se dos pescadores, pode-se afirmar que uma das primeiras materializações dessa relação indissociável entre teoria e prática se efetiva a partir da organização na própria comunidade dos pescadores em núcleos coletivos denominados coordenação de base.

A atuação da junta governativa da colônia na escolha dos coordenadores de base, demonstra nesse contexto a responsabilidade de transmissão de um conhecimento para garantir, de alguma forma, a reprodução de uma determinada concepção de mundo.

Figura 16: Encontro para formação dos coordenadores de base, ano 2005.



Fonte: Colônia Z-16.

A criação dos Coordenadores de Base pela Colônia de Pescadores para realização do trabalho de formação junto aos associados significou “[...] um deslocamento espacial e, portanto, um compartilhamento das relações de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 492). A Colônia de Pescadores, mesmo sob o controle dos pescadores, e não mais de representantes das Oligarquias locais/regionais, se tornou um instrumento de mediação.

A reunião articulada pelos coordenadores de base é um espaço de construção política e, ao mesmo tempo, de formação de uma fração de classe, que tem interesses econômicos comuns que vão se materializando a partir do próprio movimento. Uma organização que está voltada para dar conta do cotidiano desses sujeitos, que se afirmam em oposição à lógica da classe dominante, em um processo construído a partir das experiências concretas da pesca; são, ações que se articulam com o posicionamento de Thompson (2012, p. 12), para quem — [...] os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais.

A formação e a luta de classes se materializam a partir do cotidiano, da organização dos trabalhadores, como fazem os pescadores da Z-16. Essa luta de classes é, para Chauí (1980), o cotidiano da sociedade civil, que está presente desde as relações familiares até as organizações mais complexas da sociedade. — A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação [...] (CHAUÍ, 1980, p. 29). Nesse sentido, os pescadores, no cotidiano de suas relações, constroem sua luta como fração de classe, com uma atividade política que direciona suas ações em prol de seus interesses e que, ao mesmo, tempo se contrapõem ao poder instituído.

5.6 O SEGUNDO MOMENTO: A QUALIFICAÇÃO PARA O ENFRETAMENTO DO MUNDO DO TRABALHO E CONSOLIDAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Esse segundo momento de qualificação direcionada pela colônia de Pescadores de Cameté é expressão e resultado da atuação política de tudo o que se vivenciou em um primeiro momento de luta e resistência. Sobre a atuação política desses trabalhadores, Martins (2010) afirma que:

[...] os trabalhadores da Colônia Z-16 têm desenvolvido ações que proporcionam a construção de seus saberes a partir de seus trabalhos e de suas lutas. Em outras palavras, esses sujeitos aprendem nas relações sociais, a partir de seus trabalhos, que possibilitam compreender, discutir, analisar e propor alternativas de melhores condições de trabalho e vida.

Por intermédio desse processo político, vale lembrar que o Estado brasileiro passou a ter um reconhecimento dos pescadores quando se estabeleceram as relações oficiais e com a designação de órgãos públicos.

Resultado disso, Cotrim (2008), demonstra que pode ser apreendida na seguinte ordem cronológica: na década de 1920, o Ministério da Marinha era órgão do Estado responsável pela organização da pesca no Brasil; em 1967, durante o governo militar, a pesca estava submetida ao Ministério da Agricultura, no qual foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) — ainda nesse período foram criadas as normas do exercício da pesca, que são válidas até hoje (Decreto Lei 221/67); em 1989, foi criado o IBAMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, para onde migrou a pesca; em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e, no dia 29 de junho de 2009, Dia do Pescador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.958, criando o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), atendendo ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do país, onde, atualmente, se encontra a gestão da pesca.

Direcionada agora para articulação das ações práticas e materialização de direitos sociais no que tange à busca pela efetivação de políticas voltadas para os pescadores artesanais, a Colônia Z-16, cria espaços de qualificação para uma nova postura desse sujeito. Era necessário estabelecer programas e projetos que fossem dá sentido a este novo modelo de formação em diferentes frentes.

5.6.1 A qualificação dos jovens pescadores para o uso das tecnologias: o projeto Pescando o saber

No campo da juventude pescadora, faz-se necessário criar uma postura de envolvimento para que a essência de ser pescador se mantivesse, mas como um mecanismo de enfrentamento do mundo do trabalho. O Jovem no campo da pesca artesanal, não mais estão a se reconhecer enquanto pescadores única e exclusivamente a partir dos saberes que empiricamente construíram no trato cotidiano com a pesca, mas também, a partir do conjunto de conhecimentos que buscados e adquiridos nos diferentes espaços formativos, hoje se fazem presentes em suas atividades, modificando e

transformando seus processos de trabalho e, conseqüentemente, suas subjetividades e identidade.

O projeto pescando o saber, de qualificação para o uso das tecnologias na vida dos jovens pescadores de iniciativa da Colônia z- 16, é resultado de um pensamento de que é possível criar uma identidade pescadora arraigada nos espaços que formam o novo sujeito nas suas várias dimensões sem a perda de suas características de ser pescador. A qualificação e a formação da identidade pescadora desses jovens, em sua constituição, é formada pelos saberes da pesca, assim como, por um amontoado de saberes e conhecimentos que adquiridos em contextos diferentes que vão se somando e tendo como resultado final uma nova postura identitária que os define como pescadores.

Figura 17: Jovens pescadores participantes da 6ª turma do projeto pescando o saber.



Fonte: Colônia Z-16 – Ano 2018.

A juventude pescadora ao praticar as atividades do trabalho da pesca está fortalecendo uma identidade que efetivamente tem se dado entre esses sujeitos através do trabalho. Ou seja, essa juventude pescadora pelo trabalho pesqueiro tem sido reconhecida cada vez mais como sujeitos amazônidas que vivem um modo de vida diferente de sujeitos outros da cidade, estabelecem relações diferentes com seus pares e com a natureza e que apesar de terem a atividade da pesca muito cedo em suas vidas, se reconhecem como pescadores e a Colônia Z- 16 como entidade que lhes representa.

O que a pesquisa revela é que não é possível pensar tão somente esse jovem para o trabalho no rio, é necessário criar condições para que ele, o jovem pescador, tenha acesso aos diferentes meios, necessários a vida humana. Segundo Rodrigues (2016):

Os jovens pescadores, aos moldes da lei da dialética, unidade e luta dos contrários, ao mesmo tempo em que se unifica, pois se ver enquanto jovens, agem enquanto jovens, vivem enquanto jovens, estão em uma mesma faixa etária, vivendo as mesmas dúvidas e incertezas, também se opõe, contestando e se rebelando contra as ações do capital que nega seu modo peculiar pescador de ser jovem, fragilizando lhe a identidade.(p, 61)

Essa postura de qualificar os jovens pescadores é instrumentalizada através da criação do projeto de inclusão digital denominado de “*pescando o saber*”, criado em 2008, com o objetivo de propiciar conhecimentos na relação com a pesca e o mundo tecnológico.

Figura 18: Formatura dos jovens pescadores no projeto Pescando o Saber – Junho 2017.



Fonte: Colônia Z-16.

Veloso (2012), identifica que o projeto pescando o saber estabelece relações entre educação, tecnologia e cultura. O projeto prevê cursos básicos e avançados de informática em um laboratório com vinte computadores. Criado em 2008, ele iniciou com 480 alunos pescadores e filhos de pescadores. Somente 320 deles concluíram as disciplinas básicas de informática, registrando uma evasão em torno de 30%. As questões culturais podem ter contribuído com este resultado, pois se criam barreiras de aprendizagem nas relações entre ser humano e máquina. As aulas, com duração de uma

hora, aconteceram três vezes por semana – quinta, sexta, sábado durante oito meses. O projeto, custeado em parte pela comunidade e parte pelos alunos, foi executado em um laboratório de informática com 20 computadores. Em 2012, nova turma se matriculou e o curso foi reduzido para cinco meses duas horas aula por semana. Foram ofertadas aulas de programas Word, Excel e noções de internet. A seleção de alunos dependeu do número de vagas e da indicação de nomes. A avaliação do desempenho dos alunos e a entrega dos certificados foi motivo de festa para os inscritos.

A colônia dos pescadores tem 92 coordenadores de base eleitos, ou seja, cada interior reúne e elege um representante da sua localidade que tem obrigatoriamente comparecer na sede município de Cameté para buscar informações e trazer informações de sua localidade. Então, referente ao curso de inclusão digital disponibilizamos duas vagas para cada localidade. Eles reúnem, dialogam e trazem os nomes dos alunos. (depoimento do professor do curso).

A Colônia dos Pescadores de Cameté, ao realizar curso de informática como necessidade de formação aos jovens pescadores, descontextualizado das reais necessidades locais pode favorecer um processo de alienação. Os meios de comunicação digitais ditos “inclusivos” não colaboram para o processo de emancipação e fixação do pescador no seu território quando inseridos sem as devidas adaptações ao contexto educacional e cultural. O pensamento estratégico para as comunidades pesqueiras certamente necessita de reflexão aprofundada. Todavia, o impacto das tecnologias na educação não pode ser entendido apenas como um fenômeno pedagógico, didático ou psicológico específico, mas como dimensão de um processo mais amplo, associado a profundas transformações sociais, econômicas e culturais (CASTELLS, 2001).

Fica evidente que a Colônia dos Pescadores por essa ação de propiciar a juventude pescadora por meio do “pescando o saber” busca participar desse processo de qualificação que concebe conhecimento como elemento importante da classe pescadora. Trata-se de uma formação contínua e ininterrupta de aprendizagem, que se desloca da centralidade do campo escolar para processos bastante intensos de educação não formal, como o exemplo do Projeto Pescando o Saber que capacita para a aplicabilidade no campo da pesca artesanal. Shelson Cardoso, instrutor do projeto desde a sua fundação, relata a importância dessa iniciativa.

Estou desde o início nesse projeto, ele não é somente um projeto pra aprender a usar o computador... esse projeto é para incluir o pescador ...nesse mundo tecnológico, ele ira precisar usar o seu cartão para ter acesso ao beneficio, ele precisa assinar documentos de forma digitalizada, ele tem informações do mundo quando passa ter acesso a internet que tá tendo no interior... Vejo o outro pescador quando passa por esse projeto. Os meninos

e as meninas ficam encantados com o mundo digital e a possibilidade de fazer pesquisa para seus trabalhos escolares. O índice de evasão é quase zero. Eles gostam mesmo... Sou muito grato a Colônia por ter me dado a oportunidade durante todos esses anos... é um projeto importante para a vida do pescador artesanal.

Há necessidade de formar pescadores para acessar a tecnologia como elemento essencial no desenvolvimento do trabalho na pesca e como forma de interação na compreensão de direitos. Seus hábitos, costumes se revelam nas suas atividades cotidianas, as quais precisam ser harmonizadas com a educação e estudados os meios de introduzir a presença da tecnologia na comunicação e no trabalho da pesca.

5.7 A FORMAÇÃO PARA A ENTRADA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR. O PROJETO REDE DE CONHECIMENTOS

Outro exemplo de qualificação é quanto a inserção do pescador nos espaços de formação no campo da educação superior. Trata-se da implementação do cursinho denominado de “rede de conhecimentos”. Este projeto de qualificação, foi implementado em 2015, envolvendo 400 filhos e filhas de pescadores que se deslocam nos finais de semana para acessar o conhecimento necessário a realização da prova do Enem para adentrar nos espaços de educação superior. O projeto funciona em uma parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Cametá, que além das salas de aula, também disponibiliza alunos dos diferentes cursos, para atuar como professor na formação desses jovens pescadores.

Figura 19: Logomarca do Projeto Rede de Conhecimento – Agosto 2018.



A imagem ilustrada pelo slogan do projeto denominado “pescando oportunidades” está relacionada a pesca de saberes advindos do espaço acadêmico onde o sujeito pescador se constrói. Há, portanto, uma necessidade da formação que transcenda os rios, como meio de aprendizagem como mecanismo de formação que produza uma ideologia capaz de assegurar a formação de uma nova identidade concebida como uma contra ideologia que considere o pescador na sua dimensão omnilateral.

Fruto desse trabalho formativo, Leonardo Wanzeler, estudante da educação do campo da Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, natural da ilha de Mapiraí de cima, compartilha a alegria por está através desse cursinho na universidade pública:

Fui aluno do projeto rede de conhecimento em 2015 e depois quando passei no curso de educação do campo da universidade federal do Pará, Campus de Cametá, fui convidado pela diretoria da Colônia para coordenar em 2016 o projeto. Sem ele, não chegaria a universidade. Cursar o nível superior, dou graças a Deus e a essa iniciativa importante na vida dos pescadores que muitas das vezes tem vontade, mas não tem condições de vir todo dia pra estudar um cursinho. Esse projeto foi um divisor de água em minha vida. Quando fui coordenador juntamente com o Professor Zé Domingos que me dava orientações, tivemos o maior índice de aprovações no vestibular. A Gente tinha em torno de 80 filhos de pescadores estudando na universidade aos finais de semana... pelo que sei, em torno de quinze pessoas do projeto passaram na universidade...é uma iniciativa importante para oportunizar o acesso a educação... (Leonardo Wanzeler, aluno do projeto e aluno da Educação do Campo da UFPA – entrevista em setembro de 2017.

Maria Domingas, natural de Cuxiari Carmo, município de Cametá, aluna do curso de ciências do campus da UFPA em Cametá, ano 2017 fruto deste trabalho, também percebe a importância do projeto que o ajudou a vivenciar um sonho seu e de sua família de ter uma ribeirinha estudando em uma universidade pública (ver Figura 20).

Gramsci (2010) nos elucida nessa perspectiva de formação da classe trabalhadora que é necessário para uma nova reconfiguração de um pescador, de políticas efetivas para os trabalhadores da pesca. É possível adentrar em espaços que antes era distante, como neste caso, nas universidades. A juventude pescadora, marginalizada por um sistema desigual e de oportunidades, não tinha perspectivas de cursar em uma universidade pública. Era necessário criar alternativas para adquirir conhecimentos e de torná-los capazes de pensar uma perspectiva diferenciada de universidade.

A nossa escola é viva porque vós, operários, lhe trazeis a melhor parte de vós, a que a fadiga da fábrica não pode enfraquecer: a vontade de vos tornardes mais esclarecidos. Toda a superioridade de vossa classe, neste confuso e tempestuoso momento, vemo-la expressa neste desejo de adquirir conhecimento, de vos tornardes capazes, donos do vosso

pensamento e da vossa ação, artífices diretos da história da vossa classe. A nossa escola continuará e trará os frutos que lhe for possível: está aberta a todos os acontecimentos, qualquer caso poderá afastar e dispensar amanhã todos nós que hoje nos agrupamos à volta dela, comunicando e recebendo dela um pouco de calor, da fé que nos é (Gramsci, 2010, p 68)

Figura 20: Aluna do curso de Ciências – UFPA, Campus Cametá, fruto do projeto rede de conhecimentos – ano 2017



Fonte: Colônia Z-16.

Nessa direção, sobre a necessidade de se pensar uma educação a partir da compreensão e da inserção da classe trabalhadora através de um processo humanizador, Arroyo (2000) descreve que:

O fato de trazer a educação para esses processos mais amplos, inclusive para esses processos extremamente negativos, brutais, digamos desumanizadores. Ou seja, nos coloca a educação nas possibilidades de humanização e desumanização. O que, no meu entender, é um grande ganho para a educação que normalmente se situou nos processos de ensino, nos processos de qualificação (ARROYO, 2000, p. 262).

A educação como ferramenta de humanização para os pescadores artesanais vai na compreensão do que Freire (ano) destaca de que “finalidade da educação não é só humanização. A finalidade da educação diante dos oprimidos é a recuperação da humanidade roubada”. Educar é colaborar na construção de sujeitos sociais, culturais, políticos. É estar atentos a essa construção, aos sujeitos antes, desprovidos do saber.

Ao adentrar aos espaços educativos outrora distante, os pescadores passam a conviver e a pensar no interior desses espaços um modelo inclusivo, de integração de

saberes e nesta relação contribuem para reeducar a escola, as universidades, e o conhecimento. Nesse partilhar, o conhecimento passa a humanizar e na medida em que é acessado, é dividido, fazendo sentido a tudo que conquistamos.

5.8 A QUALIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO USO COMPARTILHADO DOS RECURSOS PESQUEIROS: OS ACORDOS DE PESCA

A colônia Z-16 qualifica os pescadores para o uso compartilhado dos recursos pesqueiros que se dá através dos acordos de pesca e da criação de alevinos em poços de criação de peixe em cativeiro. A difusão dessa experiência ocorre geralmente nas comunidades e localidades ribeirinhas, cujas trajetórias socioinstitucionais se destacam pelo fortalecimento da participação social em organizações coletivas, assim como o estabelecimento de instituições e práticas locais de caráter coletivo. Os moradores filiados a entidade Colônia Z-16, em geral, se destacam pela participação social ativa, seja por meios das coordenações locais, seja nas colônias de pescadores. Há formação política de lideranças locais e de comunitários.

Segundo McGrath et al. (2006) o conceito de manejo comunitário de recursos naturais surgiu de forma mais evidente em meados da década de 1980, quando pesquisadores e cientistas da área das ciências naturais e das ciências sociais se propuseram a demonstrar a relação direta e indireta que degradação ambiental e questões relacionadas a justiça social, a pobreza que atinge as populações rurais na Amazônia em especial as populações pesqueiras (MELLO, 1994) e os direitos das populações tradicionais indígenas.

Os “acordos de pesca” se constituem uma das experiências mais interessantes de manejo de recursos pesqueiros controlados por populações ribeirinhas no Brasil e, mais particularmente, em águas interiores e regiões de várzeas da Amazônia. A emergência dos acordos está relacionada à crise pela qual passa a pesca artesanal na região desde o barramento do rio Tocantins com a construção da UHE Tucuruí em meados de 1980. Mas a capacidade de difusão dos acordos de pesca parece intimamente relacionada ao ambiente sociocultural das comunidades ribeirinhas, particularmente à cultura culinária e à pesca e consumo do peixe mais popular da região, conhecido como “mapará” (*Hypophytamus marginatus*).

Um complemento ao conceito acima citado pode ser verificado na obra “Desenvolvimento de sistemas de manejo comunitário para a várzea amazônica: lições

que estamos aprendendo”, de McGrath et al. (2006), que afirmam que o manejo comunitário na região amazônica surgiu de um trabalho conjunto de organizações de base e organizações não governamentais ambientalistas. Sendo que o objetivo principal dos primeiros era a proteção das florestas da potencial ameaça de madeireiros e pecuaristas que estavam dispostos a invadir e destruir a floresta.

Os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas na microrregião tocantina estão associados ao ambiente sociocultural ribeirinho, pois, uma das principais motivações dos acordos se situa no âmbito da cultura alimentar das famílias ribeirinhas, sobretudo no acesso ao peixe mais popular da região, o “mapará” (*Hypophytamus marginatus*), cujo consumo é associado ao açaí (*Euterpe oleracea*), atual esteio da economia ribeirinha da região.

As motivações que orientam a Colônia Z-16 em solidificar os chamados “acordos de pesca”, podem ser variadas e o seu entendimento depende do contexto histórico, social, econômico e institucional em que se situam. Esta iniciativa parece ser motivada pelos conflitos entre ribeirinhos e moradores locais contra os pescadores “profissionais”, que são denominados como “pescadores de fora” pelas comunidades ribeirinhas. Soma-se a isso, uma forte relação com o desdobramento da prolongada crise pela qual passa a pesca artesanal na região, em função do barramento do rio Tocantins com a construção da UHE Tucuruí, em meados da década de 1980. Não obstante as diferentes motivações e contextos, do ponto de vista do processo social, os Acordos de Pesca notabilizam-se como avançado instrumento de controle social da atividade pesqueira, que visa tanto a preservação de recursos aquáticos como a recuperação econômica de espécies que antes estavam fora da pauta dos pescadores ribeirinhos

Os “acordos de pesca” podem ser definidos como arranjos participativos locais em que as comunidades ribeirinhas tencionam regulamentar os recursos pesqueiros e restringir as capturas em regiões de várzea da Amazônia. A iniciativa e execução dos acordos são dos próprios moradores e pescadores de localidades ribeirinhas. Os acordos de pesca podem incluir a regulação de uso de vários instrumentos ou apetrechos de pesca, assim como estabelecer “zonas de pesca” (BRASIL, 2005).

O manejo comunitário de recursos naturais baseia-se no pressuposto de que as comunidades locais são as maiores interessadas no desenvolvimento e aplicação de práticas sustentáveis sobre os recursos por elas utilizadas como forma de sobrevivência. A gestão das regras do acordo de pesca envolve um conjunto de ações coordenadas entre

os moradores e pescadores ribeirinhos. As práticas de pesca, incluindo o uso de apetrechos e equipamentos, sofrem uma forte influência de tais regras. Há, inclusive, a prática de pesca coletiva, como é o caso da pesca do mapará, também conhecida como “borqueio”.

No Tocantins as mais numerosas piracemas são as do mapará, que é também o mais abundante peixe desse rio. São reputados os maparás de Cametá, pescados durante a piracema ou nas tapagens e cercados (VERRISSIMO, 1970, P. 76)

A pesca do mapará assume, portanto, a feição de uma verdadeira congregação entre os pescadores, e o sucesso da pescaria resulta em um caráter festivo para as famílias ribeirinhas da comunidade. Isso porque o mapará, cujo consumo é geralmente associado com o açaí, compõe o alimento mais apreciado pelas famílias ribeirinhas do baixo Tocantins. Pode-se dizer até que a pesca do mapará é um dos grandes mobilizadores para a adoção dos acordos de pesca no baixo Tocantins. O fato de as áreas ribeirinhas que adotam os acordos de pesca se destacarem como as de maior captura do popular mapará torna-se, sem dúvida, um motivo de grande difusão dos acordos de pesca, especialmente em Cametá.

A qualificação para a realização dessa proposta econômica dos pescadores junto as comunidades ribeirinhas como saída para o aparecimento do pescado e descanso momentâneo dos rios, chegaram ao município de Cametá no ano de 1999 e, acontece em 32 comunidades, tais como: Pacuí de Cima e de Baixo, Guajará de Cima, Cuxipiarí Furo Grande, Cuxipiarí Costa, Maú, Ovídio, Joroca de Baixo e Paruru de Janua-Coelis. Nessas comunidades, experiência dos acordos de pesca, acontecem diversas estratégias econômicas e organizacionais, como a piscicultura, melicultura, manejo florestal e criação, renda e conservação ambiental, por meio da gestão dos recursos pesqueiros (laboratório de produção de alevinos, fábrica gelo).

Figura 21: Abertura da pesca dentro dos acordos.



Fonte: Colônia Z-16 – Março de 2016.

Para que fossem concretizados os acordos como estratégia de sobrevivência, foram tomados dois caminhos: primeiro, um viés de entrada através da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, órgão representativo e de grande expressão sindical. Configura-se por um trabalho de organização e conscientização um caminho para a busca da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras que, ao longo do tempo, foram subjugados como um povo ou uma classe sem cultura, sem saber, onde serviam apenas para instrumentalização da pesca em si, pois, a ideia de o ser humano ser sujeito de sua própria história se personifica:

No momento em que o homem emerge da percepção de vida como mero processo biológico para a percepção da vida como processo biográfico, histórico, ele começa a fazer a sua revolta como um marginal e bandido um potencial de contestação política. Ele começa a situar-se como um ser político. (FREI BETTO, 1994, p. 43).

O segundo está relacionado diretamente à política voltada para os pescadores artesanais em suas comunidades na atividade coletiva. Compreende-se que a vida dos pescadores em suas localidades não está atrelada somente à atividade pesqueira, como uma única forma de sobrevivência, o que obriga a buscar alternativas para manter-se no seu local de morada. Para a efetivação dessas estratégias, foi necessário um certo período de amadurecimento dos pescadores, pois, além de causar certa desconfiança, com o passar do tempo os grupos foram ficando mais fortalecidos e unidos.

As comunidades, por meio do processo organizativo, foram ganhando força e se estruturando enquanto mecanismos capazes de juntar pescadores em uma mesma forma de pensar: a luta pela sobrevivência e a formação de um sujeito onde o elo central baseava-se na melhoria de vida das famílias.

COLÔNIA Z-16



ACORDOS DE PESCA



COMUNIDADES/PESCADORES(AS)

Esse movimento não poderia ser realizado tão somente e por conta da comunidade, era preciso instigar a Colônia Z-16 a buscar recursos e financiamento, a fim de implementar projetos de gestão participativa que viessem alterar os modos de vida dos pescadores.

Tal reflexão sobre mudança do meio de vida já havia sido alterada por ocasião da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí no início dos anos 1980. Moradores do município tinham o rio como uma fonte de sobrevivência tranquila e inesgotável, o pescado era abundante, a água era de boa qualidade e a morada, principalmente à noite, era sem preocupação, como relata D. Rita, moradora e pescadora da comunidade de Joroca de Baixo, para quem a vida era mais sossegada e dava para viver de forma tranquila:

Nós morávamos tranquilo. Tinha o peixe, tinha o açaí, tinha frutas... e tudo. Só bastava jogar uma malhadeira²⁴ na frente da casa e pronto, estava feito o almoço e a janta. Não era preciso se preocupar, pois o rio nos tranquilizava. Quando a gente pegava peixe (mapará) a gente vinha com o casco lotado, e passava dias e dias comendo o mapará de tudo quanto era jeito. A gente podia dormir a noite com as portas abertas sem medo de nada.

Os principais agravantes decorrentes dessa situação foram: queda na economia proporcionada pela escassez do pescado e o desaparecimento de várias espécies de peixes; diminuição acentuada dos cardumes de mapará, peixe típico e símbolo da região; baixa produtividade dos solos de várzea, implicando na queda da produção de frutos como o cacau e o açaí; poluição da água e assoreamento do rio Tocantins, o que aumentou consideravelmente as doenças. Sobre a existência de projetos dessa natureza, Falkemback (2001, p. 15) reflete que:

Estabeleceram no bojo de uma luta que buscou, portanto, resgatar condições de vida para essa população atingida pelos danos sociais e

²⁴ Material de pesca utilizado com muita frequência por pescadores da região tocantina.

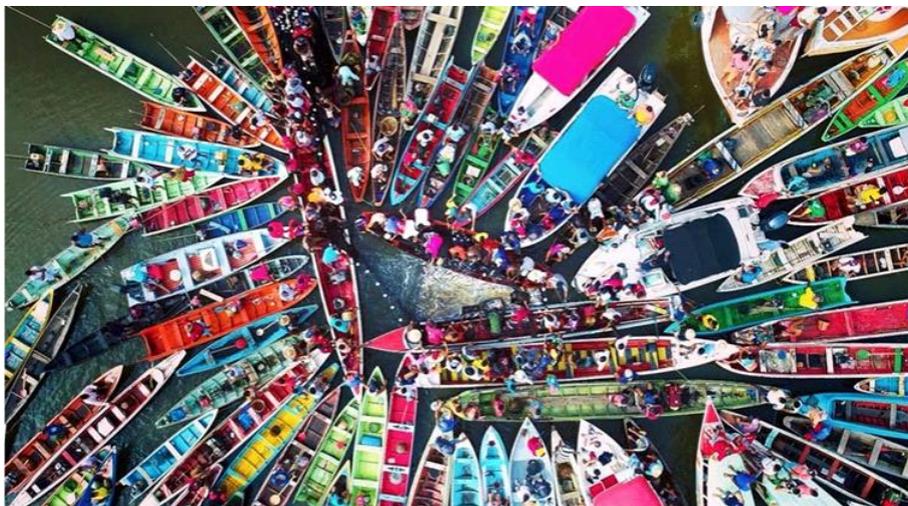
ambientais decorrentes de projetos culturalmente invasivos, socialmente excludentes e politicamente antidemocráticos.

Todos esses fatores interferiram diretamente na geração de renda e provocaram uma mudança sistemática no modo de trabalho e reprodução dos pescadores que, a partir de então, passaram a buscar novas estratégias de sobrevivência.

As ações implementadas pelas comunidades por meio dos acordos de pesca, no município de Cametá, através da qualificação coletiva organizado pela Colônia Z-16, representa importante estratégia para a proteção da biodiversidade, e trazem à tona questões relacionadas com as demandas das populações residentes nas áreas ribeirinhas.

Essa experiência de gestão das águas tem sido, portanto, um importante instrumento para a elaboração de propostas capazes de auxiliar a sobrevivência de populações tradicionais, pois, ao mesmo tempo em que lhes garante a geração de renda, permite a exploração ordenada com vistas à sustentabilidade. Aliado a isso, projetos de apicultura, piscicultura e manejo de açazais têm representado uma alternativa viável no sentido estimular o trabalho e a permanência das famílias na área ribeirinha, respeitando seus limites e impedindo a implantação de culturas degradantes.

Figura 22: Abertura dos Acordos de Pesca, rio Jaracuera – ano 2017



Fonte: Bruno Veiga.

A qualificação para a realização dos acordos de pesca, tem sido importante não só por proporcionar auxílio financeiro e acompanhamento técnico aos pescadores deste município, mas pela possibilidade de provocar a mudança de concepção dos atores em relação a novas formas de vivência, respeitando os limites do meio ambiente.

5.9 É PRECISO QUALIFICAR DE NOVO OS PESCADORES PARA NOVOS ENFRENTAMENTOS

A Colônia Z-16, nessa conjuntura que se apresenta, tem em vista o percurso desempenhado para se tornar uma categoria reconhecida nacionalmente e em decorrência do desenvolvimento fruto do mundo do trabalho, é fluente a alteração nos modos de vida dos pescadores artesanais nos diferentes campos, que vem exigindo desse sujeito, novas posturas. Faz-se necessário retomar o espírito coletivo de luta junto as comunidades ribeirinhas para novos enfrentamentos que se apresenta.

Podemos considerar que a década de 1980, foi o período da efervescência das lutas dos Movimentos de resistência no baixo Tocantins, no enfrentamento de todas as transformações e problemas gerados e/ou agravados com a construção da UHT. Cito por exemplo, o desaparecimento do pescado, poluição das águas, aparecimento de doenças, a mudança cultural da vida ribeirinha. Ações se fizeram necessárias por parte das entidades locais para o enfrentamento e luta das políticas sociais (BARRA; FURTADO, 2013, p, 56).

Em um movimento permanente, novos desafios se fazem necessário ser alcançados, novas dinâmicas sociais se apresentam enquanto barreira para a vida digna dos ribeirinhos na microrregião tocantina. Em decorrência das mudanças do mundo do trabalho estes sujeitos são chamados a reaquecer as lutas sociais por inúmeros motivos que atinge direto (coletivo) ou indiretamente sua vivência (individual).

Figura 23: Logomarca utilizada na mobilização dos pescadores – Maio de 2018.



Fonte: Colônia Z-16.

Para o combate da forte influência do capital, diversos chamados devem ser promovidos. É preciso estar atento para problemas tais como transporte e alimentação escolar ribeirinho que vem atingindo a escola e, por conseguinte, os filhos dos pescadores. A vida desse sujeito pescador mudou com a aparecimento da pirataria e dos assaltos as suas casas.

A discussão sobre a ação social de qualificação a partir da Colônia Z-16 tem orientado a prática dos pescadores, ajudando-os a apresentar frente a este cenário novos caminhos, articulando suas matrizes ideológicas que emergiram da luta coletiva dentro dos movimentos sociais. Muitas dessas ações coletivas foram importantes para a afirmação desses sujeitos como categoria propriamente ditas, e várias teorias focalizam essas ações.

A realidade a que estão submetidos a classe pescadora dentro do cenário que ora se apresenta, sofreu alterações. Novas praticas advindas do mundo do trabalho entraram em cena, novas formas de ação social emergiram, novas categorias de análises foram criadas e as teorias também se ampliaram.

Os pescadores através da Colônia Z-16 ganharam visibilidade na própria sociedade pelo desenvolvimento de práticas educativas que corporificaram práticas sociais de emancipação de sujeitos colocando-os no universo mais amplo da sociedade, visível na criação por exemplo, dos órgãos ligados ao setor.

Suas lutas, são resultado segundo GONH (2014) da luta de movimentos sociais distintos, como por exemplo, movimento operário, movimentos revolucionários desde a revolução francesa, e no Brasil, movimentos na fase do regime político populista diferentes do final da década de 1970 e parte dos anos 1980 (movimentos populares reivindicatórios urbanos articulados com pastorais, grupos políticos de oposição ao regime militar) embora muitos dos atuais sejam herdeiros dos anos 80. Segundo a autora, lutavam na época pra *ter direito a ter direitos*.

Os direitos do qual se almejava estava em uma dimensão que contemplava o universal, ou seja, tinham o coletivo como horizonte não miravam apenas a si próprio. Muito hoje dos novíssimos movimentos, segundo Gonh (2007), preocupam-se com o particular, os interesses imediatos, o direito de sua categoria ou grupo social.

Os pescadores alteraram sua forma de reivindicação para não ficarem à margem da história atuando segundo certas condicionalidades pautados pela nova institucionalidade criadas pelas políticas públicas.

**CARTA MANIFESTO!!! 1º DE MAIO
PESCADORES EM MOVIMENTO:
PELA PESCA, PELO TRABALHO, PELA VIDA!**

Os Pescadores Artesanais de Cametá, filiados à Colônia Z-16, neste 1º de maio, em um processo de mobilização neste momento importante para a luta, vitimizados por uma vivência no interior cada vez mais difícil, compartilham com a sociedade cametaense, as angústias, o sofrimento e os problemas que tem levado esses trabalhadores a alterarem seus modos de vida, não desfrutando mais do sossego, da vida calma, da qualidade de vida que se tinha a tempos atrás. Convivemos cotidianamente com a falta do **TRANSPORTE ESCOLAR**, política necessária a todos os alunos/as ribeirinhos, pois pela sua inexistência acaba gerando um alto índice de evasão escolar, bem como, a falta do interesse escolar. Nossos filhos vêm sofrendo com a inexistência da **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**, pois além de ser as vezes, a única alimentação, é também, um mecanismo de participação com mais eficiência nas atividades escolares e produção do saber. Compartilhamos ainda os problemas com a **ÁGUA**, necessária a vida humana, pois temos que recorrer sempre a busca dela na cidade levando diariamente garrações e carotes para podermos consumir. Nossa **SEGURANÇA** está ameaçada. Convivemos sempre com roubos de motores, invasão a nossas casas, e muitas comunidades vem tendo que pagar para ter um imaginário “sossego”. A **PIRATARIA**, se assola em nossos lares. O uso de arma de fogo é constante. Nossa dinâmica de vida mudou; temos que ir pra cidade no amanhecer, pois ao sair na madrugada como era de costume, corremos o risco de ser assaltados nos rios. Resultando disso, os pescadores têm que **PAGAR** para ficar na fila dos bancos, na fila dos hospitais, e nos outros serviços importantes à vida. É comum hoje, os moradores das ilhas deixarem suas casas, tendo forçadamente que **TENTAR UMA NOVA VIDA** nas vilas e na sede do município indo para as periferias sem trabalho, sem qualquer perspectiva, impactando no seu modo de vida. Vivemos em tempos difíceis, há a necessidade de conclamar a população cametaense. Queremos compartilhar esses problemas, temos direito a uma vida digna, a uma vida mais humana e viemos aqui para lutar por ela. Vamos lutar pra que a vida do pescador, para que a vida ribeirinha seja de paz e de respeito. Queremos viver dignamente...essa é a nossa LUTA!!! **Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá.**

As demandas apresentadas e trazidas pelos pescadores devem ser referenciadas pela igualdade de condições e não por condições de naturalidade das diferenças ou externalidades impostas. Uma vez contemplada a demanda por intermédio de uma lei, tal lei, deve ser ampla, para que tenha efeitos redistributivos, e não ser restrita/focalizada, o que poderá, a médio prazo, provocar privilégios e novas desigualdades.

A difusão de novas tecnologias, visualizado na expansão dos meios de comunicação, fruto do mundo do trabalho a emergência de conflitos étnicos provocados pelos processos e deslocamento migratório, as novas políticas sociais de caráter compensatório dos governos capitalistas, tem levado a Colônia Z-16 a ampliar suas práticas mobilizadoras para além da atividade de pesca. Sua ação junto aos associados nas formas de mobilizações e alargamento das políticas de qualificação e formação

também tem se alterado em virtude da nova geopolítica que a globalização econômica e cultural tem gerado. Novas políticas qualificadoras de classe, há de priorizar processos de inclusão social dessa camada de trabalhadores.

Gonh (2014) faz uma análise de como os sistemas políticos atuam para um processo de esfacelamento dos sujeitos coletivos.

Captura-se o sujeito político e cultural da sociedade, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas. Transforma-se as identidades políticas desses sujeitos – construída em processos de lutas contra diferenciação e discriminação – em políticas de identidades, arquitetado e controlados por secretarias de Estado em parcerias com organizações civis que desempenham o papel de mediadores. Criam-se novos sujeitos sociopolíticos em cena demarcados por laços de pertencimento territorial étnico, de gênero, etc.). Há uma inversão do termo: identidade política para política de identidade mudando radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais. A dimensão política (de construção histórica, de tensões entre os diferentes sujeitos) desaparecem da ação coletiva, pois, são capturados por estruturas políticas de cima para baixo na busca de coesão e controle social. (GONH, 2014, p. 39)

Podemos considerar que a Colônia Z-16, como movimento social que expressa uma vontade coletiva decorrida de uma luta política, econômica e cultural, se articulou, mobilizou para se tornar uma organização centrada em um projeto ou visão de mundo que dão suporte a suas demandas de caráter coletivo que só se sustenta peça ação contrária a tudo que desumaniza, ideologia trazida da igreja católica.

Tem nos direitos conquistados duramente, a fonte de inspiração para a construção de sua identidade. Podem sem direitos individuais (inserir-se no rol dos direitos humanos em suas várias dimensões) ou coletivos, (neste último caso, abrange todo o grupo social). Os direitos (individuais e coletivos) tem de ter como referencia o universal. O direito para todos baseado na igualdade.

Podemos considerar então a partir dessa lógica que o grande ganho na Colônia Z-16 foi apresentar e se intitular junto a classe pescadora e para além dela, a capacidade de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social.

O protagonismo da luta coletiva a partir da Colônia só é evidente quando as oportunidades políticas se ampliam, quando há aliados no desenrolar delas, e quando as vulnerabilidades dos oponentes se revelam. Os novos sujeitos da pesca enquanto movimento organizado se amplia como fenômeno de uma nova sociedade civil organizada, em decorrência do processo de institucionalização na década de 80. Gonh (2014) considera nesta dinâmica de que “todos os movimentos sociais terão de enfrentar

o dilema de atuar, agir no cotidiano, mas pensar globalmente, por que são empurrados para este novo contexto”.

Neste contexto característico do mundo do trabalho, diferentes debates se apresentam a categoria dos pescadores: biodiversidade, biopoder, lutas e demandas étnicas, lutas religiosas em diferentes crenças, etc. Há a necessidade de qualificação permanente com ênfase na obtenção de formação para planos e projetos na intervenção da realidade social. O universo da luta coletiva que categorizou a organização dos pescadores (justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos) neste novo mundo do trabalho a que o pescador está inserido, passam a dar lugar a outras categorias (capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade).

Portanto, estamos vivendo um novo momento da trajetória da Colônia Z-16 e por conseguinte, da vida dos pescadores artesanais. Essa entidade pelo forte poder mobilizador, passou a ter visibilidade e centralidade. Há uma pluralidade de novas demandas e desafios que se apresentam.

É preciso realizar deslocamento em sua identidade e incorporar outras dimensões do pensar e do agir social para almejar seus projetos políticos, pois como são heterogêneos, parte deles fragmentou-se e perdeu ou redefiniu suas ideias e seus pontos de vista centrais, alterando projeto e cultura política existentes. Outros se redefiniram segundo as mudanças que se efetivaram. A dimensão da ação coletiva foi esquecida ou negada pelos pescadores. Entre o passado e o presente, como abrir espaço para os novos desafios que são chamados?

Quando as instituições da sociedade não dão conta mais de que o ser humano viva com o mínimo de dignidade, estamos num processo revolucionário. E se estamos num processo revolucionário é possível que esse processo seja educativo, humanizador. A nossa arte me parece ser captar que dimensões educativas existem nesses processos revolucionários, onde as instituições da sociedade, na América Latina, estão tornando tão inumana a vida de milhares e milhares de sujeitos humanos, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, trabalhadores do campo, negros. (ARROYO, 2000, p. 262)

De concreto, observa-se que vagarosamente há uma adaptação do pescador artesanal a este novo mundo contemporâneo. Tem buscado nas entrelinhas do sistema estar atento aquilo que o atinge, fomentando sempre, a luta de classe, pois como nos diz Lukács (1920, p. 78):

Jamais se deve ignorar a distância que separa o nível de consciência, mesmo dos operários mais revolucionários, da verdadeira consciência de

classe do proletariado. Esse estado de coisas também é explicável a partir da doutrina marxista da luta de classes e da consciência de classe. O proletariado só se realiza ao suprimir-se, ao levar até o fim sua luta de classes e ao instaurar a sociedade sem classes. A luta para o estabelecimento dessa sociedade, de que a ditadura do proletariado é uma simples fase, não é apenas uma luta contra o inimigo exterior, a burguesia, mas simultaneamente uma luta do proletariado contra si mesmo: contra os efeitos devastadores e degradantes do sistema capitalista na sua consciência de classe. O proletariado só obterá a verdadeira vitória quando haja superado, em si mesmo, esses efeitos. A separação dos diferentes setores que deveriam estar reunidos, os diferentes níveis de consciência alcançados atualmente pelo proletariado nos diferentes domínios permitem medir exatamente o ponto já atingido e o que resta a conquistar. O proletariado não deve recuar diante de nenhuma autocrítica, porque somente a verdade pode ser a portadora de sua vitória, e a autocrítica o seu elemento vital.

As ações que qualificam os pescadores entre os quais se destacam: “Projeto Pescando o Saber” (projeto de formação na área de informática para os filhos de pescadores); “Projeto Pescador Transformador”, que é um cursinho pré-vestibular, também voltado aos pescadores, no sentido de possibilitar o ingresso no nível superior; “Projeto de Gestão e Uso Compartilhado dos Recursos Pesqueiros”, que desenvolve ação educativa junto aos pescadores para o uso do rio, levando em consideração que esse espaço é que dá sentido à existência desse pescador são espaços de formação de classe para si.

A partir dos estudos de Rodrigues (2012), trata-se, em síntese, da capacidade de eles, a partir de sua materialidade histórica, irem tomando consciência do grupo social ao qual pertencem, passando a se organizar em torno de seus interesses, cristalizando, assim, a classe para si. No dizer de Sztompka (1998, p. 294):

A posição comum quanto à propriedade em uma pluralidade de indivíduos não é suficiente para a sua real existência como classe desenvolvida. Cedo ou tarde, eles irão adquirir uma certa percepção de sua posição comum (e da correspondente oposição a outras classes), iniciar a comunicação e interação mútuas, produzir formas mais duradouras de organização interna (p. ex. liderança, representação política), resultando então na emergência da “classe para si” desenvolvida, capaz de articular e defender seus interesses.

Lukács (2003), tratando de questões relacionadas à consciência de classe, expõe que ela passa por dois momentos fundamentais no processo de sentido sobre a “situação histórica de classe”, consubstanciados numa consciência de classe-em-si e numa consciência de classe-para-si.

Inicialmente, em decorrência do processo de estruturação da propriedade privada, vê-se o surgimento da classe-em-si, quando, independente de consciência sobre

a realidade fundada na relação capital-trabalho, os homens se postam em frentes diferentes pela própria natureza estruturante do capital. Nesse contexto, a consciência de classe não chegou a instaurar a ação organizada dos trabalhadores, ficando na constatação de que o mundo para uns é bom e para outros, mal.

Todavia, no dizer de Lukács (2003, p. 184), é preciso que os trabalhadores se tornem “[...] uma classe, como disse Marx, não somente ‘em relação ao capital’, mas ‘para si mesmo’; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa”. Aqui, a consciência alcança o status de uma práxis revolucionária, nos moldes propostos por Vázquez (1968), quando a unidade teórico-prática passa a orientar a atividade política dos trabalhadores, fornecendo-lhes estratégias e táticas necessárias para suas disputas de classe.

O processo de construção de uma consciência de classe para si, como reconhecimento da necessidade de organização e luta contra interesses e lógicas contrárias ao seu modo de vida, resultara das contradições vivenciadas pelos pescadores no tocante ao exercício de suas atividades laborativas.

A colônia trata ainda do seguro-defeso, que foi criado devido à institucionalização e regularização da atividade de pesca como exercício profissional, o que possibilita ao pescador, quando cadastrado há mais de três anos, receber esse benefício por ocasião do período de proibição da pesca (período de reprodução), que vai de novembro a fevereiro de cada ano. Sobre a atuação política desses trabalhadores, Martins (2010) afirma que:

[...] os trabalhadores da Colônia Z-16 têm desenvolvido ações que proporcionam a construção de seus saberes a partir de seus trabalhos e de suas lutas. Em outras palavras, esses sujeitos aprendem nas relações sociais, a partir de seus trabalhos, que possibilitam compreender, discutir, analisar e propor alternativas de melhores condições de trabalho e vida.

A Colônia Z-16 de Cametá, a partir dessas ações, se tornou um espaço de construção de relações, onde os trabalhadores podem se articular em seu ofício, onde vivenciam e realizam suas ações, registros históricos dos saberes desses sujeitos, numa direção conjunta. E é nesse sentido que se desenvolve uma *consciência de classe para si*, quando os pescadores se assumem como um coletivo organizativo, reagindo como classe, que se associa em luta por seus interesses.

Ainda existe em muitas regiões — como é o caso da do baixo Tocantins — a formação de associações de pesca ou grupos de pescadores de cunho duvidoso, muitas

vezes “criadas” com fins eleitoreiros e que buscam espaços de representação junto ao Estado. Essas associações e grupos não possuem raízes comunitárias de formação e não mantêm o valor da origem pesqueira como um importante laço de união; ou seja, são organizados mecanismos para a busca do seguro-defeso, via associações que não têm nenhuma política de benefício ao segurado, para conseguir tal benefício o trabalhador se presta, muitas vezes, a pagar por serviços inexistentes ou não realizáveis.

É preciso reafirmar que, ao falar da história de luta desses trabalhadores, estou me referindo ao homem concreto, real e histórico, com sua atividade prática e material, o pescador. Dessa forma, não comungo e me afasto do homem genérico, assim como do pescador genérico, a fim de evitar equívocos que incorrem quando alguns representantes do capital se referem aos “pescadores” como se fossem todos iguais.

Figura 24: I Seminário de Desenvolvimento da Pesca – Dezembro/ 2017.



Fonte: Movimento da Pesca

Portanto, a colônia z-16 se tornou, pela sua ação qualificadora, força motriz na medida em que ampliam sua inserção na discussão política e social, marcada pela responsabilidade conscientizadora de uma fração de classe que são os pescadores artesanais dentro de um processo dinâmica e, ao mesmo tempo, plural.

Mello (1989: 65) ao elencar alguns acontecimentos que contribuíram para que a atividade pesqueira no campo da pesca artesanal se tornasse atrativa para o capital, ele

nos ajuda a entender a inserção do mundo do trabalho quando fala que : a) o aparecimento de centros urbanos, que tinham na produção pesqueira importante fonte de alimentação, incentivou a instalação de geleiras, as quais facilitaram o transporte e comercialização dessa produção para os aglomerados urbanos mais distantes dos pontos de pesca; b) a adoção do motor nas geleiras atuou como um elemento de aproximação entre os centros produtores e os consumidores de pescado; c) o crescimento do sistema rodoviário na região facilitou o comércio do pescado, especialmente nas regiões onde o transporte fluvial não existia ou sofria muitas dificuldades; d) a mudança no "panorama social" de determinadas zonas pesqueiras que, com o aumento do comércio, passaram a demandar novos bens e serviços influenciadas pelo estilo de vida urbano; e) a atividade da pesca passou a ter um caráter comercial cada vez maior; f) o aparecimento do pescador profissional ou especialista, que se dedica exclusivamente à pesca.

Diante do declínio das esperanças na possibilidade de constituição de outra sociedade para além do capitalismo, a renovação da perspectiva anticapitalista a partir da igreja e dos movimentos sociais caracterizado pela colônia z-16, supõem a reinvenção de ações práticas onde passa pela recuperação dos sonhos e das aspirações dos oprimidos e explorados na qual os trabalhadores da pesca foram submetidos ao longo dos tempos. Mais do que nunca, portanto, “é necessário começar a elaborar [...] especulações, reflexões, projetos, sonhos acordados, como nos diz Bloch”, do que poderia ser um futuro dos pescadores artesanais.

No âmbito específico dos movimentos da pesca, a recuperação do sentimento de luta de classe, a retomada do diálogo com os diferentes movimentos ligados ao setor, sugere a necessidade da revitalização da dimensão coletiva em uma nova práxis social transformadora onde recoloca novamente no centro da perspectiva de mudança a elaboração de políticas que busque mobilizar nos anseios concretos da classe pescadora.

As experiências organizativas políticas dos pescadores, como a própria Z-16, resultam de influência das experiências coletivas de trabalho realizadas por esses sujeitos, consideremos os saberes que resultam do envolvimento de homens e mulheres com as atividades educativas, com os momentos de socialização, importantes elementos para a configuração de uma consciência de classe para si, para um fortalecimento do sentimento de pertença a um grupo que, prejudicados nos interesses, tendem a intensificar essa relação coletiva.

CAPÍTULO VI – O QUE HÁ DE “MUDANÇA” NA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL FRENTE AO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo, trataremos de forma fluente sobre as implicações do mundo do trabalho na vida do pescador artesanal, tendo como referência o processo de formação e luta de classe principalmente com a implementação na região da Hidrelétrica de Tucuruí²⁵ como representatividade que marca uma alteração social, cultural, econômica principalmente no desempenho da pesca artesanal, bem como no desequilíbrio do rio Tocantins, principalmente na parte da jusante onde situa os municípios que denominamos de Amazônia Tocantina.

Ao transformar o ecossistema, a barragem impactou sobre as populações aquáticas, haja vista a diminuição do tamanho e do número de peixes de água corrente (ELETRONORTE, 2007), obrigados a se adaptarem ao sistema de águas paradas. Os maiores impactos foram sobre a jusante, pois a vazante natural passou a ser controlada pela Eletronorte (COSTA, 2004). A grande extensão do ecossistema (entre os municípios de Cametá e Marabá) era um dos fatores que justificava a abundância de peixes na fase anterior ao barramento do rio; porém, a barragem estabeleceu limites à população de peixes, impedindo o acesso aos locais tradicionais de desova. Daí que, a construção e funcionamento da usina produziram externalidades negativas, que alteraram o equilíbrio do rio Tocantins, repercutindo, principalmente, sobre as comunidades da jusante da barragem, que vivem e dependem da atividade pesqueira.

Outrossim, evidenciaremos ainda, à redescoberta de novas práticas de trabalho em decorrência de grandes enchentes, no aparecimento de doenças na água dos rios e por conseguinte, em novas estratégias de trabalho como no desenvolvimento de tecnologias orientadas para a autonomia, para o aumento da renda. Discutirei aqui, mais detidamente, modelos de trabalho que redelinearam os contornos, as contradições e as dinâmicas políticas e econômicas dos pescadores na região. Também argumentarei que, em vista dessa tendência mercantil a prática de trabalho passa a ser reconceitualizada readaptando-se às circunstâncias históricas, dramaticamente transformadas. As mudanças aqui expressadas são entendidas como naturais do processo de vivência humana. O homem produz a partir do trabalho as transformações necessárias a sua existência. O que

²⁵ Situada no rio Tocantins, Estado do Pará, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí é a maior em potência 100% brasileira (8.370 MW), cujo funcionamento exigiu a formação de um lago artificial, que inundou uma área de 2.830 km² (ELETRONORTE, 1989). A partir dos trabalhos de desvio do curso do rio, na década de 1970, seguido pelo fechamento da barragem, em 1984, o ambiente natural em análise passou a ter uma nova realidade, decorrente de sua fragmentação em três ecossistemas: montante, jusante e lago.

se quer visualizar neste capítulo, são as alterações que ela tem provocado na vida dos pescadores artesanais com relação a luta de classe, as transformações econômicas e as formas de trabalho. Não queremos mostrar só o aprimoramento dos instrumentos de pesca ou daquilo construído pelo pescador, nossa intenção é evidenciar como essa alteração tem implicado na sua vivência, no seu meio de vida, nas suas formas de lutar.

6.1 MUDANÇAS NA ATIVIDADE DA PESCA ARTESANAL: AS ESTRATÉGIAS NO TRABALHO

As profundas transformações do mundo do trabalho, contribuíram para alteração da dinâmica de vida dos pescadores artesanais, levando a emergência de novos modelos de produção, nas formas de organização, nas estratégias de trabalho. A ciência moderna postulou o progresso com o princípio da produção flexível e o capitalismo atual e globalizado reafirma o paradigma da racionalidade impulsionado pelo desenvolvimento e progresso, sendo responsável pelo padrão cultural da modernidade.

Percebe-se que a cultura do pescador artesanal é reafirmada em diferentes traços e manifestações, tal como o linguajar típico. Assim como nas atividades econômicas de várzea (extrativismo e pesca artesanal), no trabalho comunal (atividades coletivas e divisão da produção entre os comunitários, como ocorre nos acordos de pesca), nas medidas de volume, massa e área que remontam o período colonial (frasco, rasa, cambada, feixe, alqueire). Além dos eventos religiosos (novena, ladainha, as festividades dos “santos” das comunidades ribeirinhas) e folclóricos, com danças e ritmos musicais regionais, como o síriá²⁶, o carimbó²⁷ e o brega²⁸. Outros aspectos da cultura desse sujeito pescador podem ser observados no artesanato, especialmente em utensílios utilizados na vida diária dos ribeirinhos (paneiros, tipitis, matapis, remos, abanos, peneiras, cascos, pares, brinquedos de palha, mirití, mututí ou madeira). Destaque à parte merece a culinária regional “ribeirinha”, que dispõe de frutas, como açaí (base alimentar e econômica do ribeirinho), buriti, tucumã, uxí, piquiá, fruta-pão etc., além de peixes, com

²⁶ Ritmo regional típico de Cametá e da região do Baixo Tocantins, e que tem como maior divulgador e intérprete Mestre Cupijó, que faleceu em 2013.

²⁷ Ritmo caboclo que provém do encontro da cultura afro e da cultura dos povos da Amazônia, índios e caboclos, e das danças portuguesas.

²⁸ Ritmo musical de grande apelo popular e que tem vários artistas e bandas oriundas de Cametá, como a banda “Caferana” e cantores solos como Kim Marques e Vital Batista, além do grupo folclórico “Engole Cobra” e o folclórico Dino Sena.

destaque para o “mapará”, assim como o camarão, acompanhados, em geral, por produtos da agricultura familiar, como a farinha d’água (COSTA, 2003).

O processo de aprendizagem na pesca, começa bem cedo. Os meninos, desde pequenos, acompanhavam o pai, ou os avós e irmãos mais velhos na vivência na pesca, para observá-los durante a saída e chegada do rio. Era através da observação que boa parte dos pescadores começaram a se apropriar dos conhecimentos da pesca, e esse processo de aprendizagem se desenvolvia de uma forma informal, ou seja, a experiência dos mais velhos sendo transmitida na prática aos iniciantes

Toda essa dinâmica de vivência cultural é alterada com a presença fortemente do sistema de produção capitalista que em permanente transformação, tem buscado meios que ampliem o processo de acumulação do capital através de estratégias diferenciadas para se reproduzir. Consequência disso, pescadores artesanais são levados a acompanhar as mudanças culturais e criar estratégias e formas de trabalho autônomas, forças produtivas tecnológicas que alteraram seus modos de vida no campo do trabalho na pesca, na atividade econômica e nas relações sociais. Arendt (1987) e Marx (1867) compreendem que “o trabalho constitui-se no artificialismo da existência humana e se estabelece na relação homem-natureza”, onde o homem tem a possibilidade de transformar o meio natural para dentre outras ações, satisfazer necessidades de subsistência.

Evidenciar as mudanças na atividade da pesca artesanal na Amazônia tocantina é revelar por um longo período, o processo de degradação dos ecossistemas hídricos que interferem nas estratégias de trabalho e no enfraquecimento e exploração dos recursos pesqueiros. A consequência maior para a vida na pesca é o esgotamento dos estoques de algumas espécies comerciais, superexploração desses recursos em virtude de serem considerados bens livres, não tendo um regime de propriedade definido, de modo que cada usuário pode subtrair parte do patrimônio que pertence a todos. Para Maneschy e Álvares (2010, p. 1), “[...] as principais transformações se traduzem em indicadores de sobre pesca ou, mesmo, de esgotamento ou colapso de estoques de interesse comercial”.

Diferente da agricultura que pode controlar melhor os fatores naturais, por exemplo, aplicando a irrigação, ou modificando o tempo de repouso da terra, na pesca, existe maior variabilidade dos recursos o que exige um saber especializado. As ações desenvolvimentista para a região amazônica, geraram transformações aceleradas,

principalmente após a década de 70 e o estímulo a pesca comercial foi um dos principais eventos ocorridos nesse período. (LOUREIRO, 1985, p. 148).

A pesca artesanal é uma atividade histórica e economicamente envolvida com a produção de alimento na sua maioria extrativa onde seus instrumentos e apetrechos tendenciavam a ser de grau tecnológico pouco elevado e uma relação de trabalho doméstica fundada no ambiente familiar. Contudo, a mesma submetida a pressão do mercado em decorrência do aumento da produção e do consumo, exige do pescador o aprimoramento das técnicas e absorção de instrumentos ligados a sua atividade de pesca como elementos de formação de suas práticas. Ao longo do processo, esses sujeitos da pesca não ficaram inertes as modificações e as mudanças.

Os pescadores artesanais da Amazônia tocantina vêm sofrendo implicações e intensas transformações sociais, econômicas e ambientais, advindas das modificações tecnológicas, dos mercados, dos projetos de desenvolvimento econômico. O relativo afastamento em função da distância dos centros urbanos vem sendo interrompido com a introdução de meios de comunicação, como o rádio e a televisão, através dos meios tecnológicos, como o aparelho de celular, internet, utensílios domésticos, além de uma demanda aumentada com relação aos produtos pesqueiros. Esses sujeitos, experimentam mudanças econômicas, sociodemográfica e ambientais aceleradas. As famílias vêm sendo influenciadas por migrações dos membros mais jovens para a cidade, provocando o abandono da atividade da pesca entre as novas gerações como fica explícita na fala do pescador:

A vida aqui no interior é boa e ruim ao mesmo tempo. É onde a gente ainda pode ficar tranquilo, ainda desfruta de algo bom. Por outro lado eu desejo para meus filhos que eles avancem no estudo, que eles tenham uma profissão que não seja a pesca por que é muito desgastante esse trabalho. Mas quando de menor eu acho que meu filho deve ficar por aqui. Quando ele (meu filho) desejar seguir nos estudos por que aqui não tem um estudo mais avançado. Eu com certeza vou procurar um espaço pro nossos filhos evoluir, e se for preciso até me mudar pra poder vê ele avançar. (BENEDITO, morador da localidade de Rio Gama, município de Cametá)

As mudanças que alteraram toda a dinâmica de vida das populações que habita no território da pesca, são afetados como um modelo mercantil, urbano que impõe um padrão de vivência, capaz de incidir nos sonhos, de fazer com que o espaço habitado pelo pescador seja transformado, evidenciando uma identidade transformada.

Uma das alterações que podemos colocar em evidencia é quando desenvolvem suas atividades de pesca de várias maneiras, denominada neste, pelos tipos de pescarias

com seus respectivos instrumentos, que são dependentes da época do ano e da especificidade do pescado a ser capturado. Moraes (2007) pontua a existência de uma “[...] extensa variedade nas formas de pesca, regidas por fatores climáticos, sociais, econômicos, históricos e culturais” (MORAES, 2007, p. 4632). É a partir da diversidade de situações ambientais, das experiências e do conhecimento empírico dos pescadores que são determinadas as atividades e escolhas para o desenvolvimento de cada atividade. Sendo assim, o emprego dos instrumentos de pesca está intimamente relacionado aos fatores culturais e ambientais que impõem alguns limites e possibilidades.

Para fundamentar as transformações e se pegarmos como exemplo a pesca do mapará²⁹ (*Hypophytamus marginatus*), que é realizada por um elemento chamado de “borqueio”, pratica exercida pelo pescador há bastaste tempo. Ela envolve um conjunto de ações coordenadas entre os moradores e pescadores ribeirinhos. As práticas de pesca, incluindo o uso de apetrechos e equipamentos, sofrem uma forte influência de tais regras, sobretudo no caso de práticas de pesca coletiva, como é o caso do mapará, que é um peixe que circula em grupo, em cardumes, e a sua incidência no baixo curso do Tocantins é um fato cada vez mais raro, depois da construção da barragem de Tucuruí. Assim, a sua pesca envolve esforços conjuntos de vários pescadores.

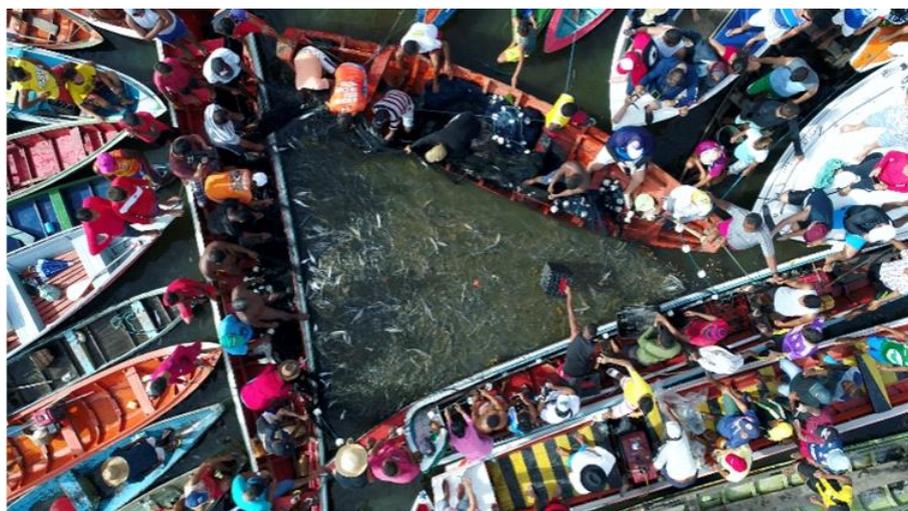
Seu João Lobo, pescador da localidade de rio Joroca, município de Cametá, nos coloca as mudanças que houveram com relação essa prática quando fala que: *“muita coisa mudou, antes a gente pescava de uma forma onde a gente ia pro rio sabendo que alguma coisa a gente trazia.. era (a pesca) mais demorada por que não tinha tanta facilidade como tem hoje”*. Os pescadores artesanais têm dado sinais de reação as situações de pressão desordenada sobre os recursos que eles precisam para sobreviver, adotando uma série de estratégias sociais e no enfrentamento de dilemas por se tratar de uma ação geradora de conflitos. Um principio balizador desta modalidade de pesca diz respeito ao fato de que os pescadores utilizam de uma gama de conhecimentos sobre os processos ecológicos que vão sendo geridas pelas gerações vindouras, garantindo assim, a manutenção de princípios e de respeito ao meio ambiente.

Torna-se importante destacar que o “borqueio” segundo Carvalho (1986), configura-se como uma das modalidades mais tradicionais das ações de pesca presente na

²⁹ Carvalho (1999) afirma que, entre 1971 e 1978, a produção de mapará em Cametá representava cerca de 40% da quantidade de pescado desembarcado no município. É na década de 1970 que, segundo essa autora, o mapará se fixa como o pescado mais importante na região do Baixo Tocantins, atendendo tanto a demanda interna quanto uma crescente demanda externa, principalmente nos anos de 1974 e 1975.

Amazônia tocantina, particularmente nos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru. Essa forma de pescar só é possível de ser realizada em grupo de pescadores em função do tamanho das redes que mede cerca de 15 metros de panagem e 100 metros de comprimento. Essa forma de pescar é também conhecido como *turmas de borqueios* composta por cerca de doze pescadores divididos em dois cascos grandes.

Figura 25: Momento de retirada do pescado em decorrência do borqueio realizado.



Fonte: Bruno Veiga 2018.

A imagem acima retrata que a prática do borqueio em toda a sua história enfrentou e enfrenta até hoje uma série de percalços como por exemplo a dificuldade com alguns grupos tradicionais da região que ainda desenvolvem sistemas inadequados³⁰ a manutenção de recursos naturais em função geralmente da ânsia por geração de renda e por uma prática de pesca predatória que muitos pescadores se utiliza, dando um outro sentido a esta atividade.

Um dos elementos essenciais de análise é quando fica evidente que este vem passando por transformação em decorrência do mundo do trabalho principalmente no que diz respeito às relações de produção constituída na organização do trabalho nessa modalidade de pesca. Ela envolve um conjunto de pescadores com variadas funções que serão assumidas hierarquicamente de acordo com seu conhecimento e experiência.

³⁰ Muitos pescadores praticam e executam a pesca do puçá, que é uma forma de borqueio de vai pescando todo quando é tipo de peixe. As redes são predatórias, proibidas pelo tamanho da malha. Nessa prática, os pescadores executam a pesca em todo lugar, na parte seca, na parte profunda dos rios. (Ivan, pescador e morador da localidade de rio Ovidio, município de Cametá, Estado do Pará.

Figura 26: preparação para a pesca do borqueio que reúne a presença de barco, casco de diferentes tamanhos.



Fonte: Autor – Agosto 2018.

A imagem acima revela que há toda uma preparação para esta prática, isso envolve conhecimento sobre as marés, o local, o tempo e sobre a relação coletiva para a efetivação dessa atividade. A medida em que há alteração e progressivo agravamento da natureza, o trabalho do borqueio é condicionada pelo conhecimento e pela ação humana sobre este, que impacta na economia, na cultura e nos meios de produção.

Vilhena (2011) elabora uma análise sobre a formação e os componentes do borqueio, assim distribuídos: taleiro, mergulhadores, puxadores de rede e dono da turma, que é o proprietário dos instrumentos de trabalho (casco, rede, tala, plumo, paneiro, basquetas, etc.), é o pescador com maior experiência, ou seja, trata-se de uma propriedade vinculada ao saber. Marx (“O Capital”, capítulo VI) ao tratar do tema da subsunção formal do trabalho do capital em que valoriza o trabalho dos mestres na Europa, afirma que esse sujeito ocupa lugar de destaque e tem a posse do material de trabalho.

É certo que o mestre se acha aqui na posse das condições de produção, das ferramentas e do material de trabalho [...] Consequentemente a sua relação com os aprendizes e os oficiais não é a do capitalista enquanto tal, mas a do mestre no ofício, que nessa condição, ocupa um lugar hierárquico mais elevado na corporação, lugar que se pressupõe estar ligado a sua própria maestria na arte. (MARX, 1969, p. 98)

Os mestres, por serem em sua maioria pessoas mais experientes, tanto na idade como nos anos de profissão, são bastante respeitados pelos demais pescadores. São aqueles entendem muito das técnicas da pesca e ciclos da natureza, aqueles que têm um conhecimento profundo sobre as marés, a lua, a posição dos peixes, época do ano, etc. A figura do mestre aparece como uma mistura de conhecimentos adquiridos ao longo da vida, assim como uma postura de disciplina, responsabilidade e empenho entre os

pescadores mais jovens. É um misto de teoria e prática, é um olhar sábio, atencioso, que, segundo Maldonado (1986), é um ideal social para as comunidades pesqueiras.

Essa atividade em questão, apresenta implicações no trajeto e na forma de como tem modificado essa prática. A partir do mundo do trabalho, foi produzido pelos pescadores renovação e adequação nas formas de trabalho, pois fortificada no saber “tradicional” ou na incorporação do “moderno” o que lhe garante a sobrevivência pelo desempenho de suas estratégias de uso dos recursos em um movimento dinâmico de congregar tecnologias para a prática pesqueira, que afugenta-se do desejo de acúmulo materialista, mas com a finalidade de evitar um retrocesso com o uso excessivo da força de trabalho.

Fonteles (2011) contextualiza que no final do século XIX, ainda no processo de revolução industrial, surgiram algumas inovações para o setor da pesca artesanal. O motor a vapor e o casco de aço tornaram as embarcações mais rápidas, seguras e com mais autonomia. *“O Casco é utilizado de diferentes formas e em momentos diversos. Como meio de transporte escolar, para ir ao trabalho, para pescar, fazer passeio, caçar, e outras atividades desenvolvidas do cotidiano de ribeirinhos” (LIMA, 2013, p. 103).*

Figura 27: Casco ou canoa utilizado para pesca com matapi e viagem próxima à casa.



Imagem: André Luiz – 2018.

A imagem revela que a presença desse mecanismo usado pelo pescador artesanal foi essencial no meio de vida, na relação com o rio. O casco é o ponto que articula uma simbologia capaz de integrar conhecimentos que se alteraram com o desenvolvimento da sociedade, traz consigo o modo peculiar de vivência, da relação com o outro.

É no século XX que se intensificam as inovações tecnológicas no setor pesqueiro artesanal, destacando-se o final da década de 1940 e início da década de 1950, período em que ocorreu a introdução do motor a diesel e do uso de gelo nas embarcações com sistemas de refrigeração.

Figura 28: Barco, geleira feita para acondicionar gelo e pescado nas viagens longas.



Fonte: Pesquisa de campo – agosto 2018.

A imagem revela que a presença de novas tecnologias com o uso de motores nas embarcações permite o deslocamento para os locais mais distantes, a possibilidade da conservação do pescado por maior tempo pelo uso do gelo, redes com fio sintético, gerando maiores capturas, transformam seu modo de vida. O sistema de refrigeração das embarcações passa por um processo de aperfeiçoamento fundamental com o uso do polietileno (isopor), utilizado como isolante térmico e possibilitando maior tempo de conservação do pescado, ampliando-se o tempo e o espaço de captura.

Ivan, morador da localidade de Ovídio, município de Cametá, revela que:

As embarcações vêm sendo modificada para facilitar a vida do pescador. A algum tempo a gente ia de casco pro matapi e demorava o dia todo, só no final da tarde que a gente voltava por conta de que nesse tipo de embarcação não tina como, no máximo era contar com a sorte do vento pra voltar de vela. Era uma vida sacrificosa. Depois apareceu o motor a diesel que não era pra todos, mas que veio facilitar a vida nossa. Depois veio agora o motor rabudo que foi uma mudança que todos no interior tem o seu. Facilitou na viagem, facilitou no tempo, facilitou na pesca. Se quisermos uma viagem rápida na cidade, temos as rabetas que são mais rápida a viagem.

Percebe-se que as transformações facilitaram o acesso aos rios de forma que o pescador tivesse ganho no que diz respeito ao tempo e ao espaço. Com o aprimoramento das embarcações proporcionou aos sujeitos da pesca, uma maior possibilidade de desenvolver outras formas de trabalho que aliava outras formas de sobrevivência como por exemplo, a criação de peixe, fabricação de apetrechos de pesca, extração do açai. Há de se evidenciar também que o aprimoramento das embarcações não foi somente no formato, estes passam a ter uma importância na pesca pois devido o seu aprimoramento causou alterações nas formas de viver, na pressão sobre os rios e nas formas econômicas.

Figura 29: Casco, utilizado para a atividade da pesca em lugares próximos à residência do pescador artesanal.



Fonte: Bruno Veiga – outubro/2018.

Podemos observar a partir da imagem acima, o que se altera são as formas de interações que o pescador tem como o rio. A dinâmica da atividade pesqueira exige do sujeito pescador um conhecimento dos locais de pesca, da capacidade produtiva.

Até a década de 40, os modelos de embarcações eram pequenos barcos de madeira, com propulsão a remo ou a vela. Somente a partir da década de 50, esses modelos mudaram, passando as embarcações a apresentarem mais robustez e velocidade, para garantir aumento exponencial de produtividade (PROST, 2007).

Os pescadores procedem as mudanças com maior ou menor intensidade advinda da disponibilidade dos recursos e conhecimento que se articulam em decorrência do seu desenvolvimento que se funda no processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo, instrumentalizado neste caso, através de bens para a atividade da pesca e para o seu modo de vida. Há de se evidenciar que as transformações no mundo do trabalho levaram esse sujeito a conviver com o

desenvolvimento tecnológico que vem ocorrendo na atividade da pesca acarretando diversas transformações refletidas no nível social, econômico e biológico, perceptível no lócus onde vivem e interagem com o meio pesqueiro.

6.2 AS MUDANÇAS NA ATIVIDADE ECONÔMICA E NA ALTERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Costa (2009, p. 28) agrega este olhar como pressuposto de que a questão do avanço tecnológico como fruto do mundo capitalista “existe na relação entre trabalho humano, objetivando por um modo de produção e seu objeto último, a natureza”. O homem converte o meio ambiente em meios de produção, a controlar e executar sua ação por meio do trabalho, conseguindo abarcar mecanismos para a sua necessidade.

No que tange a pesca artesanal, os resultados concretos das mudanças nos instrumentos de pesca e da ação do sujeito pescador, em função de seu uso, incorporam um conjunto de aspectos positivos e negativos que prescreve sobre a direção que a mudança deveria seguir. (ALMEIDA, 2013, p 65).

Nessa perspectiva, no que se refere às transformações com relação aos barcos de pesca utilizados pelos pescadores artesanais na Amazônia tocantina há de fato uma diferença no que tange a introdução de motores de diferentes formas e tamanho de acordo com o tipo de pesca, sendo importante e meio facilitador para o deslocamento e para atuação em áreas próximas ou longínquas de acordo com o tempo e o espaço a que se destina ao abastecimento do mercado local ou na relação familiar.

Figura 30: ilustração sobre o desenvolvimento das embarcações utilizadas pelos pescadores na Amazônia tocantina





Fonte: Erica Neves – novembro /21018.

As imagens acima, revelam o avanço das embarcações e como os pescadores em processo de aprimoramento ressignificam um fazer que se evidencia na relação com o rio caracterizando o novo como elemento de desenvolvimento. Para Gonh (2017, p. 14):

O novo não é, em princípio, dotado de virtualidades que o qualificam como bom, progressista...O novo poderá ser também, uma volta aos valores do passado, um retrocesso em relação às conquistas sociais, um retorno ao conservadorismo.

Almeida (2011) revela que dentre os equipamentos novos incorporados a vida ribeirinha e por conseguinte à atividade da pesca, é o uso de motor rabeta que são usados em unanimidade pelos pescadores das ilhas, sendo os principais artefatos de pesca comprados pelos pescadores artesanais, isso eleva a capacidade produtiva e de autonomia da pesca.

Figura 31: Motor (rabeta/Rabudo) demonstra o uso em quantidade pelos pescadores artesanais na Amazônia Tocantina



Fonte: Pesquisa de Campo – Novembro/ 2018.

Ao tratar sobre a diversidade de embarcações na Amazônia paraense no capítulo intitulado “Barco é homem lancha é mulher” Galo (1981, p.49), reflete que:

Ainda não consegui desembrulhar-me no labirinto dos tipos de embarcações. São tantos: montaria, casco, casquinho, canoa, canoinha, bote, botinho, barco, barquinho, lancha, lanchinha, pescaria, voadeira, geleira, boeiro, batelão, motor de centro, motor de popa, mais os nomes tipicamente locais como penque –penque, dez-doze: todos com características sempre bem definidas.

A importância de se considerar o tipo de embarcação utilizados pelos pescadores está no fato de que a variação de uso dessas ferramentas interfere na variação dos registros diários da produção. Na medida em que o aprimoramento desse mecanismo importante para o desenvolvimento da pesca e, por conseguinte, dos pescadores é absorvida, gera uma racionalidade eficiente reportada ao seu modo de vida que implicam na alteração de seus princípios práticos em decorrente do aprimoramento tecnológico.

Por outro lado, a presença desses “rabudos” produtor de um barulho intenso em decorrência de seu uso excessivo, ao mesmo tempo em que possibilitou uma maior facilidade na locomoção aos lugares de pesca, contribui para o afastamento dos cardumes, sossego na comunidade, conflitos, roubos, uma alteração fluente nos modos de viver.

Se a presença dessas novas embarcações trouxe uma série de mudanças consideradas positivas pelas famílias, como por exemplo, na viagem rápida, comodidade no tamanho, podemos observar também grandes mudanças que podem tornar-se negativas, se não forem adequadamente administradas.

A primeira é que em decorrência do acesso rápido facilitou a presença de piratas dos rios vindo de fora, causando roubos, assaltos e mortes nas comunidades de pescadores como afirma Jósimo, pescador da localidade de Pindobal mirim, município de Cametá:

Vivemos sobressaltados hoje no interior, muita ação de roubo, antes a gente ia de madrugada pra cidade, hoje não podemos ir mais, é pirata constante nos rios. Isso nos prejudica por que a gente perde pra pegar ficha nos exames, a gente quando vai receber e se chegar tarde não consegue receber o nosso seguro. Temos que ir de dia... nossa vida tá muito complicada.

A segunda é que existe um processo de urbanização crescente e que tem levado a problemas sociais de natureza problemática presente nessas comunidades que se desenvolvem rapidamente onde o pescador passa a tomar medidas protetivas, fazendo com que suas casas sejam carregadas de artefatos como grades, cadeados, como forma de enfrentamento da presença do capital.

A Figura 32 revela que há uma transformação que se apresenta no trabalho do pescador artesanal que está pulsante com relação ao lugar onde habita. Suas casas transformadas pelo desenvolvimento do capital são carregadas, em sua maioria, pelo aprimoramento do sistema mercantil e tecnológico. A evolução que se percebe quanto a moradia é de que enquanto contradição, melhora o seu bem-estar, também possibilitou uma vivência conturbada, pois, é factível a presença de assaltos, roubos de casas, etc.

Figura 32: Casa do pescador que evidencia medidas protetivas com o uso de grade



Fonte: Erica Neves – janeiro de 2019.

Outra forma fluente que alterou a vida dos pescadores artesanais é a emergência do processo de degradação da ictiofauna local. A construção da barragem promoveu a fragmentação do rio Tocantins, alterando suas condições naturais (MERONA, 1986/1987; COSTA, 2004), de modo a gerar a escassez de pescado na jusante. Como consequência, a pesca foi intensificada na área, aumentando o impacto sobre o ecossistema, cuja principal consequência foi a redução tanto da quantidade quanto da qualidade das espécies de peixes capturadas.

A barragem pra gente que mora aqui, só trouxe problema. Na época que ela foi feita, causava enchentes, a água entrava em nossas casas. A gente saía pro rio e voltava sem nenhum peixe sequer. A gente fica a noite inteira pescando pra arrumar da boia. Fora a saúde que teve surto de malária, diarreia pelo problema da água. (IVAN, morador da localidade de Rio Ovidio, Cametá – PA).

Do ponto de vista socioeconômico, foram necessárias por parte dos pescadores artesanais, adaptações e estratégias produtivas para o uso dos recursos naturais de acordo com a sazonalidade da enchente, tendo em vista o alto grau de variabilidade da paisagem

de várzea causada pelas enchentes prolongadas (JUNK, 2000). As atividades de pesca, a criação de pequenos animais e a extração de produtos florestais foram possibilidades de sobrevivência que dependiam dessa variabilidade da paisagem (MCGRATH, 2013).

A Amazônica tocantina tem sido palco de grandes investimentos infraestruturais desde a década de 70 até esta segunda década do século em que o processo de ocupação recente da região, com base em Loureiro (1992), envolvendo as tentativas de modernizar a região, enquadrando-a no contexto econômico nacional e mundial de desenvolvimento, esses fatores somados a uma série de outras questões desencadearam o aceleração da pressão sobre a natureza em especial os recursos pesqueiros.

A ação transformadora do homem ao se relacionar com a natureza, orientado por “objetivos organizativos” específicos das sociedades em que vivem, provoca diferentes gradações dos impactos causados por estas ações, como os verificados entre os pescadores e as outras formas de organização social com uma organização capitalista mais desenvolvida (GODELIER, 1984).

Na visão de Diegues (2000), a construção de hidrelétricas produz externalidades negativas sobre o ecossistema, na medida em que promove desmatamentos, contaminação dos recursos hídricos e modificações nas comunidades ecológicas e comunidades humanas, que vivem direta ou indiretamente destes recursos fazendo ser necessário criar estratégias de trabalho para manter-se no lugar onde residem.

As alterações ambientais que as hidroelétricas tem causado na região são claramente percebidas por vários autores. Tidos por muitos como fonte de energia limpa, esses empreendimentos provocam consequências negativas nas atividades pesqueiras.

O crescimento do capitalismo já não pode ser somente pela indústria, e o comércio precisa entrelaçar-se com o meio rural, onde facilmente pode encontrar terra fértil para a produção de interesse comercial, água doce para irrigação, consumo humano e produção de energia com a construção de **hidroelétrica**. Além disso, há a biodiversidade, que pode oferecer inúmeras possibilidades de exploração, florestas e minérios em grande quantidade. (BOGO, 2010, p. 143)

A chegada da energia elétrica nas ilhas, trinta e cinco anos depois de sua implantação na região através da Hidrelétrica de Tucuruí, que personifica a presença do capital na região, provocou mudança significativa no modo de vida dos pescadores, por um lado, drásticas consequências no efetivo exercício da pesca, alteração nas atividades econômicas com o aparecimento de diversos setores como aquicultura e piscicultura, problemas ambientais graves, e por outro, trouxe consigo o “desenvolvimento”

econômico criando a cultura da modernização das casas, a instrumentalização dos aparelhos tecnológicos, a otimização do tempo nas atividades do lar, e a diminuição do esforço físico na própria pesca.

Figura 33: Casa no interior que demonstra a inserção da tecnologia com a chegada da energia elétrica advinda da Hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: Erica Neves: janeiro de 2019

Na imagem acima é possível perceber a inserção da tecnologia através da chegada da energia elétrica que tem alterado a lógica de vida dos pescadores. A presença de um sistema de uso da água, tem levado a absorver uma forma de cuidar da saúde quando se tem problemas ambientais com o a existência de uma água composta por nutrientes poluentes que tem levado o pescador a tomar meios que alterem sua dinâmica de vida. É perceptível ainda visualizar o uso de condicionador de ar que também se tornou presente nas casas caracterizando uma adequação antes urbana e que agora faz parte do meio em que este sujeito reside. A presença de TV a cabo configura ainda uma inserção ao mundo globalizado fazendo parte do dia a dia do pescador.

Nossa vida mudou em termos de qualidade... temos tudo o que antes só existia na cidade. Temos geladeira, freezer, maquinas de lavar, televisão e tudo mais.. isso tem ajudado a melhorar de vida, de dá qualidade para nossos filhos... tudo se tornou mais fácil com a chegada da energia.. podemos comer um peixe que antes a gente tinha que salgar, hoje basta colocar na geladeira e pronto. (Ivan, 45 anos, morador da localidade de rio Ovidio, município de Cametá – PA)

Há de se evidenciar ainda que dentre as várias implicações que a hidrelétrica trouxe na vida dos pescadores artesanais, podemos destacar as de cunho ecológico, onde o pescado cada vez mais escasso houve a necessidade de se criar alternativas econômicas.

O surgimento da criação de peixe em cativeiro (psicultura³¹) surgiu como medida inovativa e força pulsante nas famílias de pescadores. A rede de pesca é transferida do ambiente natural (rios) para um espaço de representação artificial, de viveiros escavados, localizados nos terrenos dos pescadores, configurando-se como piscicultura familiar.

Figura 34: Poço de criação de peixe em cativeiro como alternativa econômica para os pescadores artesanais



Fonte: Pesquisa de Campo- Março de 2018.

Diegues (1996), ao analisar regiões onde são implantadas hidrelétricas, afirma que nelas ocorre a interrupção do ciclo reprodutivo das espécies, além de se produzir decomposição de matéria orgânica, o que consome rapidamente o oxigênio, provocando anoxia e formação de gás sulfídrico tóxico. Os sedimentos represados causam problemas de fertilização primária das várzeas³², implicando diretamente sobre a pesca. A grande

³¹ Silva e Santos (2002) conceituam como sendo a criação de peixes em ambientes confinados como açudes, pequenos lagos, viveiros, tanques, gaiolas, etc. Inicia-se essa atividade a partir dos ovos, de larvas dos alevinos (filhotes de peixe), podendo ser de três modelos: extensiva, semi-intensiva e intensiva. A psicultura extensiva é praticada em lagos e represas de algumas propriedades; a semi-intensiva é a psicultura onde é adotada algumas adaptações na represa ou no lago como, limpeza da área a ser inundada, etc., e a intensiva é a psicultura praticada com a finalidade de obter produção máxima por hectare.

³² A várzea é formada por áreas localizadas ao longo dos rios, influenciadas por épocas de cheia e vazante, enquadram-se na categoria zona úmida. Wantzen (2004, p. 119) relata que várzeas são áreas periodicamente inundadas por excesso lateral de rios ou lagos e/ou pela precipitação ou fluxo de águas subterrâneas. Na paisagem amazônica a água é um fator relevante, que inclui os numerosos rios, lagos e rede de igarapés, e se constitui de milhões de quilômetros de extensão na Amazônia. Essa paisagem da região dominada pelos lagos de vasta extensão e rasos, interconectados com redes de canais, formam a várzea amazônica (MCGRATH et al., 2011).

quantidade de plantas aquáticas e troncos de árvores em determinados locais dificulta e até mesmo impossibilita o uso de certos instrumentos de pesca.

O pescador afetado pela necessidade do ‘progresso’ cria e redefine estratégias de trabalho processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos como parte da luta pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor no campo que habita, afastando-se da dependência, privação e as ameaça ambientais no seu meio de vida, tornando ser central para a sua condição humana.

Um desses elementos de mudança é com relação a fabricação dos seus apetrechos de pesca. Existia enquanto cultura dando sentido ao termo artesanal, de o mesmo, fabricar seus próprios instrumentos. Fica explícito que a ideologia da classe dominante está presente no cotidiano dos pescadores, uma vez que muitos deles estão deixando de fabricar seus instrumentos de trabalho e preferindo comprá-los no comércio como forma de otimizar tempo e sob a lógica do mercado, são impulsionados a obter com a perspectiva de acompanhar o desenvolvimento que lhes é apresentado, descaracterizando assim, um saber de natureza cultural, herdados de geração para geração, e que aos poucos vão perdendo espaço para a um mundo do trabalho.

Figura 35: Pescador fazendo “isca” para a pesca do camarão



Fonte: Autor.

Isso pode estar contribuindo para explicar a diminuição da produção pesqueira pelo intensidade do trabalho, condicionado a partir da:

(1) mudança no regime de enchente, que reflete nas condições ambientais de reprodução dos peixes; (2) empobrecimento da água decorrente da retenção de nutrientes pelo reservatório; (3) devido às regras de operação da usina, principalmente durante o período de estiagem, a água que passa para o trecho a jusante é proveniente do fundo do reservatório (camada anóxica), onde se observa um acréscimo na condutividade, sólidos totais em suspensão, ferro e, especialmente, nutrientes fosfatados e amônia; e (4) devido a alterações do ciclo hidrológico pela barragem do rio e a procedimentos operacionais da UHE de Tucuruí, ocorre elevada mortalidade de ovos, larvas e alevinos, o que compromete o recrutamento e a reposição dos estoques pesqueiros (JURAS; CINTRA; LUDOVINO, 2004, p. 82).

Santos e Mérona (1996) apontam que a situação da ictiofauna foi marcada por grande variedade de peixes, com cerca de 280 espécies. Em relação à atividade pesqueira da região antes do fechamento da barragem, e pelo uso excessivo de materiais de pesca os autores apontam uma produção estimada de 4.252 toneladas por ano entre os grupos de pescadores artesanais que exploram a região. A conclusão dos autores em relação à situação da pesca na região é a seguinte:

[...] ictiofauna rica, diversa e equilibrada apesar de uma exploração intensiva. Infelizmente, o período de observação limitado a um ano não permite detectar sinais de superexploração dos recursos. A pesca é uma atividade complexa, dentro da qual se pode distinguir pescarias individualizadas seja pela espécie procurada seja pela área explorada (SANTOS; MÉRONA, 1996, p. 254).

Esses materiais de trabalho na pesca que agride de forma rápida os rios, conduziu para profundas alterações ambientais que repercutem principalmente sobre as comunidades de peixes e, conseqüentemente, nas atividades de produção pesqueira. Ficou demonstrada a diminuição drástica da ictiofauna da região.

Como consequência, as capturas de pesca artesanal em Cameté caíram drasticamente e foram constituídas essencialmente de peixes de pequeno porte capturados em ambientes marginais. Somente em agosto de 1985 houve um volume de desembarques superiores aos níveis da época pré-fechamento, desembarques estes constituídos essencialmente de maparás jovens capturados na sua migração rio acima. Devido à grande depleção dos outros estoques na região, os pescadores exerceram maior pressão sobre o imaturo mapará, prejudicando assim o recrutamento nos anos posteriores. (SANTOS; MÉRONA, 1996, p. 255).

Os dados que os autores trazem demonstram que o processo de escassez do pescado em grande parte tem relação com a implantação da barragem de Tucuruí, mais também pela produção elevada de materiais pesqueiros de grande impacto e de diversas formas, conduzindo o pescador artesanal para o aprimoramento do trabalho e das técnicas de pesca como exigência mercantil.

Os pescadores utilizam estratégias para poderem aumentar sua produção na pesca, diminuindo assim os riscos de prejuízos com a variação de culturas, e essas estratégias se fundamentavam no conhecimento que estes têm da natureza e suas variações ecológicas. A própria escolha do local onde se situa a pesca é feita de maneira a permitir que este estejam próximo das margens, e, de acordo com o regime de enchentes e vazantes, favorecesse a prática pesqueira. Há conflitos de interesses entre os próprios pescadores que influenciam diretamente o uso e manejo dos recursos. Os principais conflitos são entre os pescadores locais, com os pescadores de fora, que vêm das outras comunidades ou de outras regiões para pescar nos rios onde os mesmos habitam.

6.3 MUDANÇAS NA DINÂMICA DE VIDA RIBEIRINHA ADVINDO DA INTERNALIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Os pescadores na Amazônia tocantina se relacionam intrinsecamente com a natureza, nas formas de trabalho e nas relações comunitárias que faz aflorar um sentimento de pertencimento sendo importante elemento da vida cotidiana. A forma de trabalho do pescador artesanal da Amazônia tocantina determina e impregna todo o seu modo de vida associado à sua própria vivência. A importância dessa relação de pertencimento para os pescadores e pescadoras está contida e diretamente relacionada à condição de subsistência e trabalho, ou seja, à sua relação com a pesca e à sua identidade de pescador e pescadora. Esse pertencimento não está no lugar – espaço – ou tempo histórico, está na condição em relação à subsistência. A identidade é uma constituição do sujeito, de reconhecimento, mesmo mudando para outro lugar, continuará a reconhecer-se como pescador

Sua ação, sempre esteve associada ao uso de técnicas não predatórias, mantendo uma interação de respeito com a natureza, equilibrando a necessidade e a oferta, além das comunidades pesqueiras se organizarem social e economicamente. A dinâmica produtiva dos pescadores, direcionados por esta relação homem-natureza, os saberes sociais utilizados e acumulados ao longo do processo, instituíam ritmos e vivências visíveis nas múltiplas relações com o ambiente natural e os recursos locais, como por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração dos peixes, a influência da lua na atividade da pesca, os sistemas de manejo dos recursos naturais. Essas formas de trabalho encontravam-se pautadas por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado.

O mundo do trabalho alterou os vínculos sociais estabelecidos no território ribeirinho e nas formas de reprodução social. A dinâmica de vivência vem sofrendo modificações organizativas, nas suas relações de trabalho pois, além de interferir no seu sistema econômico e organizacional em decorrência do desenvolvimento, a partir de uma perspectiva economicista, foi capaz de impregnar na vida dos pescadores artesanais a inserção da concepção de crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento.

Figura 36: Casas, e barcos, sinônimos de desenvolvimento frente ao trabalho do Pescador



Fonte: Erica Neves – janeiro 2019.

Há uma evidência quando o desenvolvimento se conecta com o crescimento de bens revelada pela imagem acima. Suas formas de trabalho e vivência foram alteradas e justificada sob o argumento de estímulo ao crescimento econômico para a geração de emprego e renda na região. Todavia, significou um rompimento em seu modo de vida, na sua forma cultural, e como consequência, a inserção e convivência com uma forte dependência tecnológica para sua reprodução social. Há, portanto, um deslocamento na sua forma de existência quando passa a reproduzir práticas impostas pelo sistema capitalista que modifica sua vida cotidiana.

A vida no território ribeirinho na Amazônia tocantina, remete a uma reflexão que determina uma nova identidade gerada por transformações diante de um cenário de efetivação de uma política neoliberal que atinge os pescadores artesanais, ficando evidente de que os espaços vividos e enraizados estão progressivamente sendo submetidos às operações do capital global. Nesse sentido, o local pode ser considerado, segundo Escobar (2005), como o “outro” da globalização, ou seja, o diverso diante do atual momento de desenvolvimento do capitalismo moderno. A experiência de desenvolvimento a partir dessa lógica, tem significado para os pescadores um rompimento do lugar, tido aqui como o espaço vivido, mais profundo do que nunca.

Os projetos de caráter multinacionais instalados neste território buscam extrair as riquezas naturais e explorar os pescadores, provocando, assim, severos impactos ambientais, como a poluição dos rios, o que afeta de forma bastante expressiva as condições de vida das pessoas, a extinção do pescado, a diminuição das produções ligadas à agricultura familiar e consequente a isso a expulsão dos sujeitos de suas comunidades.

O deslocamento para um outro modo de vida a partir do mundo do trabalho, significa não apenas a perda de seus saberes, mas uma legítima desterritorialização que rompe com um modo de vida específico e dependente do lugar que significa uma perda das bases materiais e simbólicas da vivencia desses pescadores gerando sua desestruturação enquanto comunidades organizadas.

A partir do deslocamento sofrido, os pescadores tiveram o vivido transformado, o cotidiano do trabalho na pesca artesanal depende do território agora ocupado pelo empreendimento. A transformação no meio ambiente, dos apetrechos de pesca, etc., as mudanças afetaram diretamente o modo de viver destes pescadores. A fala que segue refere-se a essas mudanças.

Aqui em casa, melhoramos de vida por que temos tudo que existe na cidade. De manhã já tem o pão na frente da casa da gente. Se não tem o que comer, passa o rapaz do peixe que vem gelado da cidade. Nossos filhos já acordam tarde por que dormem tarde por conta da internet e da televisão, temos que chamar pra ir pra escola. Se a gente quiser comprar uma carne tem aqui, até pra avisar os vizinhos de um evento ou de uma atividade na nossa comunidade é só ligar. (Ivan, morador da localidade de rio Ovidio, município de Cameté.)

Percebe-se que a apropriação de uma forma de viver tem levado o pescador artesanal a conviver com um sistema capaz de assegurar uma lógica do consumismo, que gera uma intervenção na realidade. Na visão de Giddens (1997, p. 74) a era globalizante impõe transformações que podem resignificar tradições locais. A transformação do mundo do trabalho vem redefinindo a vida ribeirinha inserindo novos ritmos de vivencia e uma interdependência cada vez maior entre o global e o local. O global influencia as vidas individuais nos espaços locais que por sua vez não tendem a extinguir, mas se reestruturar em decorrência do processo de mudança que o pescador vem passando. Na dinâmica de vida desse sujeito, há uma incorporação de valores, atitudes que delineando praticas culturais onde o pescador cria e recria através de significações que lhe são específicas, revelando alterações na relação com o outro, na absorção de técnicas produtivas e na interação com a natureza.

A lógica de desenvolvimento do mundo do trabalho que invade o território do campo amazônico, que polui os rios e impacta diretamente a vida dos ribeirinhos provoca, uma invasão cultural e a perda de identidade através do processo de desterritorialização destes sujeitos, tem servido para consolidar uma ação do capital, com a afirmação de projetos energético para a região e uma intensa ação na agricultura familiar e na exploração de minerais.

No movimento dialético entre o espaço percebido e o espaço concebido, o cotidiano se reinventa no espaço vivido. As diversas maneiras cotidianas anunciam o envolvimento diante da ordem estabelecida. É assim que o pescador vai interagindo com as várias formas de apropriação ou reapropriação dos espaços diante de um processo que direciona para a internacionalização do mundo do trabalho.

O sujeito pescador, mesmo que esteja sendo ‘arrancado’ de sua forma de viver desfavorecendo a continuidade de seu trabalho e do seu modo de vida, ele enfrenta a ordem instituída resistindo a reproduzir um modo de vida alheio à sua identidade. Ele quer seguir sendo pescador, com todos os elementos indeníveis a que isso infere.

6.4 AS MUDANÇAS PRODUZIDAS PELO PESCADOR COMO ESTRATÉGIA TECNOLÓGICAS NA ATIVIDADE ARTESANAL DA PESCA

Os pescadores artesanais se identificam, ou seja, têm como identidade a profissão e o domínio do processo na sua íntegra, e assim se reconhecem. Ou seja, produzem suas próprias ferramentas de pesca – barcos e redes conhecem as mudanças das águas, ventos, mudanças de lua e os tempos dos cardumes, e vendem seus peixes. A pesca enquanto uma atividade humana principalmente no território amazônica é resultado da ação transformadora do pescador com o seu meio de vida. Ela realiza-se com o amparo no conhecimento, na criação e no seu trabalho caracterizando pela produção dos instrumentos de pesca.

O mundo do trabalho produziu mudanças ocorridas nas últimas décadas e com os avanços da tecnologia, proporcionou novas possibilidades de trabalho para o homem na sociedade, pois, todos os sujeitos, inseridos na mesma, são impactados de forma direta ou indireta pelas tecnologias. Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) emerge da Revolução Informacional, desencadeada entre os anos de 1970 a 1990. As novas tecnologias possibilitam agilizar, digitalizar e veicular em rede o conteúdo comunicacional. Essas tecnologias formaram a base para o surgimento da “sociedade da

informação” (CASTELLS, 2000). Na Amazônia tocantina os pescadores produzem suas “tecnologias” como mecanismo de adaptação as atividades da pesca.

As tecnologias mais significativas produzidas na história da pesca artesanal ainda advêm das décadas de 1950/60 e estão atreladas ao advento do náilon, do uso do gelo, do anzol e dos motores das embarcações, havendo pouca atualização ou adaptação ao longo dos anos que melhorassem a produtividade sem prejuízos ambientais e sem a necessidade de aumento no esforço de pesca.

Mesmo rudimentar, as tecnologias possuem um papel importante e de grande riqueza, sobretudo no aspecto do etnoconhecimento. A diversidade de petrechos e estratégias na pesca artesanal considera principalmente a intenção do pescador na espécie-alvo e no valor econômico. Os registros mais comuns da literatura a respeito das tecnologias de captura são a coleta manual, o uso de armadilhas, linhas e redes (RAMIRES et al., 2012; MONTELES et al., 2010; OLAVO et al, 2005).

Figura 37: Casa onde fica guardado os materiais de pesca



Fonte: Pesquisa de Campo/Janeiro de 2019.

Os pescadores Artesanais produzem suas próprias tecnologias a partir da perspectiva material que nasce de um conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que estão relacionados a sua forma de viver que também podem ser consideradas uma produção tecnológica em um claro enfrentamento frente ao mundo do trabalho. Para Damasceno (1995, p. 21), “[...] os grupos humanos na sua vida real, portanto na sua práxis cotidiana, não produzem apenas os bens materiais, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo, ideias, representações, saberes que contribuem para a reprodução e a transformação social”.

Os pescadores, pelo trabalho e pela capacidade de sua produção que desenvolvem no sentido de contribuir para seu bem-estar, transformam a natureza visível através da confecção de paneiros, redes, malhadeiras, e se transformam a si mesmos, humanizando-se³³, e transcende a esfera do ser natural, à medida que configuram finalidades diferenciadas à natureza, produzindo objetividades materiais (como instrumentos de pesca) e/ou ideacionais (como valores, habilidades e conhecimentos).

Essa característica de sempre produzir é fluente na fala de Ney Lobato, pescador da localidade de Cuxipiari Furo Grande, município de Cametá, quando ressalta que:

Sempre fiz os materiais de pesca, (matapi, rede, malhadeira, paneiro). É uma técnica que precisa ser aprendida com muito esforço. É uma forma de melhorar o trabalho na pesca, ou seja, a gente produz nossa própria tecnologia por que é uma novidade uma rede de pegar camarão, uma rede de puçá, um matapi, era uma coisa nova que envolve bastante tempo e pensamento.

Essa fala do pescador é a clara demonstração de que pelo trabalho que realiza e em decorrência das necessidades da pesca em um intercâmbio com a natureza, foi produzindo um conjunto de saberes materializados na elaboração de tecnologias para a captura do camarão e de peixes em geral, sendo capaz de discriminar os usos dos instrumentos que produz em seu cotidiano de trabalho. Em sua expressão concreta, pelo trabalho o homem encontra as condições para sua humanização, produzindo cultura, saberes, condições materiais para sua existência física.

O pescador é, então, o sujeito que, por meio de sua ação produtiva, constrói seus métodos e técnicas de pesca; possui seus instrumentos de pesca e sabe utilizá-los, como rede, caniço, malhadeira, o que demonstra um conhecimento especializado sobre o ofício que desenvolve, constituindo-se um sujeito que adquire conhecimentos no cotidiano de

³³ Tal qual proposto por Marx (2008, p. 211): “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”.

sua prática profissional. No intercâmbio com a natureza, o pescador artesanal, vai conhecendo, experienciando e produzindo práticas sociais frente ao desenvolvimento do mundo do trabalho.

6.5 O MUNDO DO TRABALHO E A ALTERAÇÃO NA LÓGICA DA LUTA COLETIVA DOS PESCADORES ARTESANAIS

As mudanças no controle das relações sociais, nas relações de trabalho e no modo de funcionamento do Estado, também provocaram alterações na organização coletiva dos pescadores artesanais na Amazônia tocantina, que significou uma falta de coesão na luta de classe, o esvaziamento do processo de mobilização para a busca de direitos, a perda da capacidade de perceber as diferenças tanto para questioná-las quanto para aceitá-las afetando profundamente a possibilidade em direção à emancipação humana.

As mudanças que vem ocorrendo na atividade da pesca que modifica o equilíbrio ambiental, define a lógica das organizações sociais – neste caso a atuação da Colônia de Pescadores Z-16 de Cameté – são formas de dominação imposta pelo capital que esfacela a luta de classe e eleva o grau de exploração dos pescadores impondo o rompimento do processo formativo que o definiram como movimentos sociais.

Para que os dominados se emancipem, precisam formar e organizar sua classe, reconhecer a exigência do seu oposto que é a classe dominante, e, a partir disso, procurar através da luta, ocupar seu lugar, ultrapassar a natureza da dominação burguesa, minoritária, e instituir a democracia da maioria para a maioria, pondo em movimento a lei dialética da quantidade e da qualidade. Uma classe é a condição para existência da outra na luta da própria superação. (BOGO, 2010, p. 10)

O processo organizativo é que forma a classe e ao se constituir como representatividade da luta dos pescadores artesanais, a Colônia Z-16 se desenvolveu e ampliou à medida que sua atuação foi destinada à conscientização para a organização, ampliando e construindo um processo identitário por meio das lutas na transformação social.

Pra conseguir se organizar pra ganhar nossa entidade (colônia z-16) não foi fácil. Foi vários anos de encontro, reunião, debate, enfrentamento. A gente não parava. Ganhar a Colônia foi um dos momentos que vai ficar guardada em mim pro resto da vida. O interesse de quem estava lá antes de nós não era pra organizar os pescadores e sim pra se dá bem como existe varias associações de pescadores hoje que não é pra organizar ninguém. (Roberto Xavier, pescador da localidade de Cuxipiari, Cameté – PA)

A fala do pescador revela que existia uma entidade com característica transitória, que não chegava a organizar e conscientizar seus associados, e por esta razão, não constituíam uma classe, pois qualquer iniciativa impulsionada por interesses desligado da ótica organizativa, estaciona na esfera assistencial, burocrática que tende a ajudar o Estado a oferecer os serviços que o capital ainda permite que sejam prestados, disfarçando a luta de classe (BOGO, 2010, p. 141).

A organização dos pescadores artesanais por um longo período não teve um sistema coeso em relação ao sentimento coletivo unificado – o que se torna evidente na atualidade – foi em decorrência de que a classe foi formada para abranger o território de um município, sem levar em consideração a quantidade de pescadores dispersos, aqueles que não são associados a uma entidade ou uma associação, organizaram-se apenas legalmente, não elevaram o nível de consciência.

O desenvolvimento do mundo do trabalho produziu não somente um tipo de pescador, e sim um tipo de sociedade capitalista na qual utiliza diversas técnicas e estabelece relação com o mercado cooptando para afirmação de seu modelo que impossibilita o pescador em nome da modernidade a desacreditar de sua forma de produção artesanal.

Se por um lado há as estruturas do Estado que através do poder coloca as forças para agirem na sociedade, as organizações da sociedade civil por meio de sindicatos, ONGs se colocam na contramão do sistema.

No meio da pesca, é visível várias formas de organização, mas há um grande problema que é em decorrência do mundo do trabalho, que nem sempre estão voltadas para o enfiletamento de forma articulada. Na fala do Zé Maria, presidente da Colônia, Z-16 de Cametá, é possível visualizar esta falta de unificação quando se trata de uma mobilização em defesa dos direitos do pescador.

Passamos um momento difícil esse ano. Foi cortado o seguro defeso do pescador em detrimento das fraudes por pessoas ligada aos órgãos governamentais que faziam com que varias pessoas recebessem seguro sem ser pescador. Tem muita associação por ai que envergonham nossa classe. Fizemos o primeiro grito do pescador na pedra do Ver-o-Peso em Belém. Reunimos antes e combinamos fazer uma grande mobilização para que desse mais de mil pessoas lá. O que aconteceu que nós de Cametá, levamos 112 pessoas pra lá e as demais organizações nem apareceram ou aparecerem só com um ou dois pescadores. Aí fica difícil, não temos como se agregar pra lutar por nossos direitos.

O mundo do trabalho alterou o processo de luta, “*os pescadores estão mais preocupados hoje com o seu seguro defeso e não com as lutas sociais*” (Zé Fernandes), isso tem levado à dissolução da classe, pois não há uma unificação e nem uma pauta em que afirmava a identidade do que se necessitava. Percebe-se que o grande desafio é articular e organizar as forças sociais da classe dos pescadores artesanais para criar um sentimento e extrair das lideranças que deverão orientar para a retomada da luta coletiva. Zé Fernandes, diretor da Colônia Z-16, revela que essa força conjunta dos pescadores se deu de forma intensa na década de 1980 na busca pelos direitos sociais que afetava de forma direta e indireta os pescadores.

Fazíamos mobilizações intensas quando lutávamos por crédito, por energia, por financiamento. Fechamos estradas, ocupamos bancos, íamos pra toda a região lutar juntamente com os trabalhadores rurais. Enchíamos barcos e passávamos até uma semana na luta. Fomos pra Brasília lutar pelos direitos da pesca.

Bogo (2010, p. 146) nessa direção de pensamento também revela que este momento da luta dos pescadores foi um processo na direção “*anticapitalista e anti-imperialista cujo êxito será alcançado se, mais do que uma aliança operária e camponesa, como era possível no passado, haja uma integração entre operários, trabalhadores informais, desempregados*” ou seja, as massas populares estabeleciam lutas comuns contra a opressão do capital. A forma de atuar que atinge os pescadores é de maneira isolada reduzindo-se a e a horizontes imediatos de interesses locais.

Mas, para que esse envolvimento social, enquanto classe, se efetive, os pescadores necessitam inicialmente se perceberem como sujeitos partícipes de uma totalidade de ações resultantes de determinado trabalho. Sem essa tomada de consciência como coletividade com traços identitários em comum, perde-se a condição para a organização e, por conseguinte, para o exercício de ações que consubstanciam a luta consciente de classes. Assim, enquanto não perceberem elementos que os unifiquem enquanto trabalhadores especializados em um tipo de fazer, em dada situação histórica, veem-se fragilizados coletivamente no exercício do saber fazer que desenvolvem.

Há uma forma organizativa alterada que não passa pela luta de classe, que não eleva o sentimento da luta coletiva. O mundo do trabalho aquece a mente para uma apropriação individualista. Como estratégia do esfacelamento, reconhece grupos etários ou de classe, fazem com que o movimento dos pescadores artesanais não supere o particularismo e uma maior articulação social, as lutas e as pautas na conjuntura atual

acabou por ser funcional ao processo de fortalecimento da hegemonia do capital e da ideologia neoliberal que propaga uma postura anti-estado, anti-partido.

O que fica claro é que os pescadores são cooptados pela ação governamental e são mobilizados por políticas sociais institucionalizadas, como é o caso do seguro defeso, como proposta de empoderamento, desaparecendo, portanto, a dimensão política da luta de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão realizada neste trabalho sobre as transformações no mundo do trabalho e as implicações na formação dos pescadores Artesanais na Amazonia Tocantina, revela claramente a repercussão dessas mudanças sobre o modo de vida das populações locais e que estas têm suas próprias interpretações sobre esse processo de mudança. Os moradores dessa região constroem socialmente estratégias de enfrentamento desse quadro, visível através dos acordos de pesca, de novos enfiletamento em suas organizações, por nós analisados, que refletem a forma de interação social desses sujeitos e o conhecimento tradicional que têm da relação com o rio, o que embasa suas ações.

Discutimos também neste trabalho as complexas formas de relação entre as sociedades amazônicas e a natureza da região, o que nos revelou as múltiplas formas concebidas por estes grupos para poderem garantir sua sobrevivência. As formas como estes pescadores ao longo da história vêm utilizando os recursos naturais e enfrentando as transformações endógenas e exógenas da região evidenciam um processo adaptativo em que se superam concepções imprecisas do termo “adaptação”, que podem levar a uma ideia de simples dependência do homem ao meio ambiente físico.

As principais questões que este trabalho apontou foram inicialmente as mudanças no mundo do trabalho e como tem afetado os pescadores artesanais no que tange a luta de classe, ao trabalho e as alternativas econômicas. Outra questão importante é a implementação de projetos de médio e grande porte na região, como foi o caso da hidroelétrica de Tucuruí, que afetou o ciclo reprodutivo de espécies como por exemplo, o mapará. O trabalho também aponta para outros fatores que podem estar interferindo na produtividade pesqueira, como a apropriação pelos pescadores de inovação de técnicas predatórias de captura de pescado, a exemplo dos puçás que reduz consideravelmente a reprodução das espécies ainda em processo de maturação e sem condições de consumo.

Evidenciamos também como reação as mudanças, as principais estratégias de formação que os pescadores artesanais na Amazonia Tocantina vêm realizando na região, em especial para este trabalho, tomamos como elemento de análise o município de Cametá.

Quanto à pesca de “borqueio”, os pescadores não fazem restrições diretas a ela, mas o fazem de forma indireta quando tratam da definição do tamanho do malheiro adequado; do tamanho da rede, entre outras questões, que o estudo revelou fazerem da pesca de “borqueio” uma modalidade predatória que necessita adequar-se às leis de pesca

vigentes, por revelar a intrínseca relação entre esses grupos e a natureza por meio do conhecimento ecológico tradicional detalhado, mas que tem se baseado em procedimentos agressivos à natureza, como reconhecem alguns pescadores.

Outro ponto que consideramos positivo foi a participação da Igreja Católica através da Diocese de Cametá, pela sua atuação no processo formativo na formação de lideranças, na organização das comunidades e na tomada das entidades para ser dirigida pelos verdadeiros pescadores. Também como ponto positivo destacamos a contribuição da Colonia Z-16 de Cametá que atuou como mecanismo contra ideológico, especialmente na qualificação dos pescadores filiados a entidade.

Compreendemos, portanto, que diversos fatores somados têm provocado transformações na vida do pescador artesanal que tem exigido desses sujeitos, mudanças nas suas formas de organização, nas estratégias de trabalho e na construção de arranjos institucionais, para poderem continuar garantindo sua sobrevivência.

Este trabalho traz algumas questões que instigaram e nos impulsiona a dar continuidade a um processo de investigação de mais de cinco anos de estudo sobre o tema as transformações no mundo do trabalho e seus impactos na vida do pescador artesanal na Amazônia tocantina. Nele, exploramos duas questões principais: primeiro, a discussão em torno das mudanças do mundo do trabalho e, segundo, as alterações na economia, na cultura, na vida do pescador artesanal, através de fontes bibliográficas e empíricas, história oral e fotografias. A temática do trabalho, torna-se importante nessa pesquisa, pois tem uma relação com os processos educativos a qual está envolvido os trabalhadores da pesca.

Tal conhecimento, construído na vivência com os pescadores e nos processos de apropriação da natureza, assumiu um sentido mais amplo o que possibilitou apreender a pesca artesanal como um sistema, em que os diferentes tipos de saberes e práticas dos pescadores são seus componentes, além, é claro, dos recursos naturais, dos equipamentos e técnicas empregados na captura do pescado e das próprias relações de trabalho.

Foi necessário, para isso, estar atento para o fato de que a subjetividade dos atores que constituem este sistema tem um papel decisivo sobre a forma como ele evolui, uma vez que o pescador conduz suas interpretações e decisões frente à realidade da qual faz parte e está exposto, alterando seus modos de vida, enquanto constituinte do processo de mudança social.

Esta investigação buscou identificar e entender as relações entre trabalho, e qualificação estabelecidas na vivência e nos saberes dos pescadores artesanais. Partindo da questão central em saber que alterações, no modo de vida, nas formas de trabalho, nas estratégias econômicas e na solidificação das organizações que esse pescador artesanal que vive-do-trabalho, vem buscando e ressignificando num processo de qualificação necessária para sua existência?

O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender as mudanças ocorrida no mundo do trabalho e os impactos causados na vida dos pescadores artesanais tendo como foco, a microrregião tocantina. Já é possível identificar a partir das pesquisas realizadas algumas considerações que precisam ser colocadas neste trabalho em processo;

- A vida deste sujeito pescador vem se alterando a medida em que o mesmo ‘participa’ das mudanças deste mundo do trabalho.

- Em decorrência dessas mudanças o conceito de pescador artesanal, aquele desprovido do saber, que viva para a subsistência e do rio tirava o necessário para a sua sobrevivência, vem se modificando, onde o mesmo passa a internalizar saberes e práticas do modelo capitalista. Isso tem gerado uma nova postura desse trabalhador; por um lado, aquele que absorve conceitos tais como, polivalência, multifuncional, e por outro, sua ação não se volta somente para o campo da pesca.

- Temos a partir dessa lógica um trabalhador/pescador que agride desordenadamente a natureza, que não tem limites para o uso dos meios naturais, que assume uma postura individualista do ‘pensar’ no hoje, sem se preocupar com o amanhã, essência de um mundo desigual e opressor.

- Esse pescador altera toda a sua lógica de luta coletiva de outrora que o fez ser reconhecido como sujeito da pesca. Vive uma dinâmica excludente, consumista, alterando sua identidade de luta e de trabalho;

- É possível afirmar ainda que a perspectiva coletiva ainda faz parte da ação desse sujeito na microrregião tocantina. A luta a partir dos movimentos sócias e da sua entidade que é a Colônia Z-16 de Cametá, tem se afirmado como resistência a este processo regulador a que este pescador está submetido. Iniciativas econômicas e organizacionais vem sendo fomentado, a luta coletiva vem ganhando espaço frente a essa lógica perversa, universal.

- Visível afirmar que o pescador artesanal assume uma nova identidade. Ele, para sobreviver necessariamente passa a conviver com diferentes perspectivas de trabalho, ou

seja, o caráter do homem polivalente é visualizado quando não mais vive somente da pesca ou do rio. Necessariamente precisa criar espaços econômicos para além da atividade pesqueira, como por exemplo, a criação de peixe em cativeiro, colheita de açaí, criação de animais, etc.

Os pescadores da microrregião tocantina vem buscando qualificar-se nas mais diferentes dimensões: de um lado, para atender um “chamado” da tecnologia e das transformações do mundo do trabalho, e por outro, para vivenciar experiências práticas de formação humana numa perspectiva omnilateral.

Há de se considerar que para além do trabalho, este sujeito vem inculcando e construído uma ideologia que se baseia na afirmação do pescador em diferentes perspectivas. Pescador Artesanal, não é aquele que só pesca ou aquele que vive no rio. Ele precisa como nos diz Gramsci, ocupar os diferentes espaços onde o sujeito se constrói, para vivenciar uma nova sociedade pautada na lógica da luta dos trabalhadores e em uma opção de classe.

Perspectivas de qualificação vem sendo realizada a partir dessa lógica. A opção pela igreja católica de lutar a serviço dos pobres, sem dúvida é uma grande referencial de pratica necessária.

As iniciativas praticas para formar o jovem pescador para estar atendo a essas transformações proporcionada pelo mundo do trabalho tem sido uma estratégia adotada pela Colônia Z-16 para instigar diferentes caminhos de se pensar a formação desse trabalhador, onde ele possa pensar o desenvolvimento da pesca artesanal como atividade precípua, mas também, para além dela.

Se encorpar para ter visibilidade e ocupar espaços antes desconhecidos e até mesmo impossíveis de se vivenciar, tem sido o caminho pensado pelos movimentos sociais, pelos próprios sujeitos pescadores na microrregião tocantina.

Durante esse convívio nos municípios, nas comunidades, nas famílias ribeirinhas vivenciamos iniciativas geradoras de transformações que atravessa o renuncio ao consumo e à captura mais imediata do pescado, evitando, portanto, a prática da pesca predatória, que se torna uma decisão muito difícil, visto que tais famílias encontram-se em um contexto de crise prolongada, afetando, sobretudo, a pesca.

À medida que os resultados da qualificação aparecem (sejam estes de ordem econômica, ambiental, social, cultural ou institucional), parece visível pensar uma logica

coletiva. A partir daí, outras experiências e inovações podem ser suscitadas, resultando da ação desse sujeito inclusive em modificações nas formas de aprendizagens.

Podemos considerar ainda que o mundo do trabalho passou a introduzir hábitos que têm modificado paulatinamente essa dinâmica de vida do pescador especialmente em pescas praticadas em grupo, como é o caso das pescas do mapará, ação recorrente na região principalmente nos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru. Ao introduzir inovações praticadas durante o ato, as comunidades ribeirinhas estão efetivamente exercitando um tipo de saber, corporificado na vivência e nas relações de companheirismo travadas durante o ato coletivo.

Uma confluência presente neste trabalho, são os impactos negativos gerados na prática de pesca em todos os municípios da microrregião em decorrência da implantação da Hidrelétrica de Tucuruí o que alterou consideravelmente seus modos de vida, sua cultura, seu desenvolvimento econômico, gerando novas posturas do pescador frente ao mundo do trabalho.

Há um expressivo esforço do capital instrumentalizado através de uma política individualista que espalha os sujeitos da pesca para a não organização e para a luta de classe, na tentativa de criar condições para a permanência do sistema que coloca homens e Natureza em situação antagônica.

Ademais, a reflexão até aqui expostas sobre o mundo do trabalho e seus reflexos na vida do pescador artesanal na Amazônia tocantina tem um sentido também de fomentar os movimentos de contradição em que estão postos a Natureza (rios) a Sociedade (movimentos) e o Indivíduo Humano (pescador artesanal), revelando as condições para a resistência ao não conformismo, de forma a manter acesa a chama da superação histórica.

REFERÊNCIAS

ALLUT, A. G. O conhecimento dos especialistas e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Ed. AnnaBlume/Nupaub/Hucitec, 2000. p. 101-124.

ARROYO, Miguel. Educação em tempos de exclusão. In: GENTILLI, Pablo; RIGOTTO, Gaudêncio (org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Formação de Educadores e Educadoras do Campo*. Brasília, DF: MEC, 2004.

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Introdução de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais – Pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. Campinas, SP: Cortez/Unicamp, 1994.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Os dilemas do trabalho no limiar do século 21. *Cult*, São Paulo, v. 1, 2009.

_____. *O Continente do Labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade*. Nueva Sociedad, v. 1, 2012.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. V. 1

_____. *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

_____. *Estudo de caso em Pesquisa e Avaliação educacional*. Brasília, DF: Liber livro, 2005.

BOGO, Ademar. *Identidade e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular. 2. ed. 2010.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria dos métodos*. Porto, Portugal: Porto, 1994.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987

BOFF, Leonardo. *A Trindade, a sociedade e a libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CAETANO, Marta Coutinho. Estratégias para manejo dos recursos naturais na pesca de camarão da Amazônia *Macrobrachium Amazonicum* na ilha de Sirituba, Abaetetuba – PA. Tese (Doutorado) – Desenvolvimento Regional e Agrário, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

CARDOSO, Eduardo S. *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2001. Disponível: http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf. Acesso em: 2013.

CASTRO, Edna; SIMONIAN, Ligia; FENZL, Norbert; HURTIENNE, Thomas. *Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. 341 p.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos no Brasil. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil anos 2008-2010*. São Paulo. Ed. Paulinas, 2008.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DIEGUES, A. C. S. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítimas*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses, e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação. *Revista Contexto e Educação*, Injuí, ano 9, n, 34, abr./jun., 1994.

_____. Capital humano e sociedade do conhecimento: concepção neoconservadora de qualidade na educação. *Revista Contexto e Educação*, Injuí, ano 9, n. 34, abr./jun., 1994.

_____. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2006.

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

FILOCREÃO, Antônio Sergio Monteiro. *Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá* / Tese (Doutorado) –

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2007.

FURTADO, Gislane D.; BARRA, José D. F. *Pescadores Artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos*. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)

FURTADO, L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida da Amazônia. In: FURTADO, Lourdes Gonçalves (org.). *Amazônia: desenvolvimento, sociodiversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA; NUMA: 1997 (Universidade e Meio Ambiente; 9)

FURTADO, L. G.; LEITAO, W.; MELLO, A. F. de (org.). *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FALKEMBACK, Elza Maria Fonseca. MST, “Escola de Vida” em Movimento. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 137-156, mai./ago. 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALO, Giovani. Marajó: A ditadura da água. Belém. Edições “O nosso Museu”. Santa Cruz do Arari do Pará, 1981. 2.ed.

GATTI, Bernadete A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília, DF: Plano, 2002.

GENTILLI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada*. Políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2007

GOHN, Maria da Glória. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. 5. ed. São Paulo, Loyola, 2014.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HAGE, S. M. et al. (org.). *Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. Belém, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Mundo do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

KONDER, L. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LIMA, A. A. B. *Educação popular na Amazônia: as experiências da CUT em qualificação profissional*. Porto Velho: CUT; Escola Sindical Amazônia/Escola Sindical Chico Mendes; Imediata, 2001.

LOUREIRO, Carlos. F. *Trajetória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.

LOWY, Michael. *Marxismo e Crítica da Modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, Egídio. *Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-PA*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. *Pescadores artesanais da colônia Z-16: relações de produção/formação e práxis política*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

MANESCHY, M. C.; ALVARES, M. L. M; *Mulheres na Pesca: trabalho e luta pelo reconhecimento em diferentes contextos*. V. 1, out. 2010.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. V.1.

_____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar. *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. A literatura oficial sobre a pesca na Amazônia: uma tentativa de revisão crítica. In: SEMINÁRIO SOBRE A PESCA ARTESANAL, 1., 1984. *Anais...* Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, 1984.

MCGRATH, David G. *Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia*. Belém: UFPA, 2002.

MELLO, Alex Fiúza de. *A pesca sob o capital. A tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPA, 1985.

MELLO, Thiago de. *Amazonas, pátria da água*. São Paulo: Sver & Boccato, 1990.

MENDES, Armando. *As pescarias amazônicas e a piscicultura no Brasil*. São Paulo: Cruzeiro do Sul, 1968.

MENEZES NETO, A. J. Formação de professores para a educação do campo: projetos sociais em disputa. In: MARTINS, A. A.; ANTUNES-ROCHA, M. I. *Educação do campo: Desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORAES, Sérgio Cardoso de. *De homens e peixes: a metamorfose da vida na água*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

_____. *Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém: EDUFPA, 2007.

NOSELLA, Paolo. Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira de Educação*, [on line] v. 12 n. 34 jan./abr. 2000.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. *As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2001. p. 15-16.

RODRIGUES, Doriedson. *Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANDER, Emir. *Estado e Política em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politecnicidade*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 1989.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, mai./ago. 2007.

SENA, Ana | Laura dos Santos. *Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face à metamorfose do capital*. Belém: NAEA, 2006. 390 p.

SILVA, Hellen do Socorro de Araújo. *Política de Formação de Educadores do campo e a construção da contra-hegemonia via epistemologia da práxis. Análise da experiência da LEDOC – UFPA – Cametá*. 2017. Tese (Doutorado) – 2017.

SILVA, Luis Geraldo (org.). *Os Pescadores na História do Brasil*. Comissão Pastoral dos Pescadores. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

SENA, Ana Laura dos Santos. *Trabalho e trabalhadores da pesca industrial face à metamorfose de capital*. Belém: NAEA, 2007.

SIMONIAN, L. T. L. (org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

SIMONIAN, Ligia T. L.; LISBOA, A. *Gastronomia Internacional e Hábitos Alimentares Amazônicos: Expansão e Transformação*. Belém, 2010.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. 2 vols.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a Sociedade Brasileira nos séculos XIX e XX. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução: Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. V. 1.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. *Introdução à filosofia de Marx*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TORRES, Vera Lucia Scaramuzzini. Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico. Belém: Cejup, 2004. (coleção Megam/3)

TRIVIÑOS, Augusto. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TOURAINÉ, Alain. *Como sair do liberalismo?* Bauru, SP: EDUSC, 1989.

VÁZQUES, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônia, Série José Veríssimo)

VILHENA, Josiel do Rêgo. *Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca da região do Baixo Tocantins no Estado do Pará*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

APÊNDICE A — Quadro identitário dos entrevistados

1. Jose Maria Lopes de Freitas

Profissão: Pescador

Localidade Domicílio em rio Ovidio, comunidade ribeirinha de Cametá. Reside também na cidade de Cametá.

Idade: 49 anos

Atuação na Colônia Z-16: Presidente.

Filiado à Colônia

Tempo de entrevista gravada: 20 minutos.

FREITAS, José Maria Lopes de: depoimento [agosto. 2018].

Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2019. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

2- Ivan Maria Pereira Neves

Profissão: Pescador

Localidade: Rio Ovidio, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Filiada à Colônia, ex Presidente da COOPAC.

Tempo de entrevista gravada: 18 minutos.

NEVES, Ivan Maria Pereira.: depoimento [dezembro. 2018]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2019. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

3- José Fernandes Barra

Profissão: Pescador

Localidade: Rio Ovidio, comunidade ribeirinha de Cametá. Reside também na cidade de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Secretário da Colônia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 35 minutos.

BARRA, José Fernandes. José Fernandes Barra: depoimento [agosto. 2018].

Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2019. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

4- Jose Roberto Gomes Xavier

Profissão: Pescador

Localidade: Rio Cuxipiari, comunidade ribeirinha de Cametá. Reside também na cidade de Cametá.

Idade: 46 anos

Atuação na Colônia Z-16: Segundo tesoureiro da Colônia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 24 minutos.

XAVIER, Roberto Gomes: depoimento [setembro. 2018]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

5- Ney Lobato Gomes

Profissão: Pescador

Localidade: Rio Cuxipiari Costa, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 53 anos

Atuação na Colônia Z-16: Filiado a Colônia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 23 minutos.

GOMES, Ney Lobato: depoimento [setembro. 2018]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

6- Jósimo Trindade

Profissão: Pescador

Localidade: Pindobal Miri, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 51 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenador de Base da Colonia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 25 minutos.

GOMES, Jósimo: depoimento [setembro. 2018]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

7- Benedito Nunes dos Santos

Profissão: Pescador

Localidade: Ilha Gama, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 52 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenador de Base da Colonia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 25 minutos.

SANTOS, Benedito Nunes: depoimento [setembro. 2018]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

8- Rita Cordeiro

Profissão: Pescadora

Localidade: Ilha Joroca de Baixo, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 63 anos

Atuação na Colônia Z-16: ex-filiada a Colonia de Pescadores Z-16

Tempo de entrevista gravada: 30 minutos.

CORDEIRO, Rita: depoimento [Maio. 2017]. Entrevistador: Jose Domingos Fernandes Barra. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2018. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento sobre as transformações no mundo do Trabalho e suas implicações na formação dos Pescadores Artesanais na Amazônia Tocantina.

APÊNDICE B — Questões norteadoras para as entrevistas

QUESTÃO 01 – Quais foram as principais mudanças na vida do pescador Artesanal?

QUESTÃO 02 – Qual as estratégias econômicas buscadas pelos pescadores em decorrência das mudanças do mundo do trabalho?

QUESTÃO 03 – Qual a contribuição da Colônia Z-16 na formação dos Pescadores Artesanais na Amazonia Tocantina??

QUESTÃO 04 – Qual foi o papel da igreja católica na organização das comunidades e na conquista da Colonia z-16?

QUESTÃO 05 – A presença da Hidroelétrica de Tucuruí, implicou em que sentido na vida dos pescadores dessa região?

QUESTÃO 06 – O que representa a Colônia Z-16 para os pescadores?

QUESTÃO 07 – Qual a contribuição da construção da Hidrelétrica de Tucuruí para a vida dos pescadores?

QUESTÃO 08 – Como se deu a organização da Z-16 e como ela se encontra organizada atualmente?

QUESTÃO 09 – Frente ao mundo tecnológico, o que você considera de mudança importante na vida do pescador?

QUESTÃO 10 - qual mudança a partir do mundo do trabalho, não serviu para o desenvolvimento do pescador?